



Montepio Seguros SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

Exercício de 2020

Maio de 2021

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

A handwritten signature consisting of stylized initials 'J' and 'R'.

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
I. A DINÂMICA DOS MERCADOS	11
A. Enquadramento macroeconómico.....	11
B. Enquadramento do mercado segurador nacional.....	13
II. ATIVIDADE DA MONTEPIO SEGUROS, SGPS EM 2020	16
III. A DINÂMICA EMPRESARIAL	17
A. Síntese	17
1. Produção de seguro direto	17
2. Custos com sinistros de seguro direto.....	17
3. Custos e gastos de exploração de seguro direto.....	18
4. Resseguro cedido	18
5. Gastos por natureza.....	18
B. A atividade da gestão dos fundos de pensões	19
C. Ativos Financeiros.....	19
D. Margem de solvência	19
E. Resultado líquido e capitais próprios.....	20
F. Recursos Humanos	20
IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	20
V. PERSPECTIVAS PARA 2021	21
A. A atividade económica.....	21
B. O enquadramento do mercado segurador.....	22
C. A estratégia para o triénio 2020-2022	22
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	25
NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS	33
CERTIFICAÇÕES.....	111
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	113

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente António Pedro de Sá Alves Sameiro
Secretário Susana Raquel dos Anjos Pacheco

Conselho de Administração

Presidente Virgílio Manuel Boavista Lima
Vice-Presidente Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador Paulo José Martins Jorge da Silva

Conselho Fiscal

Efetivo José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Efetivo Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Efetivo Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Suplente Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia
Suplente: Carlos José Figueiredo Rodrigues

Secretário da Sociedade

Efetivo Susana Raquel dos Anjos Pacheco

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



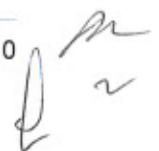
[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



O Conselho de Administração da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.
nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, apresenta o
Relatório e Contas Consolidado relativo ao exercício de 2020.



[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



I. A DINÂMICA DOS MERCADOS

A. Enquadramento macroeconómico

A economia global em 2020 deverá registar uma quebra de 3,5%, de acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI). O impacto da propagação do vírus SARS-Cov-2, que se alastrou a nível mundial, teve um efeito negativo em vários indicadores macroeconómicos, na sequência das medidas de contenção da propagação da pandemia a nível global.

No que diz respeito aos EUA, o crescimento económico deverá situar-se em 3,4%, em 2020, segundo o FMI, não obstante as políticas expansionistas adotadas, quer na esfera monetária quer na esfera fiscal, na sequência do choque económico provocado pela Covid-19. Neste contexto, o consumo privado deverá registar uma redução de 3,9%, suportando a diminuição do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto o consumo público deverá avançar 1,1%, ficando aquém do registado no ano transato. Também o investimento privado deverá apresentar uma redução significativa, registando -5,3% em 2020. O mercado de trabalho será naturalmente uma das rúbricas mais afetadas, estimando-se, para 2020, uma taxa de desemprego de 8,1%, bastante superior aos valores registados em 2019. Como consequência do arrefecimento económico, a rúbrica de inflação deverá situar-se em 1,2%, aquém do registado nos últimos anos.

Na Zona Euro, a evolução do Produto Interno Bruto deverá regredir 7,2% em 2020, segundo o FMI, na sequência do choque económico originado pela pandemia. Este enquadramento justifica, de forma transversal, a evolução negativa dos indicadores macroeconómicos, com os níveis de consumo privado a recuarem cerca de 8,3%, mantendo-se o consumo público sensivelmente em linha com o observado no ano de 2019, exercício em que foi registado um crescimento de 1,5%. O mercado de trabalho deverá, naturalmente, espelhar um agravamento do nível de desemprego, que atingirá os 8%, enquanto os indicadores de inflação deverão registar um abrandamento significativo, prevendo-se uma variação de 0,3% em 2020.

No contexto global, e após um primeiro trimestre bastante negativo para os mercados de capitais, na sequência da aceleração da propagação global da Covid-19, as políticas monetárias expansionistas, de dimensão sem precedentes na esfera global, a par das políticas fiscais igualmente expansionistas, ainda que relativamente tímidas em alguns



casos, motivaram uma forte recuperação dos ativos financeiros, sobretudo no bloco asiático e norte-americano, com a Europa a registar alguma fraqueza e disparidade intra-bloco.

Região	Índice	Var. 2020
EUA	S&P 500	+16,26%
	Nasdaq 100	+47,58%
	Dow Jones Industrial	+7,25%
Europa	DAX (Alemanha)	+3,55%
	CAC 40 (França)	-7,14%
	IBEX 35 (Espanha)	-15,45%
	PSI 20 (Portugal)	-6,06%
	FTSE MIB (Itália)	-5,42%
	FTSE 100 (Reino Unido)	-14,34%
Ásia	Nikkei 225 (Japão)	+16,01%
	Shanghai SE Composite (China)	+13,87%

A economia portuguesa, em 2020, de acordo com as informações de março do Banco de Portugal, deverá registar uma evolução do PIB de -7,6%, na sequência do choque pandémico global, refletindo uma redução da procura interna e das exportações, com especial impacto no segmento de serviços relacionados com o turismo. Não obstante, o Banco de Portugal antecipa para 2021 e 2022 uma recuperação do crescimento económico, estimando um crescimento do Produto Interno Bruto de 3,9% e 5,2%, respetivamente. Esta recuperação, que se estima mais acelerada que nas crises económicas anteriores, beneficiará, sobretudo, do aumento dos fundos europeus.

No contexto de crise sanitária e consequentemente económica, o consumo privado deverá recuar 5,9% em 2020, penalizado pelas medidas de contenção e incerteza no âmbito da pandemia, antecipando-se uma recuperação desta rúbrica já a partir de 2021.

O consumo público deverá crescer 0,5% em 2020, aquém do valor observado no ano anterior, suportado pelo crescimento das despesas de saúde e aumento do emprego público. A perspetiva de retorno do funcionamento habitual dos serviços públicos justifica o crescimento estimado para 2021.

A formação bruta de capital fixo deverá reduzir 2,2%, comparando negativamente com o forte crescimento registado em 2019, ainda que esta quebra seja inferior ao registado na generalidade dos países europeus, devido ao dinamismo do sector da construção. O aumento previsto dos fundos europeus, juntamente com as medidas de apoio às empresas

e condições de financiamento favoráveis, asseguradas pela política monetária expansionista, sustentam a recuperação prevista ao nível do investimento para os anos seguintes.

Em 2020, as exportações deverão registar uma quebra expressiva, em torno dos 18,6%, na sequência das medidas globais de contenção da propagação do vírus, sendo o segmento associado ao turismo o mais impactado. A retoma progressiva da normalização, decorrente de um maior controlo da pandemia, deverá sustentar uma recuperação desta rúbrica. Também as importações, num contexto de quebra da procura, deverão diminuir 12,0%, prevendo-se que o contexto mais benigno, acima mencionado, sustente uma recuperação já em 2021.

O mercado de trabalho deverá espelhar um agravamento da taxa de desemprego para 7,8%, mostrando-se, ainda assim, menos negativo face a crises anteriores, beneficiando do regime de *layoff* introduzido pelo governo e dos apoios aos trabalhadores independentes. Apesar destas medidas, prevê-se ainda um aumento do desemprego para 2021, antecipando-se apenas uma redução gradual a partir de 2023.

A inflação deverá reduzir 0,1% em 2020, penalizada pela combinação de choques sobre a oferta e procura motivados pela crise pandémica. Este indicador deverá registar uma recuperação progressiva, ainda que contida, num contexto de subutilização dos recursos produtivos, em particular ligados ao segmento do turismo.

B. Enquadramento do mercado segurador nacional

A crise económica e financeira observada no decurso de 2020 influenciou fortemente o desempenho do mercado segurador português.

De acordo com a informação divulgada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o mercado segurador registou uma redução de 18,7% na produção de Seguro Direto, situando-se nos 9,9 mil milhões de euros, acentuando a tendência de decréscimo que se observou em 2019 (-5,8%).



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

O segmento Vida evidenciou a sua trajetória de redução com um decréscimo de 34,8%, superior a 21 p.p. relativamente a 2019 (-13,9%), atingindo os 4,6 mil milhões de euros. Este segmento representa 45,9% do mercado, apresentando uma redução de 11,4 p.p. face ao período homólogo (2019: 57,3%). Em simultâneo com os efeitos da pandemia provocados pela Covid-19, este segmento continua a enfrentar fortes desafios face às condições de mercado para os produtos financeiros, que são influenciadas pelas baixas taxas de juro, o que torna esta oferta menos atrativa para os clientes.

O segmento Não Vida manteve a tendência de crescimento dos últimos anos, com um incremento de 3,0%, tendo atingido um volume de prémios de 5,4 mil milhões. Apesar do aumento registado, este ficou abaixo da taxa de crescimento de 2019 (8,0%), reflexo do impacto direto da redução da atividade económica. As medidas extraordinárias implementadas no contexto pandémico também influenciaram o desempenho deste segmento, nomeadamente os mecanismos de moratórias e ajustamentos de prémios.

Este impacto negativo foi mais visível ao nível da modalidade Acidentes de Trabalho, que abrandou o crescimento registado nos últimos anos, tendo atingido os 905 milhões de euros e uma variação homóloga de 1,1% (2019: 11,8%).

O ramo Automóvel mantém um peso muito significativo no mercado nacional, representando em 2020 uma quota de 35% do total da produção Não Vida, em linha com o período

homólogo. Este ramo apresentou um valor de prémios de 1,9 mil milhões de euros, o que reflete um crescimento de 2,1%, inferior em 4,8 p.p. relativamente a 2019.

O ramo Doença foi o que mais se destacou em 2020 com uma produção anual de 950 milhões de euros, tendo mantido o crescimento praticamente inalterado face ao ano anterior (2019: 8,6% e 2020: 8,3%). Continua a assistir-se a uma cada vez maior procura por parte dos consumidores pelos seguros de saúde, situação que permite aumentar o peso deste ramo para 17,7% no mercado não vida (2019: 16,8%).

Relativamente ao ramo Incêndio e Outros Danos, este apresentou uma evolução de 4,3%, situando-se nos 945 milhões de euros. Verifica-se a maior relevância ao nível dos seguros multirriscos que registaram uma produção global de 851 milhões de euros.

Ao nível da sinistralidade, os dados provisórios disponíveis da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) para a totalidade do mercado segurador apontam para uma taxa¹ de 105,8%, superior em 31,7 p.p. face ao ano anterior (2019: 74,1%). Em linha com este indicador, os custos com sinistros tiveram um aumento de 16,0%, situando-se nos 10,3 mil milhões de euros (2019: 8,9 mil milhões).

No ramo Vida, assistiu-se a um crescimento dos custos com sinistros em 25,8%, tendo este indicador atingido os 5,7 mil milhões de euros. A taxa de sinistralidade situou-se em 160,2%. Este forte aumento dos sinistros é justificado pelo número de contratos que atingem o vencimento e também pelos resgates, nomeadamente ao nível dos PPR.

Relativamente ao ramo Não Vida, os custos com sinistros apresentaram uma redução de 2,1%, ascendendo a 3,0 mil milhões de euros. A taxa de sinistralidade situou-se nos 58,6%, verificando-se uma redução de 3,1 p.p. face ao ano anterior.

Em Acidentes e Doença, um dos ramos com maior peso no segmento Não Vida, registou-se um volume de custos com sinistros de 1,3 mil milhões de euros, com uma redução da taxa de sinistralidade em 5,3 p.p. (2020: 66,7%, 2019: 72,0%). O comportamento deste indicador é mais evidente ao nível dos Acidentes de Trabalho, ao ter registado uma diminuição dos custos com sinistros de 8,3%.

¹ Taxa de sinistralidade sobre os prémios emitidos. Os montantes pagos incluem a variação do passivo financeiro.



Em sentido inverso, o ramo Incêndio e Outros Danos apresentou um aumento dos custos com sinistros em 29,9%, situando-se nos 461,5 milhões de euros. A taxa de sinistralidade seguiu esta tendência, registando um aumento de 9,8 p.p. (2020: 49,8% e 2019: 40,0%).

No ramo Automóvel, a taxa de sinistralidade situou-se em 56,8%, tendo reduzido 8,5 p.p. face a 2019. Os custos com sinistros reduziram 10,8%, atingindo cerca de 1,2 mil milhões de euros.

Relativamente ao ramo Transportes, registou-se um decréscimo na taxa de sinistralidade de 19,7 p.p., tendo-se fixado em 21,1%. Esta variação foi acompanhada de uma redução dos custos com sinistros de 48,7% (2020: 10,7 milhões de euros e 2019: 20,9 milhões de euros).

II. ATIVIDADE DA MONTEPIO SEGUROS, SGPS EM 2020

A Montepio Seguros SGPS tem como objetivo a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício da atividade de seguros e resseguros e na gestão de fundos de pensões.

As participações da Montepio Seguros são avaliadas anualmente utilizando os modelos adequados para o apuramento do justo valor dos investimentos. Na carteira de participações regista-se uma imparidade superior a 201 milhões de euros, decorrente dos investimentos na Lusitania, pelo que a evolução do *enterprise value* desta empresa será determinante para os resultados futuros da Montepio Seguros. Assim, com base nos elementos disponíveis e tendo em conta as condições de evolução num ambiente pós-pandemia, a Montepio Seguros contratou os serviços de uma entidade externa para a avaliação da Lusitania com referência a 31 de dezembro de 2020. Apesar desta entidade independente ter apurado um valor da empresa superior ao registado contabilisticamente, atentas as atuais circunstâncias de enorme excepcionalidade, pese embora a recuperação da Lusitania nos últimos 3 exercícios, foi considerado prudente não proceder em 2020 ao reconhecimento da referida valorização.



III. A DINÂMICA EMPRESARIAL

A. Síntese

A Montepio Seguros SGPS apresentou um resultado líquido positivo consolidado de 6,5 milhões de euros, registando um aumento face ao resultado apresentado em 2019 na ordem dos 18,9 milhões de euros.

1. Produção de seguro direto

A produção das empresas de seguros apresentou um decréscimo de 7,28%, em comparação com os valores consolidados do ano anterior, fixando-se em 263 milhões de euros.

	(milhares de euros)		
Prémios Seguro Direto	2020	2019	Δ 20/19
Vida	45 831	58 336	-21,4%
Não Vida	217 330	225 489	-3,7%
Total	263 161	283 825	-7,3%

2. Custos com sinistros de seguro direto

Os custos com sinistros de seguro direto, em 2020, atingiram os 166,2 milhões de euros, registando um decréscimo de 17,0%, face ao ano anterior.

Custos com sinistros	2020	2019	Δ 20/19
Vida	20 626	31 514	-34,5%
Não Vida	145 555	168 661	-13,7%
Total	166 181	200 175	-17,0%

A taxa de sinistralidade de seguro direto consolidada, em função dos prémios emitidos de seguro direto, apresentou uma redução de 7,4 p.p., que se traduz numa taxa de sinistralidade de 63,2% (2019: 70,5%).



3. Custos e gastos de exploração de seguro direto

Em 2020, os custos e gastos de exploração de seguro direto situaram-se nos 68,6 milhões de euros, registando um aumento de 2,4% face ao ano anterior.

Custos e gastos de exploração	2020	2019	(milhares de euros)
			Δ 20/19
Vida	11 062	8 413	31,5%
Não Vida	57 517	58 555	-1,8%
Total	68 578	66 968	2,4%

As taxas de comissionamento, em função dos prémios brutos emitidos, aumentaram de 23,6% em 2019 para 26,1% em 2020, contrariando a tendência decrescente dos anos anteriores.

4. Resseguro cedido

O resultado de resseguro cedido, em 2020, foi favorável aos resseguradores em 21 milhões de euros, refletindo um aumento de 14,2%, quando comparado com os valores consolidados de 2019.

Resultado Resseguro Cedido	2020	2019	(milhares de euros)
			Δ 20/19
Vida	893	607	47,1%
Não Vida	20 169	17 832	13,1%
Total	21 062	18 439	14,2%

5. Gastos por natureza

Os custos por natureza no exercício de 2020 representam 22,4% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, tendo-se verificado um acréscimo de 2,3 p.p. neste rácio face a 2019. O montante global situou-se nos 59 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 2,3%, relativamente a 2019.

Gastos por natureza	2020	2019	(milhares de euros)
			Δ 20/19
Gastos com Pessoal	27 934	27 567	1,3%
Forn. e serviços externos	19 279	19 945	-3,3%
Impostos e taxas	2 409	2 600	-7,4%
Amortizações do exercício	5 022	4 129	21,6%
Juros Suportados	3 708	2 816	31,7%
Comissões	670	626	7,0%
Total	59 021	57 683	2,3%

B. A atividade da gestão dos fundos de pensões

Durante o ano de 2020, o total de ativos sob gestão pela Futuro teve um crescimento de 6,2%, com o aumento de ativos dos Fundos Fechados de 10,4% e dos Fundos Abertos de 4,6%, tendo-se observado um acréscimo de 10,4% ao nível das contribuições de Fundos Abertos comercializados pela Futuro e Montepio.

A Lusitania Vida manteve, durante o ano de 2020, o mesmo número de fundos de pensões sob gestão, no total de seis.

Fundos de Pensões	2020		2019		Δ 20/19		(milhares de euros)
	Número	Valor	Número	Valor	Número	Valor	
Fechados	20	1 337 206	19	1 279 105	5,3%	4,5%	
Abertos	15	521 712	26	472 691	-42,3%	10,4%	
Total	35	1 858 918	45	1 751 796	-22,2%	6,1%	

C. Ativos Financeiros

Em 2020, a carteira da Montepio Seguros SGPS atingiu o valor de 1.452,5 milhões de euros, mais 202,2 milhões de euros que o valor consolidado do ano anterior, sendo constituída, essencialmente, por obrigações de taxa fixa e variável.

O resultado financeiro alcançou, neste ano, 15,8 milhões de euros, o que se traduz numa redução de 9 milhões de euros, face ao período homólogo.

D. Margem de solvência

Na Gestão de Capital da holding, o rácio de cobertura de requisitos de capital de solvência (SCR), comunicado previamente ao Regulador, encontra-se em níveis superiores ao Objetivo de Capital (125% SCR), de acordo com o target definido na Política de Apetite ao Risco.

O rácio de SCR será publicado conforme disposição legal, no âmbito do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira, no mês de julho de 2021.



E. Resultado líquido e capitais próprios

Os capitais próprios atribuíveis à Montepio Seguros registaram um aumento de 39,8 milhões de euros, face aos valores consolidados de 2019, atingindo 215,1 milhões de euros.

O resultado líquido situou-se nos 6,5 milhões de euros.

	(milhares de euros)		
	2020	2019	Δ 20/19
Resultado líquido e capitais próprios			
Capital social	137 750	137 750	0,0%
(Ações próprias)	-5 062	-5 062	0,0%
Outros instrumentos de capital	200 500	200 500	0,0%
Reservas	2 978	-30 432	109,8%
Resultados transitados	-127 573	-115 156	-10,5%
Resultado líquido	6 475	-12 405	152,2%
Total	215 068	175 195	22,9%

F. Recursos Humanos

O quadro de pessoal das participadas, em 31 de dezembro de 2020, era de 596 colaboradores, registando-se uma redução de 1,8% face a 2019, exercício em que o número de colaboradores se situou em 607.

Sendo a formação um dos objetivos prioritários na gestão de recursos humanos, as ações realizadas em 2020 totalizaram 17.648 horas, sobre temas como IFRS 17, Solvência, Contabilidade, para além de outras áreas relevantes.

Em anexo ao Relatório e Contas de 2020, está incluído o Relatório de Sustentabilidade das participadas Lusitania, Lusitania Vida e Futuro, com as várias medidas adotadas durante 2020, para promover melhorias ambientais, socioeconómicas, assim como, o bem estar dos colaboradores (formação, ambiente de trabalho, e outras valências).

IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 6.475.043 euros, seja levado, na totalidade, a Resultados transitados.



V. PERSPECTIVAS PARA 2021

A. A atividade económica

Com as novas medidas adotadas para o combate à pandemia provocada pelo Covid-19, nomeadamente os confinamentos e a descoberta da vacina, e a consequente iniciação da vacinação no início de 2021, o Banco de Portugal prevê um crescimento económico entre 2021 e 2023 de 3,9%, 5,2% e 2,4% respetivamente, seguindo a tendência europeia de crescimento económico (valores provisórios, do Boletim económico do Banco de Portugal, com dados de 31 de março de 2021). A recuperação económica não se prevê igual em todos os setores, mais gradual ao nível do turismo, cultura e entretenimento.

Prevê-se que o crescimento económico seja suportado essencialmente pelas exportações (2020: -18,6%, 2021: 13,7%, 2022: 11,5%) e pelo consumo privado (2020: -5,9%, 2021: 2,0%; 2022: 4,8%), que foram as variáveis que mais decresceram em 2020.

As medidas políticas adotadas serão relevantes para a retoma económica, nomeadamente ao nível do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) anunciado em abril de 2021. Este plano, apresenta três componentes: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital. A componente Resiliência, será alocada a setores que se mostraram essenciais, como o Serviço Nacional de Saúde, a Habitação a preços acessíveis e Capitalização e Inovação Empresarial, sendo que esta componente será a que terá maior valor investido.

Ao nível do mercado de trabalho, estima-se que a taxa de desemprego em 2021 se situe nos 7,7%, com um aumento de 0,9 p.p. face a 2020, mas deverá atingir uma trajetória descendente a partir de 2021 (2021: 7,6%, 2022: 7,2%).

Estima-se que o consumo privado em 2021 tenha um aumento de 2,0%, 7,9 p.p. acima de 2020 (2020: -5,9%). O consumo público, deverá apresentar um aumento de 3,7% em 2021 (2020: 0,5%), devido às medidas da prevenção do Covid 19, assim como na reestruturação económica.

O nível de incerteza relativamente a estes cenários é acentuado, está muito dependente da evolução da pandemia, das novas variantes que possam surgir, bem como da rapidez e eficácia da vacinação, da execução dos projetos do Plano de Recuperação e Resiliência, do impacto das medidas de confinamento adotadas e do comportamento dos mercados financeiros que têm sofrido grandes perturbações.



B. O enquadramento do mercado segurador

O ano de 2020 ficou marcado como um ano de grandes mudanças, com a pandemia Covid19 a estar no centro de todas as atenções e a juntar-se aos grandes desafios que o setor segurador já vinha a enfrentar, tais como as reformas regulamentares profundas, as baixas taxas de juro e o elevado número de catástrofes naturais.

Apesar do plano de vacinação em curso, ainda não há certezas quando se vai atingir a imunização de grupo, pelo que serão esperadas medidas prudentes para contenção da pandemia. Os impactos na economia, nas famílias e empresas são ainda uma incerteza, mas potenciará mudanças no mercado segurador. As dificuldades que derivaram da pandemia vieram intensificar a necessidade de inovação, já identificada no passado, pelo que será dada primazia aos projetos tecnológicos em curso, uma vez que estes serão fatores críticos de sucesso.

Os próximos anos constituirão também um período de grande exigência para o setor devido à implementação da nova norma contabilística IFRS 17, que implicará alterações materiais no reporte financeiro e nos elementos que suportam as decisões de negócio. Este novo normativo entrará em vigor em janeiro de 2023.

Numa envolvente cada vez mais exigente, tem sido evidente a percepção do risco a que as companhias de seguros se encontram expostas, o que exige, cada vez mais, uma adequada preparação para a mitigação dos riscos e uma gestão mais eficiente do seu capital.

C. A estratégia para o triénio 2020-2022

A Montepio Seguros SGPS é uma entidade gestora de participações, que centra a sua atividade na alocação, de forma eficiente, do capital necessário para o desenvolvimento das operações das suas participadas. A gestão das empresas participadas é autónoma e orientada pelos planos estratégicos de cada unidade.

A nível dos requisitos de capital, a Montepio Seguros SGPS continuará a desenvolver as medidas necessárias para o cumprimento dos objetivos em termos de níveis de solvência.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

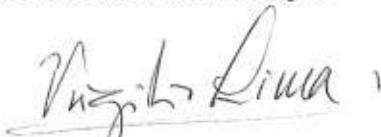
O Conselho de Administração pretende agradecer a todas as entidades que contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Sociedade, destacando especialmente:

- As Autoridades de Supervisão, em especial a Autoridade da Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.

A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos aos Acionistas pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 21 de maio de 2021

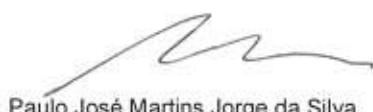
O Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente



Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente



Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2020

8

JL

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



**Demonstração da posição financeira consolidada
em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Notas do anexo	ATIVO	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	valores em euros	
				2020	2019
6	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	26 483 974	-	26 483 974	13 162 464
4	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	385 221	-	385 221	779 052
7	Ativos financeiros detidos para negociação	35 971	-	35 971	24 326
7	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11 361 276	-	11 361 276	11 187 298
7	Ativos financeiros disponíveis para venda	1 290 758 398		1 290 758 398	1 142 192 667
7	Empréstimos concedidos e contas a receber	72 451 485	2 602 117	69 849 368	29 876 689
	Depósitos junto de empresas cedentes	216 061	-	216 061	357 557
	Outros depósitos	69 083 192	-	69 083 192	29 283 126
	Empréstimos concedidos	3 152 232	2 602 117	550 115	236 006
8	Terrenos e edifícios	64 747 839	11 173 298	53 574 541	53 055 807
	Terrenos e edifícios de uso próprio	46 880 461	11 173 298	35 707 163	36 036 275
	Terrenos e edifícios de rendimento	17 867 378	-	17 867 378	17 019 532
9	Outros ativos tangíveis	24 960 970	22 778 390	2 182 580	1 579 096
10	Inventários	25 303	-	25 303	1 073 150
9,2	Ativos sob direito de uso	4 292 005	2 034 191	2 257 814	2 225 048
11	Outros ativos intangíveis	30 853 481	13 080 072	17 773 409	19 670 374
5,1	Provisões técnicas de resseguro cedido	33 698 050		33 698 050	35 630 763
	Provisão para prémios não adquiridos	11 483 341	-	11 483 341	10 593 325
	Provisão matemática	165 980	-	165 980	186 120
	Provisão para sinistros	22 022 535	-	22 022 535	24 486 063
	Provisão para participação nos resultados	26 194	-	26 194	365 256
24	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	577 051	-	577 051	531 941
12	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	39 910 881	5 172 404	34 738 477	36 429 605
	Contas a receber por operações de seguro direto	26 972 176	3 507 800	23 464 376	23 194 550
	Contas a receber por operações de resseguro	3 889 544	709 483	3 180 061	2 771 532
	Contas a receber por outras operações	9 049 161	955 121	8 094 040	10 463 524
16	Ativos por impostos e taxas	15 469 236	-	15 469 236	15 392 183
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	915 055	-	915 055	720 200
	Ativos por impostos diferidos	14 554 181	-	14 554 181	14 671 983
14	Acréscimos e diferimentos	2 422 133	-	2 422 133	1 502 846
	TOTAL ATIVO	1 618 433 273	56 840 471	1 561 592 802	1 364 313 311

Lisboa, 21 de maio de 2021

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente

Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Boavista Lima
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

**Demonstração da posição financeira consolidada
em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	valores em euros	
		2020	2019
	PASSIVO		
5	Provisões técnicas	572 730 460	532 751 797
	Provisão para prémios não adquiridos	52 050 132	51 011 756
	Provisão matemática do ramo vida	151 100 362	132 686 735
	Provisão para sinistros	335 566 123	320 625 031
	De vida	27 852 446	28 156 758
	De acidentes de trabalho	206 961 234	185 213 105
	De outros ramos	100 752 443	107 255 167
	Provisão para participação nos resultados	20 603 494	16 585 222
	Provisão para desvios de sinistralidade	9 749 857	9 073 663
	Provisão para riscos em curso	3 660 492	2 769 390
7.3	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	601 811 183	494 575 834
7.4	Outros passivos financeiros	70 336 050	72 143 733
	Passivos subordinados	58 500 000	58 500 000
	Depósitos recebidos de resseguradores	11 836 050	13 643 733
24	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	591 561	803 407
13	Outros credores por operações de seguros e outras operações	31 150 235	29 809 390
	Contas a pagar por operações de seguro direto	17 767 848	17 735 271
	Contas a pagar por operações de resseguro	9 418 218	8 182 982
	Contas a pagar por outras operações	3 964 169	3 891 138
16	Passivos por impostos e taxas	48 788 634	39 165 133
	Passivos por impostos correntes	14 349 472	15 830 972
	Passivos por impostos diferidos	34 439 162	23 334 162
9.2	Passivos de locações	2 288 007	2 231 274
14	Acréscimos e diferimentos	7 569 016	6 193 884
15	Outras provisões	10 603 400	11 005 000
	TOTAL PASSIVO	1 345 868 546	1 188 679 453
	CAPITAL PRÓPRIO		
27	Capital	137 750 000	137 750 000
	(Acções Próprias)	(5 061 605)	(5 061 605)
27	Outros instrumentos de capital	200 500 001	200 500 001
28	Reservas de reavaliação	133 767 177	89 033 977
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	133 767 177	89 033 977
28	Reserva por impostos diferidos e correntes	(35 852 572)	(24 635 423)
28	Outras reservas	(94 936 360)	(94 830 951)
	Resultados transitados	(127 573 325)	(115 155 517)
	Resultado líquido do exercício	6 475 043	(12 405 223)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	215 068 359	175 195 258
4	Interesses que não controlam	655 897	438 600
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	215 724 256	175 633 858
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM E CAPITAL PRÓPRIO	1 561 592 802	1 364 313 311

Lisboa, 21 de maio de 2021

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente

Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

**Conta de ganhos e perdas consolidados
em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Notas do anexo	CONTA DE GANHOS E PERDAS	Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	VALORES EM EUROS	
					2020	2019
17	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	42 297 584	188 971 947	-	239 269 531	247 589 635
17	Prémios brutos emitidos	45 831 361	217 330 090	-	263 161 451	243 625 073
2	Prémios de resseguro cedido	3 533 777	31 121 675	-	34 655 052	35 216 175
5	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	126 285	-	126 285	3 683 645
5	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradoras (variação)	-	890 017	-	890 017	2 664 382
18	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2 749 280	-	-	2 749 280	1 939 631
5	Gastos comitivos, líquidos de resseguro	20 469 026	139 226 220	-	159 694 246	190 000 665
	Montantes pagos	19 802 675	121 416 244	-	141 218 819	161 761 545
	Montante bruto	20 930 527	129 711 804	-	150 642 331	208 375 079
	Parte das resseguradoras	1 127 851	9 285 590	-	9 423 411	46 513 434
	Provisão para sinistros (variação)	566 351	17 828 976	-	18 475 327	28 329 020
	Montante bruto	(304 312)	15 043 446	-	15 539 136	(8 199 609)
	Parte das resseguradoras	(970 663)	(1 903 528)	-	(2 936 161)	(36 528 629)
5	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	17 631 857	-	-	17 631 857	23 390 869
	Montante bruto	17 611 717	-	-	17 611 717	23 284 015
	Parte dos resseguradoras	20 140	-	-	20 140	6 845
5	Participação nos resultados, líquida de resseguro	872 056	-	-	872 056	931 554
5	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	1 567 285	-	1 567 285	(535 211)
22	Gastos e gastos de exploração líquidos	8 577 995	53 784 264	-	62 362 259	62 939 418
	Gastos de aquisição	8 269 254	40 524 575	-	48 793 829	51 404 825
5	Gastos de aquisição diferidos (variação)	-	912 090	-	912 090	(855 021)
	Gastos administrativos	2 792 455	16 080 062	-	18 672 517	16 417 902
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	2 483 714	3 732 493	-	5 216 177	4 027 778
19	Rendimentos	17 774 315	6 757 936	2 169 391	26 701 642	26 354 688
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	17 266 585	6 332 218	1 581 062	25 179 856	24 358 652
	Outros	507 729	425 718	568 339	1 521 786	1 906 036
19	Gastos financeiros	709 584	4 149 547	1 306 260	6 185 381	4 154 811
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	82 621
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	1 135 456	1 135 456	-
	Outros	709 584	4 149 547	170 824	5 529 935	4 072 180
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(15 482 624)	8 247 300	325 230	(2 910 094)	2 640 973
	De ativos disponíveis para venda	(157 782)	7 972 245	174 787	7 989 270	11 678 889
	De investimentos a determinar à maturidade	-	-	9 187	(9 187)	1 009
7.3	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(11 324 882)	-	-	(11 324 882)	(9 636 906)
	De outros	-	265 868	159 630	425 499	-
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(102 893)	(3 700)	(17 837)	(124 530)	443 917
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(102 893)	(3 700)	(17 837)	(124 530)	443 917
	Diferenças de câmbio	-	(863 371)	(821 960)	(1 685 331)	(144 010)
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes devidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	77 647	-	77 647	202 809
7	Perdas de imparidares (líquidas de reversão)	-	124 784	-	124 784	(51 019)
	De ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	(2 527)
	De outros	-	124 784	-	124 784	(48 492)
25	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	84 421	(5 014)	1 108 981	1 108 388	974 484
15	Outras provisões (variação)	-	-	-	-	8 541 224
26	Outros rendimentos/gastos	-	-	2 501 284	2 501 284	(1 160 733)
	Rendimentos de prestação de serviços	-	-	8 302 210	8 302 210	7 797 204
	Gastos com prestação de serviços	-	-	4 956 494	4 956 494	4 914 972
	Outros rendimentos/gastos	-	-	(844 432)	(844 432)	(4 042 986)
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	48 311	48 311	19 689
16	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	3 068 985	2 331 635	4 007 090	9 407 620	(11 101 368)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	2 581 716	2 581 716	3 003 610
16	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	(232 770)	242 818	10 048	(2 714 321)
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	3 068 985	2 564 405	1 182 464	6 815 854	(11 990 996)
4	Interesses que não controlam	-	-	340 811	340 811	414 627
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL	3 068 985	2 564 405	841 853	6 475 043	(12 405 223)

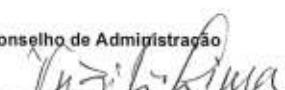
Lisboa, 21 de maio de 2021

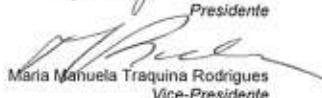
O Contabilista Certificado

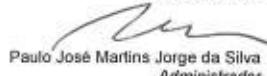
Maria da Conceição Clemente

Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração


Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente


Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente


Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

**Demonstração consolidada do rendimento integral
em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

	Notas do Anexo	2020			2019			valores em euros
		Atribuível aos accionistas	Interesses que não controlam	Total	Atribuível aos accionistas	Interesses que não controlam	Total	
Resultado líquido do exercício		6 475 043	340 811	6 815 854	(12 405 223)	414 627	(11 990 596)	
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados		33 516 052	280 696	33 806 748	52 296 386	254 778	52 551 154	
Reserva de justo valor	28	44 733 201	392 402	45 125 603	74 633 790	343 917	74 977 716	
Impostos diferidos e correntes	16	(11 217 149)	(101 705)	(11 318 855)	(22 337 413)	(89 138)	(22 426 552)	
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		(105 408)	1 530	(103 878)	(57 806)	(1 364)	(59 170)	
Reconhecimento dos desvios acturais		(105 408)	1 530	(103 878)	(57 806)	(1 364)	(59 170)	
Impostos diferidos e correntes								
Outro rendimento integral		33 410 644	292 226	33 702 870	52 230 581	253 414	52 491 994	
Rendimento integral do exercício		39 885 687	633 037	40 518 724	39 833 357	668 040	40 501 398	

Lisboa, 21 de maio de 2021

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente

Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Boavista Lima
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

**Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Notas do Anexo	Capital	Outros instrumentos de capital	Ações próprias	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos Diferidos e Correntes	Otras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe	Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe			Valores em euros
									Total de Capital Próprio	Interesses que não controlam	Total de Capital Próprio	
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	137 750 000	170 500 001	(5 061 625)	14 400 177	(2 298 010)	(94 773 146)	(116 448 675)	976 553	105 045 295	(238 092)	104 806 303	
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	976 553	(976 553)	-	-	
Prestações suplementares	27	-	30 000 000	-	-	-	-	-	-	30 000 000	-	
Variação de desvios actuariais	-	-	-	-	-	(57 806)	-	-	-	(57 806)	(1 384)	
Outras variações de reservas	28	-	-	-	-	-	316 605	-	-	316 605	9 592	
Alterações de justo valor	-	-	-	74 633 789	(22 337 413)	-	-	-	-	52 296 386	328 157	
Resultado líquido do exercício	7	-	-	-	-	-	-	112 405 223	(12 405 223)	112 405 223	52 551 184	
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	137 750 000	200 500 001	(5 061 605)	89 033 976	(24 635 423)	(94 830 952)	(115 155 517)	112 405 223	175 195 257	438 601	175 633 858	
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	(12 405 223)	12 405 223	-	-	(414 627)	
Prestações suplementares	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Variação de desvios actuariais	-	-	-	-	-	(105 408)	-	-	-	(105 408)	1 530	
Outras variações de reservas	28	-	-	-	-	-	(12 585)	-	-	(12 585)	(11 114)	
Alterações de justo valor	7	-	-	-	44 733 201	(11 217 149)	-	-	-	33 516 052	280 696	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6 475 043	6 475 043	340 811	6 815 854	
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	137 750 000	200 500 001	(5 061 605)	133 767 177	(35 852 572)	(94 836 360)	(127 573 325)	6 475 043	215 068 359	655 897	215 724 256	

Lisboa, 21 de maio de 2021

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente

Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Boavista Lima
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

**Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

	Notas do anexo	Euros	
		2020	2019
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		6 475 043	(12 405 223)
Relocalização + Vala clínica de serviços médicos computarizados de Belém		(265 868)	
Relocalização de juros com empréstimos obrigacionistas	7,3	4 808 282	1 566 048
Depreciações e amortizações do exercício	8/9/11	4 974 420	5 222 046
Variação das provisões técnicas de seguro direto	5	39 978 663	27 493 007
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	5	1 932 713	33 979 515
Variação de passivos por contratos de investimento e passivos financeiros	7,3	107 235 349	52 878 096
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	12	1 499	(966 269)
Variação de outras provisões	15	(401 600)	7 747 622
Variação de ativos de negociação	7	(11 645)	(6 866)
Variação de empréstimos e contas a receber	7,2	(172 613)	14 460 574
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	12	1 692 627	(5 524 048)
Variação de outros ativos e passivos por impostos	16	(1 670 702)	(1 050 069)
Variação de outros ativos e passivos		(1 882 583)	(507 350)
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	13	1 340 845	1 377 009
		184 034 431	124 264 091
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas	7,1	(173 978)	(1 516 113)
Variação nos ativos financeiros disponíveis para venda	7,1	(103 832 530)	(172 635 305)
Depósitos a prazo		(39 800 066)	-
Reavaliações/write-offs, aquisições e alienações de ativos tangíveis, intangíveis e imóveis	9/11	(1 757 638)	(2 583 053)
Efeito da alteração de interesses em subsidiárias e associadas	4	876 996	155 245
		(144 687 216)	(176 579 226)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Operações de locação (IFRS 16)	9,2	(1 217 423)	(1 026 782)
Recebimentos de prestações suplementares		-	30 000 000
Variação de passivos subordinados	7,4	-	7 500 000
Juros com empréstimos obrigacionistas	7,4	(4 808 282)	(1 566 048)
		(6 025 705)	34 907 170
Variação líquida em caixa e equivalentes		13 321 510	(17 407 965)
Caixa e equivalentes no início do exercício		13 162 464	30 570 429
Caixa e equivalentes no fim do exercício	6	26 483 974	13 162 464

Lisboa, 21 de maio de 2021

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente

Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente

Maria Manuela Traquina Rodrigues

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vice-Presidente

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS



[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Notas às demonstrações financeiras consolidadas

1. Informações gerais

A Montepio Seguros SGPS, SA, adiante designada por Montepio Seguros ou Grupo, foi constituída em 27 de dezembro de 2013, sob a forma jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais e dedica-se à gestão de participações sociais do setor segurador e gestão de fundos de pensões.

A Montepio Seguros tem a sua sede na Rua de São Domingos à Lapa, 35, em Lisboa.

As Notas às contas incluídas neste anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de maio de 2021, e encontram-se sujeitas à aprovação da Assembleia-Geral dos acionistas.

As demonstrações financeiras apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista, entidade que controla a Montepio Seguros.

2. Informação por segmentos da atividade seguradora

O Grupo explora maioritariamente o negócio segurador e todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizado pela ASF.

Um segmento operacional é uma componente identificável do Grupo que (i) é passível de gerar proveitos ou levar ao incorrimento em gastos, estando sujeita a riscos e benefícios distintos de outras componentes que operem em ambientes económicos distintos, (ii) cujos resultados operacionais são revistos regularmente pelo responsável pela tomada da decisão ao nível operacional do segmento, de modo a efetuar a alocação de recursos ao mesmo e a avaliar o seu desempenho e (iii) para a qual existe informação financeira individualizada. É um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

O Grupo efetua o relato da informação por ramos, tendo em consideração que os mais significativos são: Vida, Automóvel, Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos.

O relato por segmentos operacionais em 2020 e 2019 pode ser analisado como se segue:

Rubrica	Total 2020	Ramos Vida	Ramos não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Euros Outros inferiores a 10% do total
Prémios brutos emitidos	263 161 451	45 831 361	217 330 090	79 986 059	45 238 443	76 375 696	15 731 892
Prémios de resseguro cedido	34 655 652	3 533 777	31 121 875	3 438 954	17 903 919	1 998 552	7 780 450
Prémios brutos adquiridos	263 035 166	45 831 361	217 203 805	78 346 544	45 792 235	79 517 254	13 547 772
Resultado dos investimentos	15 420 715	5 479 234	9 941 481	8 290 971	(929 742)	(966 801)	3 547 053
Custos com sinistros brutos	166 181 467	20 626 215	145 555 252	70 111 985	19 738 449	54 458 096	1 248 722
Custos de exploração brutos	68 578 436	11 061 709	57 516 727	19 625 251	12 579 188	21 796 831	3 515 457
Resultado técnico	5 400 619	3 068 984	2 331 635	(1 822 458)	615 708	(51 637)	3 590 022
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	1 277 315 884	819 156 107	458 159 777	301 315 058	41 936 345	101 282 864	13 645 510
Provisões técnicas e passivos de contratos de investimentos	1 174 541 643	801 367 485	373 174 158	220 681 008	38 777 920	98 621 175	15 094 055

Rubrica	Total 2019	Ramos Vida	Ramos não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Euros Outros inferiores a 10% do total
Prémios brutos emitidos	283 825 073	58 336 460	225 488 613	82 744 929	46 997 528	83 361 836	12 384 320
Prémios de resseguro cedido	35 216 174	3 459 215	31 756 959	3 435 720	18 531 334	5 511 681	4 278 224
Prémios brutos adquiridos	280 141 430	58 336 460	221 804 970	80 702 700	45 131 934	83 575 068	12 395 270
Resultado dos investimentos	24 799 304	10 427 868	14 371 436	9 285 971	1 234 809	3 352 794	497 862
Custos com sinistros brutos	200 175 469	31 513 921	168 661 548	73 023 195	24 027 870	69 499 828	2 110 655
Custos de exploração brutos	66 967 196	8 412 575	58 554 621	20 254 097	12 407 861	21 925 397	3 967 266
Resultado técnico	(1 414 232)	6 651 316	(8 065 548)	(16 386 405)	4 322 104	(179 912)	4 158 666
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	1 141 859 239	683 699 462	458 159 777	301 315 058	41 936 345	101 262 864	13 845 510
Provisões técnicas e passivos de contratos de investimentos	1 027 327 631	672 004 549	355 323 082	198 135 157	41 936 345	101 262 864	13 988 716

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

Bases de preparação:

As demonstrações financeiras consolidadas ("demonstrações financeiras") da Montepio Seguros reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), emitido pela ASF, e aprovado pela Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2020, a Montepio Seguros adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2020. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 35. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Apesar da sua entrada em vigor ter ocorrido em 1 de janeiro de 2018, o Grupo não aplica ainda a IFRS 9 – 'Instrumentos financeiros', ao abrigo da isenção prevista para as seguradoras durante a vigência da IFRS 4.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Montepio Seguros não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 35.

Bases de mensuração:

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade, com exceção dos casos em que seja expressamente indicada o contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento.

Os restantes ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Montepio Seguros efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de ativos, passivos, rendimentos e gastos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas seguidamente (nota 3.2.).

3.1. Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

a) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da Montepio Seguros e das suas subsidiárias ("Grupo"), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

(i) Subsidiárias e Associadas

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização). O Grupo controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por partes adicionais ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Montepio Seguros detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente, é presumido que a Montepio Seguros exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas: (i) representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente; (ii) participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre

dividendos ou outras distribuições; (iii) transações materiais entre o Grupo e a participada; e, (iv) intercâmbio de pessoal de gestão;(v) fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as empresas subsidiárias e associadas incluídas no perímetro de consolidação estão identificadas na Nota 4.

(ii) Goodwill e valor da carteira adquirida

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são diretamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo, resultante de aquisições, é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição adicionado do justo valor de participações detidas anteriormente e o justo valor da quota-parte proporcional dos ativos adquiridos e dos passivos contingentes assumidos.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

A Montepio Seguros testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido, anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indiciarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

O valor da carteira adquirida (*value in force*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O valor da carteira adquirida corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte, por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros.

A Montepio Seguros amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.



(iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

(iv) Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido goodwill adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

(v) Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

b) Contratos de seguro

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido inclui participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pró-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos

quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

c) Princípio da especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Montepio Seguros realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A provisão para prémios não adquiridos foi calculada, contrato a contrato, por aplicação do método *pro-rata temporis*, de acordo com a Norma n.º 19/94-R, da ASF, (tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma n.º 3/96-R, da ASF).

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros Não Vida.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

De acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de Setembro da ASF, os custos com pessoal de carácter extraordinário, relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros, a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada, de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentrarão de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso.

iii) Provisão para sinistros

Esta provisão foi determinada como segue:

- Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados, ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, com exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pela ASF e elaborada por métodos atuariais;
- Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020, que envolvam pagamento de pensões já homologadas pelo Tribunal de Trabalho, ou com acordo de conciliação já realizado, e, ainda, para fazer face às responsabilidades por presumíveis incapacidades permanentes;
- A Montepio Seguros calculou a provisão matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, da ASF, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de abril, utilizou a tábua de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, sem encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma, optou por 80% da tábua de mortalidade TD 88-90 relativamente ao género masculino (em 2019 90%) e 90% da tábua de mortalidade TV 88-90 relativamente ao género feminino. A taxa técnica considerada em 2020 foi de 1,75% relativamente aos sinistros ocorridos em 2020 e 2% no que diz respeito a anos anteriores a 2020 (em 2019 uma taxa de desconto transversal de 2,50%). A taxa de encargos de gestão considerada foi de 2,00% (1,75% em 2019);
- A responsabilidade inerente ao acréscimo anual das pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pela ASF e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT;
- O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal, IBNER (*Incurred But Not Enough Reserved*), e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros não participados à Montepio Seguros em 31 de dezembro de 2020, IBNR (*Incurred But Not Reported*), foram calculadas por métodos atuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão matemática.

Em linha com o exercício anterior, a percentagem aplicada foi de 4% do valor dos custos do exercício, relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o encerramento do exercício, para uma pequena parte dos ramos, tendo-se optado por métodos atuariais nos ramos Doença, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e na modalidade Acidentes de Trabalho. O ramo Doença inclui uma reserva, apurada pela aplicação de métodos de cálculo atuarial sobre a totalidade dos sinistros pagos, englobando, assim, os sinistros não declarados e os declarados que ainda não estejam suficientemente provisionados. Nos negócios Acidentes de Trabalho, Automóvel e Incêndio e Outros Danos é calculado pela extração por *run-off* semelhante ao supra exposto, com vista a apurar o número de sinistros por participar. Multiplicando esta cifra pelo custo médio apurado para o ano de ocorrência em causa, obtendo-se a provisão atuarial para sinistros não declarados.

O Grupo procedeu ao teste de adequação das responsabilidades tendo por base os *cash-flows* dos ativos a cobrir responsabilidades bem como os *cash-flows* dos passivos associados à responsabilidade do ramo de acidentes de trabalho, de acordo com os requisitos da IFRS 4.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para a cobertura de Fenómenos Sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Montepio Seguros.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

vi) Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo Vida.

vii) Provisão para participação nos resultados a atribuir ("Shadow accounting")

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

O registo efetuado das mais-valias potenciais líquidas das menos-valias, apuradas no âmbito da reavaliação dos ativos afetos aos seguros com participação nos resultados é refletida na Demonstração de Resultado Integral como 'Provisão para participação nos resultados a atribuir ("shadow")'.

viii) Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

ix) Teste de adequação das responsabilidades

De acordo com os requisitos da IFRS 4, à data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo Vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados.

x) Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguros. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respetivos prémios.

Os custos de aquisição estão, direta ou indiretamente, relacionados com a venda de contratos de seguro, pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Justo Valor

d) Ativos financeiros (IAS 39)

i) Classificação

A Montepio Seguros classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; e,
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando: (i) tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor; (ii) tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); e (iii) tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Montepio Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e despreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Montepio Seguros se compromete a adquirir ou alienar os ativos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (a) expiram os direitos contratuais da Montepio Seguros ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (b) a Montepio Seguros tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (c) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Montepio Seguros tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas na conta de resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado utilizando o seu preço de compra corrente (*bid price*) publicado pela Bloomberg ou, na falta desta pela bolsa onde os ativos estão cotados. Na ausência de cotação, a Montepio Seguros estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou providers.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

iv) Imparidade

A Montepio Seguros avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

A Montepio Seguros considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

- Para os títulos de rendimento variável: (i) uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou (ii) uma desvalorização significativa na valorização (mais de 30% do respetivo valor de aquisição), e o Grupo efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.
- Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.
- Para os títulos de rendimento fixo: existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para os resultados.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for, objetivamente, relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

v) Transferências entre categorias

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Investimentos detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou,
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Investimentos detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

O Grupo adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 7.

e) Outros instrumentos financeiros – derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;

- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e,
- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e sua materialidade).

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos; e, (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. O Grupo procede ao desreconhecimento dos passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

h) Ativos fixos tangíveis e intangíveis

i) Ativos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição e as suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	Taxas Anuais	Vida útil
Equipamento administrativo	8% - 100%	2 a 12 anos
Máquinas e ferramentas	10% - 25%	4 a 10 anos
Equipamento informático	25% - 33,33%	3 a 4 anos
Instalações interiores	10% - 13%	8 a 10 anos
Equipamento de transporte	25%	4 anos
Outro equipamento	10% - 25%	4 a 10 anos

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Montepio Seguros. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo excede o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os gastos incorridos em imóveis arrendados são também classificados como ativos tangíveis.

ii) Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional do Grupo.

Os imóveis de uso próprio são valorizados pelo modelo do custo, ou seja, registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e de perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são efetuadas de acordo com a sua vida útil esperada, segundo o método das quotas constantes, como segue:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
Imóveis	2% - 4%	25 a 50 anos

Os terrenos não são depreciados. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

iii) Ativos intangíveis

O software é contabilizado ao respetivo custo histórico de aquisição / investimento e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a respetiva vida útil estimada:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
Software	10% - 33%	3 a 10
Despesas em edifícios arrendados	20% - 33,33%	3 a 5 anos

Nesta rubrica é reconhecido o VIF de carteiras adquiridas ao nível do Grupo [ver nota 3 alíneas a) e i)].

iv) Imparidade de ativos não financeiros

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo excede o seu valor recuperável.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos



fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados.

i) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da variação de justo valor de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se revertem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e na medida em que o Grupo controla a reversibilidade de tais diferenças.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças. Ver, a este propósito, o explicitado na Nota 16.

j) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

k) Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho vigente até 31/12/2011 para o setor de seguros, o Grupo concedia aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente das subsidiárias do setor segurador, admitidos até 31/12/2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontravam a receber uma pensão de pré-reforma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente após 31/12/2009, com contratos de trabalho em vigor na atividade seguradora em 22/05/1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social.

Adicionalmente, o Grupo atribuiu um plano de benefício definido aos membros do Conselho de Administração que, tendo exercido funções na atividade seguradora, tenham direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia Geral.

Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destinava a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no ativo, pré-reformados e Administradores calculados em função dos salários projetados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.

Relativamente à subsidiária Futuro, o Grupo assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, o Grupo adquiriu unidades de participação do Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pelo Grupo, de cobertura total das responsabilidades atuarialmente determinadas.

A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no ativo e dos reformados é assegurada pelo Fundo de Pensões Lusitania, gerido pela Lusitania Vida.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Quanto às alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. De acordo com a IAS 19, o Grupo procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos dos Fundos de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) Remensurações de planos de benefícios atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.



A Montepio Seguros reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Com base na decisão do tribunal a Montepio Seguros procede ao reconhecimento da responsabilidade relativa aos trabalhadores associados da SINAPSA de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Montepio Seguros são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

As remensurações (desvios atuariais) determinadas são registadas por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

I) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Montepio Seguros tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

m) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos



financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos, isto é, quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

n) Relato por segmentos da atividade seguradora

A Montepio Seguros não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada relativa a segmentos (ramos de negócio) respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF. Ver Nota 2.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

p) Propriedades de investimento

A Montepio Seguros classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Montepio Seguros venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

q) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

r) Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados são refletidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Direto. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF, de base económica.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

De acordo com a circular 9/2008 da ASF as empresas de seguros devem avaliar, à data de cada balanço, se existe qualquer evidência objetiva de que as contas a receber estejam com imparidade, devendo reconhecer perdas por imparidade nos termos da IAS 39.

Para o cálculo, o Grupo avaliou se existia evidência objetiva de imparidade em base individual para os recibos emitidos que sejam individualmente significativos, e em base individual ou coletiva para os recibos emitidos que não sejam individualmente significativos.

Os fluxos monetários considerados para efeito de imparidade apurada numa base coletiva foram estimados com base na experiência de perdas históricas, ajustada considerando os dados observáveis correntes, para contas a receber com características de risco de crédito semelhantes às do Grupo. Para efeitos da determinação dos fluxos monetários, o Grupo teve em consideração, para cada um dos ramos, os recibos dos prémios por cobrar que ainda não tinham sido anulados pelo facto de o Grupo se encontrar a guardar, dentro dos prazos legais e contratualmente aplicáveis, a conformação de cobrança, corrigidos mediante a aplicação de coeficientes médios que expressem o comportamento histórico da proporção desses prémios efetivamente não cobrados. O montante dos recibos dos prémios por cobrar foi apurado tendo em consideração os correspondentes prémios não adquiridos por cobrar, líquidos de resseguro, a provisão matemática, as comissões e as taxas de imposto.

s) Locações

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período em troca de uma retribuição.

Para determinar se um contrato inclui uma locação, o Grupo avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

O Grupo reconhece um Ativo sob direito de uso e um Passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato.

O Ativo sob direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial do Passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de entrada em vigor, quaisquer custos diretos iniciais, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo obtido.

O Ativo sob direito de uso é depreciado pelo método das quotas contantes durante o período do contrato de locação, sendo sujeito a testes de imparidade quando existam indicadores de imparidade. As perdas de imparidade apuradas são registadas de imediato na Demonstração dos resultados.

O Passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental do Grupo.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do Passivo de locação incluem as seguintes componentes: (i) pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos; (ii) pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice; (iii) montantes que sejam devidos no âmbito de uma garantia sobre o valor residual do ativo; iv) preço de exercício de opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo irá exercer as mesmas; e v) pagamentos de penalidade pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo aumento do juro conforme aplicação da taxa de juro de desconto e reduzido pelo pagamento das rendas.



O Passivo da locação é remensurado quando se verificarem: (i) alterações nos pagamentos futuros derivadas de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato; (ii) alterações na estimativa do Grupo sobre o montante que deverá ser pago a título de garantia sobre o valor residual de um ativo, ou (iii) caso o Grupo altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o Passivo de locação é remensurado, o Ativo sob direito de uso é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho na demonstração dos resultados.

t) Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

Em todos os devedores os créditos encontram-se valorizados ao custo amortizado líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

u) Acréscimos e diferimentos

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de ativos e passivos que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados, ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe um direito executório legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

w) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

x) Gastos por natureza imputados às funções

Em cumprimento com as regras da ASF, o Grupo procede à imputação dos custos por funções.

Os custos são imputados diretamente às funções (sinistros, investimentos, aquisição e administrativa) na fase da contabilização por natureza.

Todos os casos em que não seja possível a imputação direta à função são enquadrados numa função genérica.

Periodicamente, para o acumulado de custos da função genérica, é feita uma imputação indireta às funções definidas, na proporção dos custos que, no período em análise, tenham sido imputados diretamente às referidas funções.

Imputação dos custos por ramos

A imputação aos ramos é feita após a imputação às funções, ou seja, aquando da entrada nas contas de custos por funções.

Em cada ramo é levada em consideração a componente direta evidente e a componente indireta que resulta da aplicação de determinados critérios ao montante de custos não diretamente imputados.



y) Rédito de serviços prestados

Os rendimentos de serviços são reconhecidos da seguinte forma: (i) Os rendimentos de serviços obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem; (ii) Os rendimentos de serviços que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

3.2. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

i) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo face ao respetivo custo de aquisição. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os cashflows futuros estimados para títulos de dívida. No julgamento efetuado, o Grupo avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

ii) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou, com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderá originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

iii) Justo valor de propriedades de investimento – Terrenos e edifícios de rendimento

As propriedades de investimento classificadas como terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados e, subsequentemente, ao seu justo valor.

A valorização destas propriedades de investimento faz-se mediante a consideração da ponderação ajustada, a cada caso, dos valores resultantes da aplicação do método comparativo e do método do rendimento. Alterações aos pressupostos considerados em cada um dos métodos de avaliação, podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

iv) Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos intangíveis de longo prazo (VIF) são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.



Considerando as incertezas quanto à determinação do valor recuperável líquido dos ativos intangíveis, pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

Com base nos procedimentos efetuados, concluímos que estas estimativas são baseadas em pressupostos e outros fatores consistentes.

v) Imparidade em saldos de outros devedores por operações de seguros e outras operações

Os saldos de outros devedores por operações de seguros e outras operações são contabilizados pelo valor da contraprestação acordada, encontrando-se mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade. As perdas por imparidade são registadas tendo por base o risco de crédito subjacente das contrapartes e a experiência de perdas reais ao longo de um período considerado como relevante.

vi) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas nas rubricas contabilística de provisões técnicas.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática de contratos de vida, provisão para participação nos resultados atribuída, provisão para participação nos resultados a atribuir, teste de adequação das responsabilidades, provisão para prémios não adquiridos, a provisão para desvios de sinistralidade, a provisão para riscos em curso e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização. Dentro desta última inclui-se o teste de adequação das responsabilidades respeitante ao ramo de acidentes de trabalho.

As provisões para sinistros correspondem à melhor estimativa das responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro, e incluem as responsabilidades decorrentes de Acidentes de Trabalho. As provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados.

O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente. O Grupo regista provisões para sinistros dos ramos não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem

à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros. Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

vii) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma (nota 23) requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

viii) Impostos sobre os lucros

As entidades do Grupo encontram-se sujeitas ao pagamento de impostos sobre os lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas podem conduzir a um diferente nível de imposto calculado, reconhecido no período, quer corrente quer diferido.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Desta forma, as declarações fiscais das participadas que compõem o perímetro de consolidação do Grupo, relativas aos exercícios de 2017 a 2020, poderão ser sujeitas a revisão e correção. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais correções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das Autoridades Fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

No que respeita aos prejuízos fiscais reportados pela participadas Lusitania Seguros relativos aos exercícios de 2014 a 2016, estes têm um período de reporte de 14 anos e do exercício de 2017 de 7 anos, após a suspensão de 2 anos da contagem aprovada no âmbito das medidas extraordinárias aprovadas pelo Governo no âmbito da pandemia Covid-19, conforme o Orçamento Suplementar de 2020. De acordo com a análise de recuperabilidade efetuada, o Conselho de Administração do Grupo considera que não existe risco de imparidade sobre o valor registo conforme detalhe na Nota 16.

ix) Passivos, ativos contingentes e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recurso.

Durante o exercício de 2019 a participada Lusitania Seguros foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no montante de 20.500.000 euros pela alegada participação num acordo restritivo da concorrência, tendo provisionado 50% do valor com base na melhor estimativa disponível à data de referência das demonstrações financeiras. Esta melhor estimativa tem por base o parecer jurídico dos advogados contratados pela participada. O montante remanescente, ascendendo a 10.250.000 euros, representa um passivo contingente, que tem vindo a ser devidamente monitorizado ao longo dos exercícios.

Diferentes pressupostos ou avaliações do processo e da informação disponível poderiam levar à mensuração de um passivo de valor distinto.

4. Perímetro de consolidação e Investimentos em associadas

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

	2020		2019		Atividade
	% de interesse económico	Método de consolidação	% de interesse económico	Método de consolidação	
Subsidiárias					
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	97,69%	Integral	97,69%	Integral	Seguros não vida
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	99,79%	Integral	99,79%	Integral	Seguros vida
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	76,77%	Integral	76,77%	Integral	Gestão de fundos de pensões
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	95,70%	Integral	95,70%	Integral	Gestão de condomínios
Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior	99,79%	Integral	99,79%	Integral	Imobiliária
Associadas					
Clinica Serv. Médicos Comp. Belém, S.A.	--	Eq. Patrimonial	24,50%	Eq. Patrimonial	Cuidados de saúde
Moçambique Companhia de Seguros	19,76%	Eq. Patrimonial	19,76%	Eq. Patrimonial	Seguros não vida

Em 2020, a participação que a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. detinha na Clínica Serviços Médicos Computorizados S.A., foi adquirida pela Clínica CUF Belém. A venda foi concretizada pelo valor de euros 522.574, no qual originou uma valia de Euros 265.868.

No final de 2019, existiu uma reorganização ao nível do Grupo Montepio Seguros, tendo a Montepio Seguros alienado a participação detida, na N Seguros, S.A. ("N Seguros") à Lusitania Companhia de Seguros, S.A. ("Lusitania Seguros"), pelo valor de 2 euros. Posteriormente a esta aquisição a Lusitania procedeu à fusão por incorporação da N Seguros com efeitos económicos a 31 de dezembro de 2019.

Esta operação não teve qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

No exercício de 2019, a Lusitania Seguros aumentou a sua participação na associada Moçambique Companhia de Seguros para 19,76%.

No final do exercício de 2016, a Montepio Seguros aumentou a sua participação nas subsidiárias Lusitania Seguros para 96,78%, e na N Seguros para 100% como resultado da aquisição da totalidade da participação à Lusitania Seguros, pelo montante de Euros 17.500.000. Esta transação foi efetuada ao valor contabilístico, de acordo com as opções permitidas pelos IFRS considerando que se trata de uma transação entre entidades sob o mesmo controlo.



No exercício de 2015, a Montepio Seguros aumentou a sua participação na subsidiária Sociedade Portuguesa de Administrações ("SPA") para 94,95%.

Ainda no exercício de 2015, a Montepio Seguros alienou a totalidade da participação que detinha na Lykeion – Centro de Conhecimento, Unipessoal, Lda, tenho reconhecido uma menos valia realizada de Euros 50.000.

O detalhe dos Investimentos em filiais e associadas é apresentado como se segue:

2020	Fração de Capital Detida	Valor contabilístico	Empresa-mãe	Empresa-Mãe Topo Grupo	Capitais Próprios	Euros	
						Ano	Resultado
Moçambique Companhia de Seguros	19,8%	385 221	Grupo Montepio	Grupo Montepio	1 913 823	2020	219 062
<hr/>							
2019	Fração de Capital Detida	Valor contabilístico	Empresa-mãe	Empresa-Mãe Topo Grupo	Capitais Próprios	Euros	
						Ano	Resultado
Clinica Serv. Médicos Comp Belém, S.A.	24,5%	256 706	José Melo Saúde	José Melo Saúde	2 016 184	2019	- 116 686
Moçambique Companhia de Seguros	19,8%	522 346	Grupo Montepio	Grupo Montepio	2 643 378	2019	99 185

Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os interesses que não controlam, podem ser analisados como segue:

Subsidiária	Interesses que não controlam (balanço)		Interesses que não controlam (resultados)		Euros	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	(1 743 820)	(2 127 440)	56 202	(310 438)		
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	297 209	246 659	12 000	10 162		
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 091 849	2 285 814	274 534	723 829		
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	15 882	31 932	(2 185)	(9 191)		
Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior	(5 223)	1 635	260	266		
TOTAL	655 897	438 600	340 811	414 627		

Em 2019, a Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., beneficiou de um aumento das comissões recebidas pela gestão de fundos de pensões, em virtude das fortes valorizações verificadas no ano de 2019 nos mercados financeiros.

Em 2020, verifica-se uma situação estável face ao período homólogo.

5. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

5.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

As provisões técnicas são analisadas como segue:

	2020		2019		Euros	
	Seguro direto	Resseguro cedido	Seguro direto	Resseguro cedido	2020	2019
Provisão matemática ramo vida	151 100 362	(165 980)	132 686 735	(186 120)		
Provisão para sinistros	335 566 123	(22 022 535)	320 625 031	(24 486 064)		
Provisão para prémios não adquiridos	52 050 132	(11 483 341)	51 011 756	(10 593 325)		
Provisão para participação nos resultados	20 603 494	(26 194)	16 585 222	(365 256)		
Provisão para riscos em curso	3 660 492	-	2 769 390	-		
Provisão para desvios de sinistralidade	9 749 857	-	9 073 663	-		
Total	572 730 460	(33 698 050)	532 751 797	(35 630 765)		

A provisão para sinistros de seguro direto é analisada como segue:

Seguro Direto	Balanço		Variação de Ganhos e Perdas		Euros
	2020	2019	2020	2019	
Vida	27 852 446	28 156 758	(304 312)	804 641	
Risco	24 946 841	25 197 060	(250 219)	1 884 981	
Capitalização	2 905 605	2 959 699	(54 094)	(1 080 339)	
Não Vida	307 713 677	292 468 272	15 245 405	(4 874 326)	
Acidentes de Trabalho	206 961 233	185 332 155	21 629 079	24 230 671	
Acidentes Pessoais e Doença	4 142 187	4 580 128	(437 941)	16 262	
Incêndio e outros danos	12 943 810	16 428 335	(3 484 525)	(34 408 261)	
Automóvel	73 689 583	75 408 331	(1 718 748)	6 613 034	
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 483 393	3 603 014	(119 621)	(814 905)	
Responsabilidade civil geral	5 771 398	6 383 624	(612 226)	128 106	
Crédito e Caução	708 864	717 836	(8 973)	297 441	
Proteção jurídica	11 364	13 965	(2 601)	(2 842)	
Assistência	1 795	835	980	834	
Outros	50	49	-	(934 666)	
Total	335 566 123	320 625 030	14 941 093	(4 069 685)	

No quadro anterior, a variação de ganhos e perdas inclui a variação de reembolsos de sinistros a reembolsar, que em 2020 ascendeu a Euros 597.246 (2019: Euros 3.822.647).

Na modalidade Acidentes de Trabalho, o montante de Euros 173.125.447 (2019: Euros 159.110.680) diz respeito à provisão matemática de Acidentes de Trabalho e Assistência Vitalícia. O incremento ocorrido, deveu-se essencialmente aos seguintes fatores: diminuição da mortalidade considerada da tábua masculina utilizada em 10%, e aumento em 25pb, para 2,00%, da taxa de encargos considerada (incluindo a reserva para pagamentos futuros ao FAT) e diminuição da taxa de desconto de anos anteriores (<2020) em 50pb e 75pb em sinistros do ano corrente (2020). Relativamente às Pensões e Assistências Vitalícias de Acidentes de Trabalho é ainda considerada uma provisão estimada no montante de Euros 9.809.101 (2019: Euros 6.752.096) e Euros 3.808.437 (2019: 3.340.643), respetivamente, para fazer face a sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e agravamentos nos sinistros já declarados (IBNER).

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de Euros 8.107.380 (2019: Euros 8.386.497) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020 e ainda não reportados (IBNR), assim como uma reserva para sinistros declarados, mas suscetíveis de incremento de Euros 11.347.515 (em 2019: Euros 4.257.236). Inclui ainda uma estimativa no montante de Euros 5.585.853 (2019: Euros 5.899.609) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.



A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

Resseguro Cedido	Balanc		Variação de Ganhos e Perdas		Euros
	2020	2019	2020	2019	
Vida	8 001 608	8 972 271	(970 663)	(437 044)	
Capitalização	8 001 608	8 972 271	(970 663)	(437 044)	
Não Vida	14 020 927	15 513 792	(1 492 865)	(35 891 938)	
Acidentes de Trabalho	-	48 331	(48 331)	27 049	
Acidentes Pessoais e Doença	416 592	416 866	(274)	2 504	
Incêndio e outros danos	5 075 537	7 440 900	(2 365 364)	(35 310 754)	
Automóvel	5 773 441	4 555 226	1 218 215	432 841	
Marítimo, Aéreo e Transportes	2 119 662	1 937 326	182 336	(101 760)	
Responsabilidade civil geral	167 322	630 718	(463 396)	(333 286)	
Crédito e Caução	468 297	484 349	(16 052)	229 729	
Proteção jurídica	76	76	-	76	
Assistência	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	(838 338)	
Total	22 022 535	24 486 063	(2 463 528)	(36 328 982)	

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as outras provisões técnicas são analisadas como segue:

	2019	Euros	
		Dotações / reduções	2020
Provisão para desvios de sinistralidade	9 073 663	676 194	9 749 857
Provisão para riscos em curso	2 769 390	891 102	3 660 492
Total	11 843 053	1 567 296	13 410 349

Em consequência da pandemia Covid-19 e das medidas tomadas pelas autoridades de saúde para contenção da doença, a taxa de sinistralidade verificada em 2020 encontra-se significativamente enviesada, em baixa, não representando o real risco a que o Grupo se encontra exposto. Este fator impacta de forma direta a provisão para riscos em curso, que utiliza informação histórica de sinistralidade para cálculo da responsabilidade. De forma a não considerar um valor atípico para esta variável que pudesse comprometer a fiabilidade da estimativa da responsabilidade, o Grupo apurou a provisão para riscos em curso tendo por base a media do rácio de sinistralidade dos últimos 5 anos.

Esta medida vai de encontro às recentes orientações emanadas pela ASF sobre o cálculo da provisão para riscos em curso.



A evolução dos custos com sinistros dos ramos não vida pode ser analisada como segue:

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2011	85 602 010	38 828 193	28 949 974	20 184 749	14 966 940	13 403 418	11 043 403	11 338 595	9 053 943	17 889 110
2012		65 509 306	31 899 003	19 457 270	12 300 074	9 329 079	7 594 859	6 088 924	6 145 314	5 727 991
2013			60 290 537	23 170 519	15 455 521	10 903 949	8 481 715	7 349 012	8 941 418	8 847 662
2014				59 597 397	27 105 241	17 194 192	14 284 268	13 381 399	14 643 291	14 250 619
2015					63 400 359	23 929 289	15 800 471	11 226 604	12 239 299	12 265 269
2016						64 163 900	22 414 305	13 682 374	13 817 135	11 997 238
2017							128 220 138	54 786 890	17 641 478	14 552 230
2018								66 235 075	30 626 670	24 340 770
2019									69 087 494	30 624 521
2020										60 215 277

Montantes Pagos para os anos de corréncia 100 877 825 143 187 711 131 049 047 119 048 301 128 090 106 125 881 054 124 581 693 171 451 220 155 928 488 128 387 618

No quadro acima são apresentados os montantes pagos e provisões para sinistros associados aos sinistros compreendidos entre 2011 e 2020.

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
2010	82.713.823	33.485.554	22.631.468	17.415.082	13.828.668	11.483.721	9.929.643	9.601.306	7.695.157	8.362.722
2011		85.602.010	38.828.193	28.949.974	20.184.749	14.966.940	13.403.418	11.043.403	11.338.595	9.053.943
2012			65.509.306	31.899.003	19.457.270	12.300.074	9.329.079	7.594.859	6.088.924	6.145.314
2013				60.290.537	23.170.519	15.455.521	10.903.949	8.481.715	7.349.012	8.941.418
2014					59.597.397	27.105.241	17.194.192	14.284.268	13.381.399	14.643.291
2015						63.400.359	23.929.289	15.800.471	11.226.604	12.239.299
2016							64.163.900	22.414.305	13.682.374	13.817.135
2017								128.220.138	54.786.890	17.641.478
2018									66.235.075	30.626.670
2019										69.087.494

Montantes Pagos para os anos de corréncia 90.526.197 148.906.386 155.485.424 136.882.833 122.319.757 130.325.294 128.138.205 126.076.903 173.243.788 165.531.910

No quadro acima são apresentados os montantes pagos e provisões para sinistros associados aos sinistros compreendidos entre 2010 e 2019.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2019 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2020 (3)	Euros	
				(3)+(2)-(1)	Reajustamentos
VIDA	26 156 758		20 033 338	27 852 446	19 729 026
ACIDENTES E DOENÇA	189 912 283		28 929 243	188 410 232	27 427 192
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	16 428 335		11 057 220	3 478 929	(1 892 186)
AUTOMÓVEL					
-RESPONSABILIDADE CIVIL	71 072 885		22 754 540	44 744 488	(3 573 857)
-OUTRAS COBERTURAS	4 335 445		2 727 945	687 260	(920 240)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3 603 014		566 359	2 426 015	(610 640)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	6 383 624		731 613	4 816 609	(835 402)
CRÉDITO E CAUÇÃO	717 837		23 773	430 791	(263 273)
PROTECÇÃO JURÍDICA	13 965		2 970	1 224	(9 771)
ASSISTÊNCIA	835		15	-	(820)
DIVERSOS	50		-	-	(50)
TOTAL GERAL	320 625 031		86 827 016	272 847 994	39 049 979

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2018 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2019 (3)	Euros	
				(3)+(2)-(1)	Reajustamentos
VIDA	27.352.117		29.825.402	19.184.487	21.657.772
ACIDENTES E DOENÇA	165.665.352		28.479.536	168.879.818	29.894.002
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	50.836.596		46.802.302	4.325.639	291.345
AUTOMÓVEL					
-RESPONSABILIDADE CIVIL	64.585.594		20.694.634	36.370.295	(7.520.665)
-OUTRAS COBERTURAS	4.209.702		2.468.281	820.004	(921.417)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4.417.919		1.322.216	3.053.428	(42.275)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	6.255.517		930.852	5.421.447	96.782
CRÉDITO E CAUÇÃO	1.354.364		167.753	708.838	(477.773)
PROTECÇÃO JURÍDICA	16.807		3.500	11.103	(2.204)
ASSISTÊNCIA	897		-	693	(4)
DIVERSOS	50		-	50	-
TOTAL GERAL	324.694.716		130.694.476	236.775.802	42.775.563



Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

Ramos/Grupos de Ramos	2020			Euros
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (1)+(2)+(3)=(4)
SEGURADO DIRETO				
VIDA	20 033 338	897 189	(304 312)	20 626 215
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	43 509 826	7 099 952	19 502 207	70 111 985
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	20 091 024	1 636 084	(3 450 812)	18 276 296
AUTOMÓVEL	49 591 968	4 001 611	884 517	54 458 096
MARITIMO, AÉREO E TRANSPORTES	1 087 780	99 196	(456 608)	730 348
RESPONSABILIDADE CÍVIL GERAL	965 347	76 636	(610 468)	431 515
CRÉDITO E CAUÇÃO	48 154	3 487	(9 440)	42 201
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	9 237	(2 801)	6 636
ASSISTÊNCIA	-	37 062	960	38 022
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	135 327 417	13 860 454	15 533 443	164 721 314
RESSEGURO ACEITE	1 446 679	7 780	5 694	1 460 153
TOTAL GERAL	136 774 096	13 868 234	15 539 137	166 181 467

Ramos/Grupos de Ramos	2019			Euros
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (1)+(2)+(3)=(4)
SEGURADO DIRETO				
VIDA	29 879 209	830 071	804 641	31 513 921
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	46 569 245	5 521 857	20 932 094	73 023 196
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	55 046 639	1 444 857	(34 722 350)	21 769 146
AUTOMÓVEL	59 477 520	3 946 614	6 075 684	89 499 828
MARITIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2 122 716	82 684	(1 130 486)	1 074 914
RESPONSABILIDADE CÍVIL GERAL	1 191 328	104 115	127 687	1 423 130
CRÉDITO E CAUÇÃO	167 883	179	(638 527)	(468 465)
PROTECÇÃO JURÍDICA	3 500	12 543	(2 842)	13 201
ASSISTÊNCIA	-	67 738	138	67 876
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	194 458 040	12 010 658	(8 551 951)	197 916 747
RESSEGURO ACEITE	1 902 197	4 185	352 342	2 258 724
TOTAL GERAL	196 360 237	12 014 843	(8 199 609)	200 175 471

A provisão matemática do ramo vida decompõe-se como segue:

	2020		2019	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Risco	28 711 671	(165 980)	35 415 590	(186 120)
Capitalização	122 388 691	-	97 271 145	-
Total	151 100 362	(165 980)	132 686 735	(186 120)

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.



A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto refletida no passivo é analisada como segue:

Seguro Direto	Balanço		Variação de Ganhos e Perdas		Euros
	2020	2019	2020	2019	
Não Vida	52 050 132	51 011 756	1 038 376	2 828 024	
Acidentes de Trabalho	2 946 602	3 078 860	(132 258)	78 709	
Acidentes Pessoais e Doença	6 630 985	5 144 015	1 486 970	1 530 451	
Incêndio e outros danos	16 557 996	16 908 090	(350 094)	1 715 486	
Automóvel	21 273 849	23 135 947	(1 862 098)	(501 967)	
Marítimo, Aéreo e Transportes	280 286	343 164	(62 878)	(47 245)	
Responsabilidade civil geral	1 266 935	1 242 291	24 644	13 034	
Crédito e Caução	101 914	101 067	847	(7 723)	
Proteção jurídica	755 999	525 539	230 460	(12 104)	
Assistência	2 235 566	532 783	1 702 783	59 383	
Outros	-	-	-	-	
Total	52 050 132	51 011 756	1 038 376	2 828 024	

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

Resseguro Cedido	Balanço		Variação de Ganhos e Perdas		Euros
	2020	2019	2020	2019	
Não Vida	11 483 341	10 593 325	890 016	2 664 382	
Acidentes de Trabalho	15 289	21 400	(6 111)	2 534	
Acidentes Pessoais e Doença	3 437 084	2 382 853	1 054 241	1 050 157	
Incêndio e outros danos	5 632 120	5 763 574	(131 454)	1 753 240	
Automóvel	-	1 516 222	(1 516 222)	(145 014)	
Marítimo, Aéreo e Transportes	131 478	145 933	(14 455)	(72 013)	
Responsabilidade civil geral	296 996	222 290	74 706	28 237	
Crédito e Caução	62 170	63 123	(953)	(6 936)	
Proteção jurídica	5 654	(5 084)	10 738	(1 040)	
Assistência	1 902 540	483 014	1 419 526	55 218	
Outros	-	-	-	-	
Total	11 483 341	10 593 325	890 016	2 664 382	

A provisão para participação nos resultados refere-se exclusivamente ao ramo Vida e é analisada como segue:

	2020		2019		Euros
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido	
Provisão para participação nos resultados atribuída	1 765 593	(26 194)	1 697 212	(365 256)	
Provisão para participação nos resultados a atribuir	18 837 901	-	14 888 009	-	
Total	20 603 494	(26 194)	16 585 221	(365 256)	

A movimentação do exercício ocorrida na participação nos resultados atribuída de seguro direto é como segue:

Participação nos resultados atribuída	2020	2019	Euros
Saldo Inicial	1 697 212	2 543 868	
Participação Distribuída			
- por provisão matemática	(802 648)	(777 756)	
- em numerário	(27 822)	(1 007 376)	
	(830 470)	(1 785 132)	
Participação Atribuída			
- por resultados do exercício	898 851	938 476	
	898 851	938 476	
Saldo final	1 765 593	1 697 212	



5.2. Gestão de riscos

No ano 2016 entrou em vigor o regime Solvência II, após a transposição da Diretiva Solvência II (Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro), para a ordem jurídica interna através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro. No normativo está estabelecido um período transitório de dois anos, para que as empresas de seguros atinjam o nível de solvência (SCR) de 100%. Para além deste período transitório, estão previstas medidas transitórias e de longo prazo para implementação plena do regime Solvência II. Estas medidas encontram-se estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 6/2015-R, de 17 de dezembro, da ASF.

Como referido anteriormente, a Montepio Seguros é a holding do Grupo Montepio para a área seguradora e de gestão de fundos de pensões. Consolida as participações de duas empresas de seguros – Lusitania Seguros e Lusitania Vida – e de uma entidade gestora de fundos de pensões – Futuro SGFP, S.A., bem como duas entidades dedicadas à gestão imobiliária.

A atuação da holding é realizada de forma integrada, centrando-se na gestão do capital necessário para o desenvolvimento das atividades das suas participadas. A gestão das empresas participadas é autónoma e orientada pelos planos estratégicos de cada unidade.

Tendo em consideração as orientações publicadas pela Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA), relativas aos mecanismos de governação no âmbito do regime Solvência II, a Montepio Seguros acompanha os planos individuais das suas participadas do setor segurador, de forma a alinhar o seu posicionamento face às exigências de capital que possam ocorrer, tendo em conta a necessidade de assegurar o cumprimento quanto aos requisitos de capital de solvência.

O Grupo definiu um Plano Diretor de Gestão Integrada de Riscos e Solvência II, que se encontra em implementação, onde estão descritas ações com vista à evolução do modelo de governação e medidas que contemplam aspectos que contribuem para a definição do modelo de gestão integrada do risco. A concretização dessas medidas está refletida nos diversos instrumentos que definem as políticas e procedimentos do Grupo.

No âmbito do período transitório, foi aprovada pela ASF a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas para o grupo homogéneo de risco Rendas decorrentes de contratos de seguro de natureza não vida e relacionados com responsabilidades de seguro de Acidentes de Trabalho e do ramo Vida, com o objetivo de efetuar a amortização do diferencial entre as provisões técnicas apuradas no regime estatutário (IFRS) face ao valor estimado no regime prudencial Solvência II.

Adicionalmente, foi aprovada pelo Regulador a aplicação do ajustamento de volatilidade à estrutura temporal das taxas de juro sem risco relevante para o apuramento da melhor estimativa das responsabilidades de seguros. A aplicação desta medida permite ao Grupo prevenir o comportamento pró-cíclico nos mercados financeiros, mitigando os efeitos sobre a melhor estimativa das provisões técnicas decorrente de um alargamento extremo dos spreads das obrigações em condições de crise do mercado.

De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o mês de julho através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Estão igualmente definidos, o apetite e os limites de tolerância ao risco incorridos pelo Grupo, e aprovadas as estratégias e políticas que orientam a gestão de risco. O Grupo tem como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de risco integrados em um sistema de gestão de riscos.

O Grupo está exposto a uma diversidade de riscos inerentes aos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira do Grupo, abrangendo as funções investimento, financiamento e gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e, ainda, riscos que não estão diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, destacando-se em particular, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.



A. Risco Específico de Seguros

A gestão de riscos do Grupo é efetuada separadamente para o ramo Vida e Não Vida.

Vida

Os riscos específicos de seguros estão subjacentes à comercialização dos contratos de seguros e são os seguintes:

- **Risco de mortalidade:** risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de longevidade:** risco de diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de despesas:** risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;
- **Risco de invalidez:** risco de agravamento da invalidez real face à invalidez esperada;
- **Risco catastrófico:** risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado; e,
- **Risco de descontinuidade:** risco de perdas face ao resgate ou anulação inesperada dos contratos de seguro.

Não Vida

- **Risco de mortalidade:** risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de despesas:** risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;
- **Risco de invalidez:** risco de agravamento da invalidez real face à invalidez esperada;
- **Risco catastrófico:** risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado; e,

Risco de descontinuidade: risco de perdas à anulação inesperada dos contratos de seguro. Os principais riscos a que o Grupo se encontra exposto são os seguintes:

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo os elementos cobertos pelos riscos financeiro e operacional. É o risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo decorrente da atividade, devido a uma fixação de preços inadequada e a pressupostos de provisionamento incorretos.

Tais perdas podem ter origem numa multiplicidade de fatores, como, por exemplo deficientes processos de desenho e tarifação dos produtos, análise e subscrição do risco, provisionamento das responsabilidades, gestão de sinistros e resseguro.

O detalhe dos sub-riscos associados a esta categoria de risco encontra-se descrito no capítulo do perfil de risco no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR).

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pelo Grupo é transferido para uma resseguradora ou um conjunto de resseguradores.

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade no cumprimento das responsabilidades. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios ou de subtarifação é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro lado, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A

exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que o Grupo tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos e zonas geográficas.

O Grupo efetua análises de sensibilidade no decurso dos estudos atuariais para determinar a adequabilidade dos prémios e do índice de provisionamento e respetivos impactos ao nível do resultado.

Entendeu-se como relevante efetuar testes de sensibilidade que se passam a descrever:

- O incremento da prudência da tábuia de mortalidade masculina em 10 p.p., acarretaria uma variação das reservas estatutárias em 2,7 milhões de Euros;
- Uma análise de sensibilidade ao ramo Acidentes de Trabalho, a variação dos custos com sinistros, em 5% provoca uma alteração na taxa de sinistralidade que passa de 90,7% para 95,2% dos prémios adquiridos.
- Elaborada análise semelhante em relação ao ramo Automóvel observa-se uma alteração da sinistralidade de 62,9% para 66,1%.

Por outro lado, o Grupo realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

2020 Euros 000		Variação dos custos com sinistros								
		-20%	-15%	-10%	-5%	0%	5%	10%	15%	20%
Variação dos custos de exploração	-20%	33 407	27 166	20 702	13 118	5 533	(2 051)	(9 919)	(19 538)	(29 611)
	-15%	32 209	25 969	19 318	11 734	4 150	(3 434)	(11 406)	(21 391)	(31 464)
	-10%	31 012	24 772	17 935	10 351	2 767	(4 827)	(13 171)	(23 244)	(33 317)
	-5%	29 815	23 575	16 552	8 968	1 383	(6 304)	(15 024)	(25 097)	(35 170)
	0%	28 618	22 378	15 169	7 584	-	(7 921)	(16 877)	(26 950)	(37 023)
	5%	27 421	21 181	13 785	6 201	(1 411)	(9 539)	(18 730)	(28 803)	(38 876)
	10%	26 224	19 984	12 402	4 818	(2 971)	(11 156)	(20 583)	(30 656)	(40 729)
	15%	25 027	18 603	11 019	3 416	(4 532)	(12 773)	(22 436)	(32 509)	(42 582)
	20%	23 830	17 220	9 635	1 856	(6 092)	(14 390)	(24 289)	(34 362)	(44 435)

2019 Euros 000		Variação dos custos com sinistros								
		-20%	-15%	-10%	-5%	0%	5%	10%	15%	20%
Variação dos custos de exploração	-20%	33,986	27,173	20,360	13,547	5,888	(2,453)	(11,179)	(20,315)	(29,476)
	-15%	32,724	25,911	19,099	12,286	4,416	(3,979)	(12,877)	(22,037)	(31,198)
	-10%	31,463	24,650	17,837	11,024	2,944	(5,505)	(14,599)	(23,760)	(32,921)
	-5%	30,201	23,388	16,575	9,658	1,472	(7,161)	(16,322)	(25,483)	(34,644)
	0%	28,939	22,126	15,314	8,229	-	(8,884)	(18,045)	(27,206)	(36,366)
	5%	27,678	20,865	14,052	6,799	(1,560)	(10,606)	(19,767)	(28,928)	(38,089)
	10%	26,416	19,603	12,790	5,370	(3,228)	(12,329)	(21,490)	(30,651)	(39,869)
	15%	25,154	18,341	11,528	3,865	(4,897)	(14,052)	(23,213)	(32,374)	(41,819)
	20%	23,893	17,080	10,267	2,196	(6,614)	(15,775)	(24,936)	(34,096)	(43,770)

As provisões para sinistros, apuradas pela função atuarial e revistas posteriormente pelo Atuário Responsável de Solvência II, revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2020 e anteriores.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se suficientes face aos custos decorrentes da atividade na generalidade dos ramos, à exceção do seguro do Automóvel e Marítimo e Transportes em que se registaram um deficit de exploração.



Os rácios de sinistralidade são analisados como se segue:

Rácios de sinistralidade de seguro direto

	2020	2019	2019*
Acidentes e Doença	80,2%	83,5%	83,5%
Incêndio e Outros Danos	38,0%	47,2%	47,2%
Automóvel	63,5%	74,7%	78,4%
Transportes	24,0%	28,9%	28,9%
Responsabilidade Civil	6,6%	24,1%	24,7%
Outros	0,7%	-26,6%	-12,9%
Totais	60,9%	69,5%	70,6%

Rácio de cedência de sinistros

	2020	2019	2019*
Acidentes e Doença	0,2%	0,1%	0,1%
Incêndio e Outros Danos	26,4%	31,0%	31,0%
Automóvel	3,0%	1,8%	1,6%
Transportes	118,5%	62,0%	62,0%
Responsabilidade Civil	-124,9%	-11,0%	-10,6%
Outros	39,8%	99,7%	100,0%
Totais	4,8%	5,1%	4,8%

Rácio de sinistralidade de resseguro cedido

	2020	2019	2019*
Acidentes e Doença	3,1%	2,6%	2,6%
Incêndio e Outros Danos	24,6%	37,6%	37,6%
Automóvel	75,5%	18,4%	18,3%
Transportes	48,8%	31,2%	31,2%
Responsabilidade Civil	-41,4%	-18,4%	-18,4%
Outros	0,3%	-128,9%	-30,6%
Totais	20,4%	26,6%	25,5%

* inclui N Seguros

B. Risco de Mercado

O risco de mercado encontra-se associado a flutuações adversas no valor dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros do Grupo, relacionadas com as volatilidades dos mercados de capitais, mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário. Estas flutuações (adversas) podem traduzir-se em perdas económicas, e no limite, a uma deterioração dos níveis de solvência. Este grupo de riscos, também se encontra relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos associados a responsabilidades de longo prazo.

A exposição aos riscos financeiros é um reflexo da política de investimentos do Grupo, da política do ALM e da política de gestão de liquidez, enquadradas por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora. Os riscos financeiros encontram-se detalhadas no capítulo do perfil de risco, no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR).

Nas componentes dos riscos de taxa de juro, acionista e imobiliário, o Grupo, acompanha a sua evolução, tendo em conta a valorização dos ativos a preços de mercado, e analisa um conjunto de indicadores, entre os quais se conta o VaR (*Value at Risk*) dos títulos financeiros, que apresentam preços em mercados líquidos. O objetivo é acompanhar as tendências que podem afetar as carteiras de investimento do Grupo.



Tipo de taxa da carteira de obrigações

Taxa	2020	Peso	Euros 2019
Taxa fixa	1 132 080 501	90%	926 609 292
Taxa variável	44 868 019	4%	97 074 137
Indexada	53 202 404	4%	34 467 822
Defaulted	274 190	0%	274 190
Cupão zero	27 759 075	2%	49 187 371
Total	1 258 184 189		1 107 612 813

No caso das análises de sensibilidade, os indicadores são acompanhados para as classes de investimento mais relevantes: obrigações, ações e imobiliário.

Evolução da *duration* (D) e convexidade (C) da carteira de obrigações

4º T 2020		4º T 2019	
D	C	D	C
10,4	182,3	9,5	176,7

O valor da *duration* da carteira de obrigações global aumentou em 2020, refletindo uma maior sensibilidade a alterações na estrutura temporal de taxa de juro. Esta situação decorre de uma atuação tática e de uma necessidade permanente de obtenção de retorno acima do *benchmark*, em face do atual ambiente de baixas taxas de juro e da incerteza quanto à evolução dos mercados financeiros.

Sensibilidade a efeitos isolados – Taxas de Juro

Variação Taxa de Juro				
Carteira de Obrigações em Análise - 2020				
-1%	0%	1%	Duration	Convexidade
1 382 758	1 241 914	1 123 707	10,4	182,3
Unidade: milhares de euros				

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

Carteira de Investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira de Ativos Financeiros	Variação no Valor das Ações ^(b)			Impacto na Carteira de Ativos Financeiros
		2020	-10%	0%	
1 294 836	-0,30%	34 752	38 613	42 475	0,30%
Unidade: milhares de euros					

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário, depósitos a prazo e nem papel comercial.

(b) O valor das ações considera o investimento direto e os fundos de investimento em ações.



Sensibilidade a efeitos isolados – Imobiliário

Carteira de Investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira Total	Variação no Valor do Imobiliário ^(b)		Impacto na Carteira Total
2020	-5%	0%	5%	
1 436 465	-0,27%	74 799	78 735	82 672

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros.
 (b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário.

O risco de mercado inclui o risco de *spread* que está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários. A exposição ao risco advém, assim, das transações financeiras do Grupo com emitentes de valores mobiliários. O risco de crédito é gerido, essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor no Grupo.

No eixo dos emitentes de valores mobiliários, é efetuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direção Financeira, a Sociedade Gestora de Ativos Financeiros do Grupo Montepio e uma entidade especializada em investimentos para entidades institucionais (Companhias de Seguros, Fundos de Pensões, Fundações, Gestão de Patrimónios, ...).

Composição dos investimentos financeiros por setor de atividade

Setor	2020	Peso	Euros	
			2019	Peso
Divida Pública	638 410 325	49,01%	550 245 821	48%
Financeiro	232 351 837	17,84%	215 244 760	19%
Indústria	154 090 004	11,83%	158 255 768	14%
Serviços	145 638 151	11,18%	93 796 854	8%
Transportes e Comunicação	25 210 986	1,94%	8 185 244	1%
Imobiliário	27 385 979	2,10%	4 386 775	0%
Setor Público	-	0,00%	2 030 658	0%
Supra Nacional	1 687 465	0,13%	1 707 863	0%
Telecomunicações	-	0,00%	9 833 057	1%
Outros	77 766 121	5,97%	110 496 544	10%
Total	1 302 540 865	100%	1 154 183 344	100%

À exceção de dois títulos (Moçambique Companhia de Seguros e Acacia Bahrein), a totalidade da carteira do Grupo está denominada em euros.



Rating da carteira de obrigações

Rating	2020	Euros		Peso
		2019	Peso	
AAA	68 505 403	5%	40 240 820	4%
AA+	27 666 435	2%	5 956 029	1%
AA	20 731 611	2%	23 089 848	2%
AA-	12 647 285	1%	2 298 065	0%
A+	15 277 161	1%	14 304 090	1%
A	62 524 287	5%	66 317 435	6%
A-	41 988 788	3%	20 644 082	2%
BBB+	4 962 765	0%	19 129 851	2%
BBB	727 966 181	58%	614 535 469	55%
BBB-	119 770 117	10%	132 334 894	12%
BB+	5 889 041	0%	6 256 372	1%
BB	43 733 548	3%	42 842 119	4%
BB-	25 371 637	2%	7 831 342	1%
B	11 946 717	1%	3 940 262	0%
D	274 190	0%	274 190	0%
Sem rating	67 845 016	5%	107 617 943	10%
Total	1 258 184 189	100%	1 107 612 813	100%

A componente do risco de concentração trata o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande, ou investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas, bem como a determinados setores de atividade e zonas geográficas, resultando na ameaça da situação financeira ou da solvência da empresa.

Composição dos investimentos financeiros, investimentos em subsidiárias e associadas, imóveis e coleção de arte por país emitente:

Países	2020	Euros		Peso
		2019	Peso	
Alemanha	80 324 796	6%	69 560 148	6%
Austrália	-	0%	3 381 385	0%
Áustria	23 768 083	2%	8 849 691	1%
Bahrein	1 831 306	0%	1 831 306	0%
Bélgica	16 478 189	1%	5 847 070	1%
Brasil	12 502 949	1%	12 854 952	1%
Chipre	18 810 652	1%	-	0%
Dinamarca	3 594 108	0%	2 494 965	0%
Eslováquia	-	0%	1 066 791	0%
Eslovénia	7 651 924	1%	2 940 372	0%
Espanha	229 618 125	18%	179 278 407	16%
Estados Unidos	118 962 813	9%	102 535 964	9%
Finnlândia	26 609 352	2%	10 001 642	1%
França	98 397 171	8%	119 518 124	10%
Grécia	21 234 071	2%	3 180 909	0%
Holanda	46 565 420	4%	22 319 522	2%
Irlanda	27 021 308	2%	22 594 250	2%
Itália	150 916 862	12%	160 766 160	14%
Lituânia	3 044 901	0%	3 573 953	0%
Luxemburgo	17 340 901	1%	20 255 301	2%
México	1 107 170	0%	-	0%
Moçambique	385 221	0%	522 346	0%
Portugal	295 996 105	23%	295 479 304	26%
Reino Unido	46 277 375	4%	35 365 650	3%
Roménia	-	0%	5 674 239	0%
Suécia	2 457 165	0%	3 819 771	0%
Suiça	-	0%	5 119 460	0%
Supra-nacionais	6 338 999	0%	1 707 863	0%
Diversos	42 566 442	3%	53 643 800	5%
Total	1 302 540 865	100%	1 154 183 344	100%



C. Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade do Grupo não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

O Grupo tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias.

Adicionalmente, o Grupo monitoriza, com elevada regularidade, a maturidade dos seus produtos segundo os princípios definidos na Política de ALM e na Política de Liquidez, no sentido de adequar o vencimento dos seus instrumentos financeiros às datas de vencimentos dos seus compromissos registados no passivo.

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como se segue:

Risco de liquidez 2020	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Euros Total
Caixa e equivalentes depósitos à ordem	26 483 974	-	-	-	-	26 483 974
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	35 971	35 971
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	3 269 466	-	-	1 532 078	6 559 732	11 361 276
Ativos financeiros disponíveis para venda	96 654 173	129 825 266	225 343 797	744 477 735	94 457 426	1 290 758 397
Investimentos a deter até à maturidade	0	-	-	-	-	0
Empréstimos e contas a receber	58 833 192	-	-	-	11 016 176	69 849 368
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 896 502	-	-	-	30 841 975	34 738 477
Total dos ativos financeiros	189 137 308	129 825 266	225 343 797	746 009 813	142 911 279	1 433 227 463
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	109 136 751	477 642 501	6 193 449	8 838 482	-	601 811 183
Outros passivos financeiros	6 639 065	-	-	41 000 000	22 696 985	70 336 050
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 548 025	-	-	-	27 602 210	31 150 235
Total dos passivos financeiros	119 323 841	477 642 501	6 193 449	49 838 482	50 299 195	703 297 468
Líquido	69 813 466	(347 817 235)	219 150 348	696 171 331	92 612 085	729 929 995

Risco de liquidez 2019	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Euros Total
Caixa e equivalentes depósitos à ordem	13 162 464	-	-	-	-	13 162 464
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	24 326	24 326
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	5 167	-	-	2 548 346	8 633 786	11 187 298
Ativos financeiros disponíveis para venda	117 266 086	140 994 436	190 460 303	616 713 502	76 758 339	1 142 192 667
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	29 876 689	-	-	-	-	29 876 689
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	36 429 606	-	-	-	-	36 429 606
Total dos ativos financeiros	196 740 011	140 994 436	190 460 303	619 261 847	85 416 452	1 232 873 050
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	40 804 454	414 615 051	35 165 044	3 991 284	-	494 575 834
Outros passivos financeiros	7 931 453	-	-	-	64 212 280	72 143 733
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 594 169	-	-	-	26 215 221	29 809 390
Total dos passivos financeiros	52 330 076	414 615 051	35 165 044	3 991 284	90 427 501	596 528 957
Líquido	144 409 935	(273 620 615)	155 295 259	615 270 563	(5 011 049)	636 344 093

D. Risco de Crédito

O risco de crédito (ou de incumprimento) está associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da alteração da situação creditícia das contrapartes (mediadores, tomadores de seguros, cesseguradoras e resseguradoras) ou quaisquer devedores a que o Grupo se encontra exposto. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, quer ao nível dos procedimentos e circuitos de tomada de decisão.



No que se refere aos resseguradores, estes são selecionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para o Grupo, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo rating

Ressegurador	Rating
Swiss Re (leader)	AA-
Covea Coopérations	A
Deutsche Rück	A
Mapfre Re	A
MSAmlin	A+
Münchener Rück	AA-
Nacional de Reaseguros	A-
Odyssey Re	A
Partner Re	A+
QBE Secura Re	A+
R+V Versicherungs	AA-
SCOR Re	AA-
Sirius International	A
Sompo International	A+
XL Re Europe	A

Relativamente aos mediadores, a seleção dos nossos parceiros é efetuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo, a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objeto de acompanhamento permanente pela área de Gestão de Contas.

E. Risco Operacional

Trata-se de riscos de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio.

No âmbito da implementação da framework de Risco Operacional ao nível do Grupo, com o princípio orientador a gestão descentralizada do Risco, e de modo a mitigar o risco operacional elevou-se o grau de informação na Cadeia de Valor, com um novo desenvolvimento para identificar os riscos associados a cada processo, bem como frequências, impactos e respetivos controlos - Modelo de Autoavaliação dos Riscos e dos Controlos dos processos de negócio. Adicionalmente, encontra-se já desenvolvido um modelo com indicadores de gestão operacional referente a processos críticos de negócio.

Em simultâneo, encontra-se em execução um processo de identificação, registo e controlo de irregularidades identificadas num determinado período, com a respetiva quantificação, tendo como objetivo o *input* para um *Datamart* de dados históricos. Através deste modelo, o Grupo monitoriza de forma quantitativa e qualitativa os riscos operacionais não capturados pela fórmula padrão. Os eventos do risco operacional estão associados às perdas resultantes de operações diárias da empresa e das entidades com que se relaciona.

A Plataforma de Registo de Eventos de Risco foi desenvolvida com o objetivo de construir uma base de dados histórica interna que possibilita a identificação de falhas nos controlos e de ações de mitigação dos riscos, bem como a compreensão da exposição corrente ao risco operacional, identificando as áreas com maior incidência.

O reporte das perdas financeiras identificadas nos eventos registados abrange a análise de tendências, das recuperações efetuadas e das perdas por categoria de risco ou linha de negócio. O registo dos eventos promove,



ainda, a qualidade ao nível das operações e constitui um elemento crucial para o futuro desenvolvimento de um modelo interno de gestão integrada de risco operacional através de capital económico.

O Grupo implementou um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), de acordo com a norma ISO 27001, e que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos da atividade do Grupo.

No âmbito da segurança, é realizado periodicamente um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e à capacidade de recuperar o funcionamento das diversas unidades operacionais. O teste foi realizado em ambiente externo tendo sido verificada a capacidade de acolher postos de trabalho para fazer face a uma situação de desastre, tendo sido detetados alguns aspectos a melhorar, sendo que alguns já foram intervencionados e outros estão a ser. Os testes evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável, atestando a validade do PCN.

6. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e equivalentes e depósitos à ordem é apresentada como segue:

	Euros	
	2020	2019
Numerário	11 191	707 452
Depósitos à ordem	26 472 783	12 455 013
Total	26 483 974	13 162 465

7. Instrumentos financeiros

7.1 O inventário de títulos e participações está evidenciado no anexo 1.

A rubrica de Ativos detidos para negociação, em 31 de dezembro de 2020, é apresentada como segue:

	Euros	
	2020	2019
	Justo Valor	Justo valor
Instrumentos de capital e unidades de participação	35 971	24 326
Total	35 971	24 326

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Euros	
	2020	2019
Nível 1	-	-
Nível 2	-	-
Nível 3	35 971	24 326
	35 971	24 326

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2020, é apresentada como segue:

	2020	Euros			
	C. Aquisição Amortizado	RJV*	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Titulos de dívida					
Dívida pública	521 268 405	103 850 469	-	7 175 815	632 294 690
Outros emissores	562 927 965	45 426 377	-	8 558 767	616 913 109
	1 084 196 371	149 276 845	-	15 734 582	1 249 207 799
Acções					
Outros instrumentos de capital e unid. participação	7 812 995	944 931	(5 298 748)	-	3 459 178
	37 302 187	3 352 411	(2 563 177)	-	38 091 421
	45 115 182	4 297 342	(7 861 925)	-	41 550 599
Total	1 129 311 553	153 574 188	(7 861 925)	15 734 582	1 249 207 799

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo de aquisição	Total	Euros
Titulos de dívida						
Dívida pública	628 853 192	3 441 498	-	-	-	632 294 690
Outros emissores	609 789 833	7 123 276	-	-	-	616 913 109
	1 238 643 025	10 564 774	-	-	-	1 249 207 799
Acções						
Outros instrumentos de capital e unid. participação	55 675	-	3 403 503	-	-	3 459 178
	31 558 076	-	6 533 345	-	-	38 091 421
Total	1 270 256 776	10 664 774	9 936 848	-	-	1 249 207 799

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2019, é apresentada como segue:

	C. Aquisição Amortizado	RJV*	Imparidades	Juro	Valor Balanço	Euros
Titulos de dívida						
Dívida pública	466 940 882	67 770 366	-	6 770 127	541 481 375	
Outros emissores	516 692 424	33 823 533	(466 864)	7 277 737	557 326 830	
	983 633 306	101 593 899	(466 864)	14 047 864	1 098 808 205	
Acções						
Outros instrumentos de capital e unid. participação	7 399 333	944 865	(4 880 045)	-	3 464 155	
	40 316 140	1 728 871	(2 124 703)	-	39 920 308	
	47 715 473	2 673 738	(7 004 748)	-	43 384 463	
Total	1 031 348 779	104 267 637	(7 471 612)	14 047 864	1 142 192 667	

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo de aquisição	Total	Euros
Titulos de dívida						
Dívida pública	521 407 182	6 878 040	13 196 153	-	541 481 375	
Outros emissores	540 982 351	12 578 215	3 766 264	-	557 326 830	
	1 062 389 533	19 456 255	16 962 417	-	1 098 808 205	
Acções						
Outros instrumentos de capital e unid. participação	34 517 153	-	3 407 624	56 531	3 464 155	
	1 096 906 686	19 456 255	25 773 195	56 531	1 142 192 667	

A maioria dos ativos contemplados no nível 3 corresponde a unidades de participação em fundos de investimento fechados, cujo valor resultou da divulgação do valor líquido global do fundo determinado pela sociedade gestora, conforme as contas auditadas dos respetivos fundos e ações de entidades não cotadas. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, com base em metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Caso existisse uma alteração de +/- 10% no justo valor dos ativos mensurados no nível 3, o impacto antes de impostos no capital próprio ascenderia Euros 1.030.461 (2019: Euros 2.577.319).

À data de 31 de dezembro de 2020, a reserva de justo valor associada aos ativos mensurados no nível 3 ascende a Euros 1.757.052 (2019: Euros 1.284.522).



A reconciliação da reserva de justo valor para as demonstrações financeiras é apresentada na Nota 28.

A rubrica de Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é apresentada como segue:

	2020	Euros	
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço
Dívida pública	-	-	-
Outros emissores	8 480 231	496 159	8 976 391
Instrumentos de capital e unidades de participação	2 450 764	(65 879)	2 384 885
Total	10 930 995	430 280	11 361 276

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Euros
Outros emissores	8 976 391				8 976 391
Instrumentos de capital e unidades de participação	1 395 010		989 875		2 384 885
	10 371 401		989 875		11 361 276

	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço	Euros
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Outros emissores	10 536 210	(1 731 599)	8 804 611	
Instrumentos de capital e unidades de participação	3 485 766	(1 103 078)	2 382 688	
Total	14 021 976	(2 834 677)	11 187 298	

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Euros
Outros emissores	8 804 611				8 804 611
Instrumentos de capital e unidades de participação	2 016 041		366 647		2 382 688
	10 820 652		366 647		11 187 298

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, na rubrica de Investimentos a deter até à maturidade o Grupo reconheceu 0 Euros.

O Grupo durante 2018 procedeu à alienação de ativos classificados nesta categoria tendo procedido à reclassificação da restante carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 70.609 milhares de Euros (2019: 16.466 milhares de Euros), cujo valor de mercado era, na data da transferência, de 79.101 milhares de Euros (2019: 16.688 milhares de Euros). De acordo com a IAS 39 instrumentos financeiros o Grupo não poderá classificar ativos nesta categoria até ao final de 2020.

7.2 Empréstimos concedidos e contas a receber

O detalhe da rubrica de Empréstimos concedidos e contas a receber é apresentado como segue:

	2020	2019	Euros
Depósitos junto de empresas cedentes	216 061	357 557	
Outros depósitos	69 083 192	29 283 126	
Empréstimos concedidos	550 115	236 006	
Total	69 849 368	29 876 689	

Os outros depósitos respeitam na totalidade a depósitos a prazo.



Os empréstimos concedidos aos mediadores são efetuados através de contratos mútuos e com garantias reais. Relativamente a empréstimos de outra natureza são concedidos com garantia hipotecária.

7.3 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os passivos financeiros relativos a contratos de investimento são analisados como segue:

	Euros	
	2020	2019
Saldo a 1 de Janeiro	494 575 834	441 697 738
Entradas (líquido de comissões)	165 227 852	178 781 918
Montantes pagos	69 317 365	135 540 728
Variação de ganhos e perdas (juro técnico)	(11 324 862)	(9 636 906)
Saldo a 31 de Dezembro	601 811 183	494 575 834

7.4 Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

	Euros	
	2020	2019
Depósitos de Resseguradores	11 836 050	13 643 733
Passivos Subordinados	58 500 000	58 500 000
Total	70 336 050	72 143 733

Em 29 de novembro de 2007, o Grupo procedeu, através da Lusitania Vida, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pela Associação Mutualista Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 130 bp.

Em 30 de dezembro de 2011, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 2,5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 250 bp.

Durante o exercício de 2014, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 9 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 bp.

Durante o exercício de 2015, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 7 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 bp.

Após o final do 5º ano de vida dos empréstimos referidos, e posteriormente, em cada data de pagamento de juros, o Grupo poderá reembolsar os empréstimos obrigacionistas na sua globalidade, ao par, mediante pré-aviso da sua iniciativa.



Durante o exercício de 2016, o Grupo procedeu, através da Montepio Seguros, à emissão de um empréstimo obrigacionista e subscrito integralmente a 23 de dezembro de 2016, pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, no montante de Euros 17,5 milhões. A remuneração do empréstimo é calculada com base na Euribor a 6 meses + 650bp. A duração inicial contratualizada para o empréstimo foi de 4 anos, devendo o mesmo vencer-se em 23 de dezembro de 2020. O Conselho de Administração propôs a prorrogação do referido empréstimo pelo prazo de um ano, mantendo-se inalteradas as restantes condições contratuais previstas na ficha técnica da obrigação. Esta proposta foi aceite em Assembleia Geral de credores realizada em 11 de dezembro de 2020, tendo a data de vencimento passado para 23 de dezembro de 2021.

Durante o exercício de 2018, a Montepio Geral Associação Mutualista subscreveu integralmente as emissões de dois empréstimos obrigacionistas subordinados nos montantes de 10 milhões de euros e de 5 milhões de euros, emitidos pela Lusitania Seguros em 30 de maio e 28 de dezembro, respetivamente.

No final de 2018 a Lusitania Vida reembolsou na totalidade um empréstimo obrigacionista subordinado, subscrito pelo Montepio Geral - Associação Mutualista no valor de 5 milhões de euros.

Durante o exercício de 2019 foi emitido um empréstimo obrigacionista pela Lusitania Seguros, integralmente subscrito pela Associação Mutualista Montepio, no montante de 7,5 milhões de euros.

7.5 Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	Euros			
	2020		2019	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	26 483 974	26 483 974	13 162 465	13 162 465
Empréstimos concedidos e contas a receber	69 849 368	69 849 368	29 876 689	29 876 689
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	34 738 477	34 738 477	36 429 605	36 429 605
Ativos financeiros ao custo amortizado	131 071 819	131 071 819	79 468 759	79 468 759
Outros passivos financeiros	67 388 870	70 336 050	68 032 126	72 143 733
Outros credores por operações de seguros e outras operações	31 318 535	31 150 235	29 809 390	29 809 390
Passivos financeiros ao custo amortizado	98 707 405	101 486 285	97 841 516	101 953 123

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cashflows descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Montepio Seguros são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se trata normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que se trata normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes ativos corresponde ao nível 3, de acordo com o IFRS 13.



Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Os riscos financeiros são os que decorrem da gestão de ativos devido à volatilidade dos preços e envolvem a exposição aos valores das ações, obrigações ou outros títulos, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

A avaliação destes passivos corresponde ao nível 3 na hierarquia de justo valor conforme previsto na IFRS 13.

8. Terrenos e edifícios

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2020, na rubrica de terrenos e edifícios de uso próprio são analisados como segue:

						Euros
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Saldo final
	Saldo em 1 Janeiro					Saldo em 31 Dezembro
Imóveis de Serviço Próprio						
Terrenos e Edifícios	46 282 502	-	-	722 743	(124 784)	46 880 461
Amortizações Acumuladas						
Terrenos e Edifícios	(10 246 227)	(927 071)	-	-	-	(11 173 298)
Total	36 036 275	(927 071)	-	722 743	(124 784)	35 707 163

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2019, na rubrica de terrenos e edifícios de uso próprio são analisados como segue:

							Euros
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Ajustamentos	Saldo final
	Saldo em 1 Janeiro						Saldo em 31 Dezembro
Imóveis de Serviço Próprio							
Terrenos e Edifícios	46 752 110	-	(404 600)	-	(65 009)	-	46 282 502
Amortizações Acumuladas							
Terrenos e Edifícios	(9 287 826)	(995 421)	40 020	-	-	-	(10 246 227)
Total	37 484 285	(995 421)	(364 589)	-	(65 009)	-	36 036 275



Os movimentos ocorridos, no exercício de 2020, na rubrica de propriedades de investimento são analisados como segue:

	Saldo Inicial					Euros	Saldo Final	
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Saldo em 31 Dezembro		
Imóveis de Rendimento								
Terrenos e Edifícios	17 019 532	351 175	-	268 581	228 090	17 867 378		
Total	17 019 532	351 175	-	268 581	228 090	17 867 378		

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2019, na rubrica de propriedades de investimento são analisados como segue:

	Saldo Inicial					Euros	Saldo Final	
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Saldo em 31 Dezembro		
Imóveis de Rendimento								
Terrenos e Edifícios	17 035 269	-	(80 476)	(8 126)	72 864	17 019 532		
Total	17 035 269	-	(80 476)	(8 126)	72 864	17 019 532		

Em 31 de dezembro de 2020, os proveitos provenientes dos edifícios de rendimento totalizaram o montante de Euros 942.359 (2019: Euros 1061.076).

A determinação do justo valor dos imóveis de rendimento é efetuada com base em avaliações fornecidas por peritos independentes, cumprindo todos os requisitos definidos pela ASF.

9. Outros ativos fixos

9.1. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2020, relativos a ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Ativos Fixos Tangíveis (Exceto Terrenos e Edifícios)					
Equipamento administrativo	9 860 088	5 114	-	(1 640)	9 863 562
Máquinas e ferramentas	1 189 598	34 963	(13 080)	-	1 211 481
Equipamento informático	9 752 786	221 122	(776 271)	-	9 197 637
Instalações interiores	2 735 456	-	-	-	2 735 456
Equipamento de transporte	510 857	111 419	(113 449)	-	508 827
Ativos em locação financeira	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	70 262	492	(209)	-	70 545
Património artístico	701 491	-	-	(283)	701 208
Imobilizações em curso	-	672 256	-	-	672 256
	24 820 539	1 045 366	(903 009)	(1 923)	24 960 970
Amortizações Acumuladas					
Equipamento administrativo	(9 657 062)	(50 514)	-	1 643	(9 705 933)
Máquinas e ferramentas	(1 138 602)	(14 909)	-	13 079	(1 140 432)
Equipamento informático	(9 229 132)	(304 818)	773 408	2 863	(8 757 679)
Instalações interiores	(2 688 339)	(14 146)	-	-	(2 702 485)
Equipamento de transporte	(469 765)	(50 417)	55 980	53 010	(411 192)
Ativos em locação financeira	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	(58 543)	(2 127)	-	-	(60 670)
	(23 241 442)	(436 931)	829 388	70 595	(22 778 390)
Total	1 579 096	608 435	(73 621)	68 672	2 182 580



Os movimentos ocorridos, no exercício de 2019, relativos a ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro	Euros
Ativos Fixos Tangíveis (Exceto Terrenos e Edifícios)						
Equipamento administrativo	9 758 234	99 854	-	2 000	9 860 088	
Máquinas e ferramentas	1 195 954	17 558	-	(23 924)	1 189 598	
Equipamento informático	10 833 543	501 907	(1 571 841)	(10 822)	9 752 786	
Instalações interiores	2 742 713	-	-	(7 257)	2 735 456	
Equipamento de transporte	500 014	24 112	-	(13 269)	510 857	
Ativos em locação financeira	-	-	-	-	-	
Outras imobilizações corpóreas	114 942	227	(188)	(44 719)	70 262	
Património artístico	657 013	-	-	44 478	701 491	
Imobilizações em curso	1 073 487	-	(1 073 480)	3	-	
	26 875 910	643 658	(2 645 520)	(53 510)	24 820 539	
Amortizações Acumuladas						
Equipamento administrativo	(9 615 681)	(61 850)	-	20 449	(9 657 062)	
Máquinas e ferramentas	(1 143 559)	(14 596)	-	19 553	(1 138 602)	
Equipamento informático	(9 267 807)	(468 377)	569 627	(62 575)	(9 229 132)	
Instalações interiores	(2 669 587)	(18 754)	-	2	(2 688 339)	
Equipamento de transporte	(509 586)	(36 022)	-	75 843	(469 765)	
Ativos em locação financeira	-	-	-	-	-	
Outras imobilizações corpóreas	(56 606)	(2 174)	-	237	(58 543)	
	(23 262 806)	(601 773)	569 627	53 510	(23 241 442)	
Total	3 613 104	41 885	(2 075 893)	-	1 579 096	

9.2. Direito de uso e passivos de locações

O direito de uso e os passivos por locações registados em 31 de dezembro de 2020 resultam da adoção da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, sendo os valores destas rubricas nulos no período homólogo.

Classe de ativo	2020				
	Saldo a 01/01/2020	Aquisições/ alterações	Depreciações	Saidas	Saldo a 31/12/2020
Terrenos e edifícios	1 520 366	106 841	547 470	159 197	920 540
Viaturas	704 682	1 086 305	453 713	-	1 337 274
Total	2 225 048	1 193 146	1 001 183	159 197	2 257 814
2019					
Classe de ativo	Saldo a 01/01/2019	Aquisições/ alterações	Depreciações	Saidas	Saldo a 31/12/2019
Terrenos e edifícios	1 949 417	148 814	577 866	-	1 520 366
Viaturas	891 292	260 283	446 892	-	704 682
Total	2 840 709	409 097	1 024 758	-	2 225 048

Classe de passivo	2020				
	Saldo a 01/01/2020	Aquisições/ alterações	Rendas	Saldo a 31/12/2020	Juro Exercício 2020
Terrenos e edifícios	(1 540 722)	(106 841)	754 575	(943 124)	(50 136)
Viaturas	(690 552)	(1 086 305)	462 848	(1 344 883)	(30 874)
Total	(2 231 274)	(1 193 146)	1 217 423	(2 288 007)	(81 010)
2019					
Classe de passivo	Saldo a 01/01/2019	Aquisições/ alterações	Rendas	Saldo a 31/12/2019	Juro Exercício 2019
Terrenos e edifícios	(1 949 417)	(147 385)	620 894	(1 540 722)	(64 813)
Viaturas	(891 292)	(259 777)	485 496	(690 552)	(24 979)
Total	(2 840 709)	(407 163)	1 106 389	(2 231 274)	(89 792)



Durante o exercício de 2020 o Grupo não registou qualquer perda de imparidade nos ativos subjacentes aos direitos de uso registados em 1 de janeiro de 2019.

O Grupo aplicou a isenção prevista na IFRS 16, tendo registado os contratos de maturidade inferior a 12 meses e/ou valor do ativo subjacente de valor reduzido em gastos com alugueres.

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de inventários refere-se essencialmente a propriedades detidas pelo Grupo no âmbito da atividade imobiliária das subsidiárias Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A. e Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior. Durante o exercício de 2020 parte destas propriedades estava ao serviço de participadas do Grupo, pelo que no âmbito consolidado as mesmas foram reclassificadas para propriedades de uso próprio. As restantes propriedades, no âmbito do processo de harmonização contabilística com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor segurador, foram reclassificadas para propriedades de investimento.

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2020 e 2019, relativos a inventários são analisados como segue:

	Euros				
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Inventários					
Propriedades de Investimentos	1 594 167	-	-	(999 450)	594 716
Outros	34 345	-	(8 640)	-	25 705
	<u>1 628 511</u>	<u>-</u>	<u>(8 640)</u>	<u>(999 450)</u>	<u>620 420</u>
Amortizações Acumuladas					
Propriedades de Investimentos	(555 362)	(39 756)	-	-	(595 118)
Outros	-	-	-	-	-
	<u>(555 362)</u>	<u>(39 756)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(595 118)</u>
Total	1 073 150	(39 756)	(8 640)	(999 450)	25 303

	Euros				
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Inventários					
Propriedades de Investimentos	1 594 167	-	-	-	1 594 167
Outros	35 200	545	(1 400)	-	34 345
	<u>1 629 367</u>	<u>545</u>	<u>(1 400)</u>	<u>-</u>	<u>1 628 511</u>
Amortizações Acumuladas					
Propriedades de Investimentos	(515 605)	(39 756)	-	-	(555 362)
Outros	-	-	-	-	-
	<u>(515 605)</u>	<u>(39 756)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(555 362)</u>
Total	1 113 762	(39 211)	(1 400)	-	1 073 150



11. Ativos intangíveis

A rubrica de ativos intangíveis e os respetivos movimentos ocorridos no exercício de 2020 é analisada como segue:

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro	Euros
Ativos Fixos Intangíveis						
Software	11 345 921	2 815	-	178 448	11 527 184	
Outros ativos intangíveis	5 312 952	-	-	(409 426)	4 903 526	
Activos intangíveis em curso	6 560 787	709 457	-	52 527	7 322 771	
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	7 100 000	-	-	-	7 100 000	
	<u>30 319 660</u>	<u>712 272</u>	<u>-</u>	<u>(178 451)</u>	<u>30 853 481</u>	
Amortizações Acumuladas						
Software	(4 889 440)	(1 834 450)	-	(230 975)	(6 954 865)	
Outros ativos intangíveis	(4 194 445)	(774 785)	-	409 426	(4 559 806)	
Activos intangíveis em curso	2 626	-	-	-	2 626	
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	(1 568 027)	-	-	-	(1 568 027)	
	<u>(10 649 287)</u>	<u>(2 609 235)</u>	<u>-</u>	<u>178 451</u>	<u>(13 080 072)</u>	
Total	19 670 373	(1 896 963)	-	-	17 773 409	

A rubrica de ativos intangíveis e os respetivos movimentos ocorridos no exercício de 2019 é analisada como segue:

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro	Euros
Ativos Fixos Intangíveis						
Software	4 769 433	772 850	-	5 803 638	11 345 921	
Outros ativos intangíveis	5 167 835	994	-	144 123	5 312 952	
Activos intangíveis em curso	8 108 787	1 396 401	-	(2 944 400)	6 560 787	
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	7 109 223	-	-	(9 223)	7 100 000	
	<u>25 155 278</u>	<u>2 170 245</u>	<u>-</u>	<u>2 994 138</u>	<u>30 319 661</u>	
Amortizações Acumuladas						
Software	(2 637 964)	(1 400 895)	-	(850 581)	(4 889 440)	
Outros ativos intangíveis	(3 614 336)	(583 332)	-	5 848	(4 194 445)	
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	(1 078 663)	(497 120)	-	7 756	(1 568 027)	
	<u>(7 330 963)</u>	<u>(2 481 347)</u>	<u>-</u>	<u>(836 977)</u>	<u>(10 649 287)</u>	
Total	17 824 315	(311 102)	-	2 157 161	19 670 373	

O Grupo adquiriu através da Lusitania Vida à Finibanco Vida, uma carteira de seguros de vida associados ao crédito à habitação que foi avaliado em 26 de dezembro de 2016 por Euros 7.100.000. Este ativo foi registado como ativo intangível e foi registado pelo seu custo de aquisição estando sujeito a amortizações anuais em linha com os benefícios económicos futuros que originaram o custo de aquisição. Desta forma, anualmente está sujeito a um teste de imparidade.



O Grupo amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados. O valor remanescente do valor da carteira Finibanco Vida será amortizado como segue:

	Euros
Ano	Amortizações
2021	539 711
2022	510 432
2023	477 541
2024	443 708
2025	412 435
De 2026 a 2032	1 993 812
De 2033 a 2039	827 899
De 2040 a 2046	228 897
Total	5 434 435

12. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os outros devedores por operações de seguros e outras operações apresentaram os seguintes valores:

	Euros	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2020	2019
Contas a receber por operações de seguro directo	26 972 176	26 690 145
Contas a receber por operações de resseguro	3 889 544	3 481 014
Contas a receber por outras operações	9 049 161	11 432 349
Valor Bruto	39 910 881	41 603 508
Imparidade	(5 172 404)	(5 173 903)
Total	34 738 477	36 429 605

A rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo, líquida de imparidade, inclui (i) Euros 11.254.750 respeitantes a recibos à cobrança a 31 de dezembro de 2020 (Euros 11.430.412 em 2019), (ii) saldos a receber de mediadores no valor de Euros 3.948.428 (Euros 4.247.859 em 2019) e (iii) reembolsos de sinistros no montante de Euros 8.975.197 (Euros 7.361.587 em 2019).

Na rubrica de Outros devedores por outras operações encontra-se reconhecido o saldo IDS, no montante de Euros 4.058.795 (Euros 6.436.785 em 2019) e as comissões de Gestão dos Fundos de Pensões no valor de Euros 1.591.030 (2019: Euros 1.694.924)

Os movimentos ocorridos no exercício relativamente a perdas por imparidade, são como segue:

	Saldo Inicial	Aumento/Red.	Utilização	Saldo Final
Devedores por operações de seguro directo	3 495 595	457 464	(445 259)	3 507 800
Devedores por operações de resseguro	709 483	-	-	709 483
Devedores por outras operações	968 825	21 211	(34 915)	955 121
Total	5 173 903	478 675	(480 174)	5 172 404

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização. Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como objetivo fazer face a perdas resultantes da não cobrança destes ativos.



Inclui ainda os montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica devedores por operações de seguro direto inclui os reembolsos de sinistros e são analisados como segue:

Reembolsos	Euros	
	2020	2019
- Em aberto com menos de 1 ano	2 211 717	3 027 449
- Em aberto com mais de 1 ano	702 492	399 997
Total	2 914 209	3 427 447

13. Outros credores por operações de seguro direto e outras operações

Outros credores por operações de seguros e outras operações	Euros	
	2020	2019
Contas a pagar por operações de seguro direto	17 767 850	17 715 953
Contas a pagar por operações de resseguro	9 418 218	8 182 982
Contas a pagar por outras operações	3 964 167	3 910 455
Total	31 150 235	29 809 390

A rubrica Contas a pagar por operações de seguro direto inclui (i) Euros 2.570.672 (2019: Euros 2.115.020) respeitantes a estornos a pagar, (ii) Euros 2.122.332 respeitantes a saldos a pagar de mediação (2019: Euros 4.349.350) onde se destaca o saldo com o mediador Caixa Económica Montepio Geral no valor de Euros 814.598(2019: Euros 718.222), e, (iii) Euros 12.769.127 (2019: Euros 11.242.488) referentes a prémios recebidos antecipadamente.

Durante o ano de 2019 observou-se um acréscimo na rubrica credores por operações de resseguro, influenciado significativamente pelo protocolo da RSA na subsidiária Lusitania Seguros.

14. Acréscimos e diferimentos - Passivo

Indicação por natureza de acréscimo e diferimento, dos montantes reconhecidos no passivo:

	Euros	
	2020	2019
Receita processada antecipadamente	31 793	-
Remuneração de férias, subsidio de férias, outras remunerações e respectivos encargos	4 027 549	3 572 698
Outros acréscimos e diferimentos	3 509 674	2 621 187
Total	7 569 016	6 193 884

A rubrica de outros acréscimos de gastos são essencialmente acréscimos referente a (i) comissões extra (Rappel) de 2020 a pagar em 2021 no montante de Euros 1.549.700, (ii) juros de passivos subordinados no montante de Euros 462.832, (iii) gastos de auditoria e consultoria no montante de Euros 127.001, (iv) custos com marketing no montante de Euros 10.755, e (v) remunerações variáveis ao pessoal no montante de Euros 159.160.



15. Provisões

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2020, na rubrica de outras provisões são analisados como segue:

	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento/Red.	Utilização	Saldo Final
Outras Provisões	11 005 000	-	401 600	10 603 400
Total	11 005 000	-	401 600	10 603 400

Durante o exercício de 2019, a participada Lusitania Seguros foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no montante de 20.500.000 euros pela alegada participação num acordo restritivo da concorrência, tendo provisionado 50% do valor, adotando uma abordagem prudente perante os riscos envolvidos, mas não necessariamente concordante. O montante remanescente, ascendendo a 10.250.000 euros, representa um passivo contingente, que será devidamente monitorizado nos próximos exercícios.

Em 2020 existiu ainda a desmobilização de uma provisão para garantia a clientes no âmbito da gestão de fundos de pensões no montante de Euros 401.600

16. Imposto sobre o rendimento

Os ativos e passivos por impostos diferidos são analisados como segue:

	Euros					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Instrumentos financeiros e imóveis	5 702 380	4 048 768	34 732 710	23 377 094	(29 030 330)	(19 328 326)
Provisões	5 265	909 051	(60 314)	(4 822)	65 579	913 874
Benefícios a empregados	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	8 846 536	9 058 736	-	-	8 846 536	9 058 736
Outros	-	655 428	(233 233)	(38 110)	233 233	693 538
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	14 554 181	14 671 983	34 439 162	23 334 162	(19 884 981)	(8 662 179)

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto. O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2020 foi apurado pelo Grupo com base na taxa nominal de IRC (21%), acrescida da Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (3% taxa média), que se estima estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do balanço. No que respeita aos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais, a taxa utilizada é apenas a taxa nominal de IRC (21%).

Os impostos diferidos ativos associados a reporte de prejuízos fiscais por ano de caducidade são analisados como segue:

	Euros	
Ano de caducidade	2020	2019
2024	928 508	1 140 708
2028	1 560 280	1 560 280
2029	5 202 085	5 202 085
2030	1 155 664	1 155 664
Total	8 846 536	9 058 736

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, ficando, porém, prejudicada a dedução de parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de duração. Em 2020, estima-se que se venha deduzir o montante de 1 milhão e 263 mil Euros referente ao reporte de prejuízo fiscal.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está suportada no *business plan* do Grupo, para o período de 6 anos a findar em 2025. Dado os impostos resultantes dos prejuízos fiscais apurados ao nível da participada Lusitania Seguros nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 terem uma caducidade de 14 anos, para o período compreendido entre o último ano de projeção do *business plan* e 2030 foi considerado um pressuposto de crescimento linear do resultado antes de imposto de 0.5% ao ano, de forma a possibilitar a projeção de todo o horizonte temporal disponível para recuperação dos impostos. Os pressupostos considerados revelam que os ativos por impostos diferidos são recuperáveis no horizonte temporal definido. O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício e nas reservas pode ser analisado como segue:

	Euros			
	2020		2019	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros e imóveis	283 596	(10 686 012)	4 649 996	(21 962 270)
Provisões	(253 126)	(265 070)	(308 993)	(166 013)
Benefícios de empregados	-	-	-	(1 168 645)
Prejuízos fiscais reportáveis	(212 200)	-	(2 294 609)	-
Outros	171 682	-	667 927	(2 321)
Imposto diferido	(10 048)	(10 951 082)	2 714 321	(23 299 249)
Impostos correntes	(2 581 718)	(266 066)	(3 603 610)	(272 366)
Total do imposto reconhecido	(2 591 766)	(11 217 148)	(889 289)	(23 571 615)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Euros			
	2020		2019	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		9 407 620		(11 101 308)
Taxa de imposto	21,0		21,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		(3 097 344)		(3 164 371)
Eliminação da dupla tributação - dividendos		25 500		113 749
Menos valias contabilísticas de acções		194 213		2 954 858
Tributações autónomas e outros impostos		(293 369)		(909 233)
Imparidades		-		-
Prejuízos fiscais não utilizados		312 615		(3 601 030)
Provisões e amortizações não aceites fiscalmente		(21 748)		(50 536)
Correcção de imposto de exercícios anteriores		53 000		-
Outros		235 367		3 767 275
Imposto sobre o rendimento do exercício		(2 591 766)		(889 288)

A variação ocorrida em 2019 na linha de "Outros" deve-se ao imposto diferido gerado por diferenças entre a base contabilística e a base fiscal do Grupo, nomeadamente no que respeita ao ajustamento de consolidação efetuado pela transação ocorrida entre as participadas Lusitania Seguros e Lusitania Vida em 2019. A operação consistiu na venda do ex-imóvel Sede por parte da Lusitania Seguros à Lusitania Vida, seguida da celebração

de um contrato de arrendamento por um período de 24 meses entre as partes (operação de *Sale and Leaseback*).

Os ativos e passivos por impostos correntes e taxas são analisados como segue:

	Euros			
	2020		2019	
	Ativos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes	Ativos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes
IRC - Impostos A recuperar/(A Pagar)	915 055	(134 268)	65 036	(1 409 088)
IRS - Retenções na Fonte	-	(1 178 359)	-	(692 146)
IVA - A recuperar/(A Pagar)	-	(37 238)	-	(29 609)
Imposto de Selo	-	(1 577 013)	-	(1 581 729)
SNBPC	-	(507 125)	-	(509 768)
INEM	-	(405 204)	-	(428 057)
ASF	-	(286 202)	-	(266 796)
FAT	-	(9 635 754)	145 943	(9 481 951)
FGA	-	(274 265)	45 458	(392 756)
Outros Impostos e Taxas	-	(38 898)	-	(232 819)
Segurança Social	-	(275 146)	463 763	(804 510)
Tributos Autarquias Locais	-	-	-	(1 743)
Total	915 055	(14 349 472)	720 200	(15 830 972)

17. Prémios de contratos de seguro (seguro direto e resseguro aceite)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a atividade da Grupo pode ser analisada como segue:

Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	2020			Saldos de resseguro
			Custos com sinistros brutos	Custos com exploração brutos		
SEGURO DIRETO E RESSEGURU ACEITE						
VIDA	45 831 361	45 831 361	20 626 215	11 061 709		(886 821)
ACIDENTES E DOENÇA	79 986 059	78 346 544	70 111 985	19 625 251		(3 416 676)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	45 236 442	45 792 236	19 736 449	12 579 188		(15 563 335)
AUTOMÓVEL	-	-	-	-		-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	57 127 328	57 999 878	45 410 603	17 536 038		(1 473 379)
- OUTRAS COBERTURAS	19 248 368	21 517 376	9 047 493	4 280 793		(961 782)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2 554 279	2 629 009	730 348	1 001 488		(1 253 092)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5 425 291	5 392 788	431 515	1 952 446		(1 489 304)
CRÉDITO E CAUÇÃO	279 505	278 673	42 201	63 470		(215 181)
PROTECÇÃO JURÍDICA	596 242	196 041	6 636	(69 289)		(19 208)
ASSISTÊNCIA	6 876 561	5 051 245	38 022	567 338		(3 242 333)
DIVERSOS	15	15	-	4		-
TOTAL	263 161 451	263 035 166	166 181 467	68 578 436		(28 521 111)



Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos com exploração brutos	Euros
					2019
SEGURO DIRETO E RESSEGURADO ACEITE					
VIDA	58 336 460	58 336 460	31 513 921	8 412 575	(606 910)
ACIDENTES E DOENÇA	82 744 929	80 702 701	73 023 197	20 254 097	(1 412 506)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	46 997 528	45 131 934	24 027 871	12 407 859	(8 168 736)
AUTOMÓVEL	-	-	-	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	56 130 420	56 103 385	57 949 873	16 129 288	(431 604)
- OUTRAS COBERTURAS	27 231 416	27 471 680	11 549 955	5 796 110	(4 058 040)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3 369 822	3 428 015	1 074 913	1 235 496	(938 360)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5 363 976	5 349 796	1 423 130	2 099 773	(867 393)
CRÉDITO E CAUÇÃO	295 738	308 937	(468 465)	76 446	(622 349)
PROTECÇÃO JURÍDICA	1 453 355	1 468 890	13 200	170 037	(1 165 244)
ASSISTÊNCIA	1 901 416	1 839 618	67 876	385 509	(167 990)
DIVERSOS	13	13	-	5	-
TOTAL	283 825 073	280 141 429	200 175 471	66 967 195	(18 439 132)

A produção das empresas de seguros apresentou um crescimento de 10,2%, em comparação com os valores consolidados do ano anterior, fixando-se em 283,8 milhões de Euros (2019: 280,1 milhões de Euros), sendo suportado essencialmente pelo aumento dos ramos de Vida, Acidentes e doença e Incêndio e outros danos.

18. Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

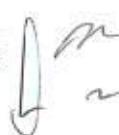
Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 2.749.280 (2019: Euros 1.939.631).

19. Rendimentos / réditos de investimentos e gastos financeiros

Os rendimentos de investimentos são apresentados como segue:

	Euros	
	2020	2019
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7 104	7 122
Ativos financeiros disponíveis para venda	25 164 863	22 716 928
Depósitos à ordem e a prazo	7 889	37 487
Outros	1 521 786	3 593 152
Total	26 701 642	26 354 688

Na rubrica Gastos financeiros estão registados na sua maioria os custos de financiamento relativamente às obrigações subordinadas (ver nota 21). Inclui, também, os custos de financiamento imputados à função gestão de investimentos (ver nota 22).



20. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação e reajustamentos, por categoria de investimento, podem ser analisados como segue:

	Euros	
	2020	2019
Ativos disponíveis para venda	7 989 270	11 676 869
Investimentos a deter até à maturidade	9 187	1 009
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(11 324 862)	(9 636 906)
Activos Financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através de resultados	(124 530)	443 917
Outros	416 311	-
Total	(3 034 624)	2 484 890

21. Custos de financiamento

Durante o exercício de 2020, o Grupo registou custos de financiamento no valor de Euros 4.193.629 (2019: Euros 3.409.040), sendo os custos associados às obrigações subordinadas emitidas os mais significativos.

22. Gastos diversos por função e natureza

Os custos imputados às funções são analisados como segue:

	2020		2019		Euros	
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Custos com sinistros	13 896 378	-	13 896 378	12 091 029	-	12 091 029
Custos de aquisição	18 585 941	-	18 585 941	22 579 231	-	22 579 231
Custos administrativos	16 669 632	-	16 669 632	14 272 646	-	14 272 646
Custos gestão dos investimentos	4 859 110	170 825	5 029 935	3 986 322	85 868	4 072 190
Outros custos não imputados	-	4 838 805	4 838 805	-	4 669 738	4 669 738
Total	54 011 061	5 009 630	59 020 691	52 929 229	4 755 606	57 684 835



Os gastos por natureza são apresentados como segue:

	Euros	
	2020	2019
Gastos com Pessoal	27 933 687	27 566 882
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	7 242 599	6 975 548
Rendas e Alugueres	4 541 671	5 749 096
Comunicações	1 526 252	1 610 287
Conservação e Reparação	1 399 545	719 279
Publicidade e Propaganda	1 414 932	1 392 890
Deslocações, estadas e despesas de representação	102 788	195 200
Impressos	10 395	15 964
Material de escritório	33 875	48 564
Quotizações	247 583	211 635
Custos com cobrança de prémios	544 460	314 534
Seguros	263 788	178 727
Contencioso e Notariado	65 360	41 389
Eletricidade	273 160	282 498
Limpeza, higiene e conforto	335 929	327 514
Vigilância e segurança	258 560	238 410
Outros	1 017 730	1 644 337
	19 278 627	19 945 872
Impostos e taxas	2 408 654	2 600 176
Amortizações do exercício:		
Ativos Intangíveis	2 609 235	2 481 347
Ativos tangíveis:		
Terrenos e Edifícios de uso próprio	927 071	998 421
Terrenos e Edifícios de rendimento	8 126	8 126
Outros ativos tangíveis	1 438 113	601 772
Inventários	39 756	39 756
	5 022 301	4 129 422
Juros Suportados	3 707 876	2 816 732
Comissões	669 546	625 750
Total	59 020 691	57 684 834

23. Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo tinha o seguinte número de colaboradores pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria	2020	2019
Diretor	30	30
Gestor Técnico	34	32
Gestor Operacional	21	22
Gestor Comercial	8	8
Técnico	118	122
Coordenador Operacional	78	79
Especialista Operacional	265	267
Assistente Operacional	26	30
Auxiliar Geral	13	13
Estagiário	3	4
TOTAL	596	607



Os custos com pessoal são analisados como segue:

	Euros	
	2020	2019
Remunerações		
- dos órgãos sociais	2 631 549	2 902 292
- do pessoal	18 292 985	17 790 015
Encargos sobre remunerações	4 745 348	4 750 000
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	400 571	(66 026)
- Planos de benefícios definidos	154 257	114 202
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	-
Benefícios de cessação de emprego	303 729	573 786
Seguros obrigatórios	538 953	550 118
Gastos de ação social	620 266	628 287
Outros gastos com pessoal	246 030	324 209
Total	27 933 687	27 566 882

24. Obrigações com benefícios dos empregados

Conforme referido nas políticas contabilísticas, o Grupo assumiu o compromisso de conceder pensões de reforma e invalidez a todos os seus trabalhadores, nos termos (i) do plano de pensões estabelecido no CCT para o setor segurador, (ii) do plano de pensões estabelecido para os membros do Conselho de Administração das subsidiárias do setor segurador e, (iii) plano de pensões estabelecido para os trabalhadores da Futuro.

Em resultado da alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Lusitania, e para os participantes do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, que aderiram ao novo CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados naquela data, foi convertido num plano de contribuição definida única, que integra atualmente o referido Fundo.

Relativamente a este valor, foi concedida garantia de capital pela entidade gestora do Fundo de Pensões Lusitania. As responsabilidades do Grupo relativas ao plano de benefícios dos Administradores e Pensionistas estão financiadas através de fundos de pensões.

Os principais pressupostos considerados no cálculo do valor atual das responsabilidades, para 31 de dezembro de 2020 e 2019, são os seguintes:

Pressupostos Demográficos	2020	2019
Tábua de Mortalidade	TV 88/90 / GKF 95	TV 88/90 / GKF 95
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	ver Quadro 1	ver Quadro 1

Pressupostos Financeiros	2020	2019
Taxa Técnica de Desconto	0,35% - 1,3%	0,29% - 1,5%
Taxa de Rendimento do Fundo	0,35% - 1,3%	0,29% - 1,5%
Taxa de Crescimento Salarial	2,00%	2,00%
Taxa de Revalorização Salarial (Seg. Social)	0%	0%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,00%	1,00%



Quadro 1				
Data de nascimento		Idade	Normal	de
Desde	Até			
	31/01/1959		66	
01/02/1959	31/01/1970		67	
01/02/1970	31/01/1981		68	
01/02/1981	31/01/1992		69	
01/02/1992			70	

Os pressupostos acima referidos são determinados para cada entidade incluída no perímetro do Grupo. A média das responsabilidades ascende a 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios definidos é analisado como segue:

	2020	2019
Ativos	56	83
Reformados	65	73
TOTAL	121	156

Os ativos e responsabilidades reconhecidos em balanço são analisados como segue:

	Euros	
	2020	2019
Ativos / (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	(2 317 614)	(2 500 838)
Ativos	(4 456 882)	(4 166 421)
	(6 774 496)	(6 667 259)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	6 810 945	6 610 334
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	36 449	(56 925)

No final de 2020 e de 2019, a evolução das responsabilidades é analisada como segue:

	Euros	
	2020	2019
Responsabilidades em 1 de Janeiro		
Responsabilidades em 1 de Janeiro	6 667 256	6 388 126
Custo do serviço corrente	148 652	122 336
Custo dos juros	64 998	107 051
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	347 331	649 821
Liquidação do benefício CCT	(226 594)	(243 523)
Benefícios pagos	(227 150)	(246 012)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	-
Pré-reformas	-	-
Outros Pagamentos	-	(110 543)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	6 774 493	6 667 256



A evolução dos ativos dos fundos de pensões, que financiam planos de benefícios definidos, nos exercícios de 2020 e 2019 pode ser analisada como segue:

	Euros	
	2020	2019
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	6 610 334	5 938 155
Rendimento esperado	72 803	112 814
Ganhos e (perdas) atuariais	137 469	105 237
Transferências	-	(110 543)
Contribuições	217 489	810 683
Benefícios pagos	(227 150)	(246 012)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	6 810 945	6 610 334

Os ganhos e perdas atuariais em 2020 e 2019 são apresentados como segue:

	Euros	
	2 020	2 019
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de Janeiro	(1 212 133)	(1 740 515)
Ganhos e (perdas) atuariais		
- nas responsabilidades	(347 330)	423 145
- nos activos do plano	137 469	105 237
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	(1 421 994)	(1 212 133)

Os ativos e passivos líquidos são analisados como segue:

	Euros	
	2020	2019
Ativos/ (Passivos) a receber ou entregar em 1 de Janeiro	(167 464)	(449 971)
Ganhos e (perdas) atuariais das responsabilidades	(347 330)	(649 820)
Ganhos e (perdas) atuariais dos fundos	137 469	105 237
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	(148 652)	(122 336)
- Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	7 805	5 763
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	-
Liquidação do benefício do CCT	226 594	243 523
Contribuições	217 489	810 683
Pré-reformas	-	(110 543)
Ativos/ (Passivos) a receber ou entregar em 31 de Dezembro	(74 089)	(167 464)

O custo do exercício com benefícios pós emprego pode ser analisado como segue:

	Euros	
	2020	2019
Custo do serviço corrente	148 652	122 336
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(7 805)	(5 763)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	-
Pré-reformas	-	110 543
Custos do exercício	140 847	227 116

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	Euros	
	2020	2019
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 802 993	1 686 081
Títulos de rendimento fixo	6 475 157	6 137 841
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	550 577	901 886
	8 828 727	8 725 808



Os ativos dos fundos de pensões acima evidenciados incluem uma quota-partes relativa ao plano de contribuição definida da Lusitania que ascende a Euros 2.017.780 (2019: Euros 2.115.471).

De referir que a composição da carteira de investimentos do fundo não inclui ativos do Grupo.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto da IAS 19, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, é a seguinte:

	2020		2019		Euros
	Impacto das alterações dos		Impacto das alterações dos		
	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+0,25%	
	Euros	Euros	Euros	Euros	
Taxa de desconto	255 059	(239 710)	42 010	(40 656)	
Taxa de crescimento dos salários	(90 019)	93 264	-	-	
Taxa de crescimento das pensões	(147 646)	153 057	(35 387)	36 342	
Taxa de crescimento das pensões da segurança social	-	-	-	-	
	Impacto das alterações de		Impacto das alterações de		
	-1 ano	+1 ano	-1 ano	+1 ano	
	Euros	Euros	Euros	Euros	
Alteração da tábua de mortalidade	305 922	(299 636)	140 980	(135 471)	

Plano Individual de Reforma (PIR)

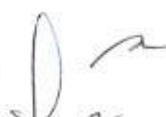
Foi constituído junto da Lusitania Vida uma apólice de seguro de grupo, denominado Plano Individual de Reforma, para garantir o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012. No exercício de 2020, o montante das contribuições efetuadas ascendeu a Euros 354.496 (2019: Euros 302.797).

O valor da quota-partes do Fundo de Pensões Lusitania relativa ao Plano de Contribuição Definida, que ascende a Euros 2.017.779, e inclui, com referência a 31 de dezembro de 2020, 341 participantes ativos.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceiram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Com base na decisão do tribunal a Montepio Seguros procede ao reconhecimento da responsabilidade relativa aos trabalhadores associados da SINAPSA de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.



25. Outros rendimentos e gastos técnicos, líquidos de resseguro

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os outros rendimentos e gastos técnicos são analisados como segue:

	Euros	
	2020	2019
Reavaliação de imóveis de rendimento	-	-
Outros rendimentos / gastos técnicos	1 198 368	974 484
Total	1 198 368	974 484

26. Outros rendimentos e gastos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os outros rendimentos e gastos não técnicos são analisados como segue:

	Euros	
	2020	2019
Ofertas a Clientes	-	(283 525)
Despesas confidenciais	-	(420)
Prestação de serviços da atividade de fundos de pensões	3 366 635	3 236 722
Outros rendimentos/gastos	(865 351)	(4 113 510)
Total	2 501 284	(1 160 733)

27. Capital

Em 27 de dezembro de 2013, a Montepio Seguros foi constituída com o capital social de Euros 72.500.000 representado por 72.500.000 ações de valor nominal de 1 euro cada. O capital social foi realizado em espécie e em dinheiro no montante de Euros 72.499.996 e Euros 4, respetivamente.

Na mesma data, foi efetuado um aumento de capital no montante de Euros 65.250.000 representado por 65.250.000 ações de valor nominal de 1 euros cada. O capital social foi realizado, integralmente, em espécie.

O capital da Montepio Seguros, S.G.P.S. S.A., de Euros 137.750.000, representado por 137.750.000 ações de valor nominal Euros 1 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Os acionistas da Montepio Seguros são como segue:

ACIONISTA	Quant. Acções	Capital Subscrição	Quant. Votos	% CAPITAL
Montepio Geral - Associação Mutualista	123 349 998	123 349 998	123 349 998	89,5
Lusitania, Companhia de Seguros, SA	11 500 001	11 500 001	11 500 001	8,4
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA	2 900 001	2 900 001	2 900 001	2,1

Em 30 de dezembro de 2015, o MGAM adquiriu à CEMG 33,65% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 65.100.000, que inclui Euros 18.750.000 de prestações acessórias anteriormente efetuadas pela CEMG a esta entidade.

Em 28 de Dezembro de 2016, o MGAM adquiriu à Futuro, 3,26% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 1.489.824.



Em dezembro de 2019, a Lusitania, Companhia de Seguros, adquiriu a totalidade do capital social da N Seguros, que era detido a 100% pela Montepio Seguros, SGPS, S.A. com efeitos contabilísticos e fiscais em 31 de dezembro do presente ano.

Outros instrumentos de capital

Em 31 de dezembro de 2014, os outros instrumentos de capital são relativos a prestações acessórias concedidas pelos Acionistas MGAM e CEMG, nos montantes de Euros 61.750.001 e Euros 18.750.000, respetivamente.

Em 11 de Setembro de 2015, o MGAM concedeu prestações suplementares de capital de natureza pecuniária à Montepio Seguros, no montante de Euros 55.000.000.

Como atrás referido, em 30 de dezembro de 2015, as prestações acessórias anteriormente efetuadas pela CEMG passaram para o MGAM.

Em 2018, decorreu um reforço de prestações acessórias sob a forma de prestações suplementares de capital na Montepio Seguros, concedidas pelo MGAM, no montante de 20 milhões de euros em maio e de 15 milhões de euros em dezembro.

Em 2019, a Montepio Seguros, SGPS, S.A., efetuou novos reforços de capital à Lusitania, através de prestações suplementares, no valor de 30 milhões de euros.

28. Reservas

a) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A reserva de reavaliação é analisada como segue:

	Euros	2020	2019
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (incluindo juro corrido)	1 145 046 136	1 045 396 643	
Imparidade	(7 861 925)	(7 471 612)	
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	1 137 184 211	1 037 925 031	
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	1 290 758 399	1 142 192 667	
Reserva de justo valor de investimentos disponíveis para venda	153 574 188	104 267 637	
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	-	-	
Reserva de justo valor	153 574 188	104 267 637	
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	(18 837 901)	(14 888 010)	
Reserva por Impostos diferidos e correntes	(36 091 725)	(24 758 326)	
Reserva de revalorização de outros ativos	(122 349)	119 349	
Reserva de reavaliação (líquida de impostos)	98 522 213	64 740 650	
Reserva de reavaliação de interesses que não controlam (líquida de impostos)	(607 608)	(342 097)	
Reserva de reavaliação atribuível (líquida de impostos)	97 914 605	64 398 553	

b) Reservas por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de impostos resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos nas políticas contabilísticas. Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a ativos financeiros afetos a carteiras com participação nos resultados

discrecionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas variações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva.

c) Outras Reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas, as quais resultam de resultados apropriados, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas.

29. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

	2020	2019
Resultado líquido atribuível aos acionistas (euros)	6 475 043	(12 405 223)
Número médio ponderado das ações em circulação (unidades)	137 750 000	137 750 000
Resultado por ação (euros)	0,05	0,01

30. Partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Montepio Seguros as (i) empresas subsidiárias; (ii) as empresas subsidiárias e associadas da Montepio Geral Associação Mutualista; (iii) os membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão; e, (iv) fundo de pensões. São considerados elementos chave de gestão os diretores de primeira linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

As operações financeiras e económicas entre as partes relacionadas podem ser analisadas como segue:

	2020				Euros
	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Bolsísimo - Gestão de Activos, S.A.	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	4 701 483	-	-	-	4 701 483
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	1 254 307	4 589	1 258 896
Empréstimos e contas a receber	8 507 000	-	-	-	8 507 000
Outros devedores	-	7 633	-	13 185	20 818
Total do Ativo	13 208 483	7 633	1 254 307	17 774	14 488 197
Passivos subordinados	2 500 000	38 500 000	-	-	41 000 000
Outros credores	1 505 452	-	-	269 460	1 774 912
Total do Passivo	4 005 452	38 500 000	-	269 460	42 774 912
Rendimentos e outros proveitos	3 749 115	233 000	48 000	42 045	4 072 160
Custos aquisição	-	-	-	-	-
Outros custos	13 629 434	3 498 801	21 000	1 287 378	18 436 613
Total de Ganhos e Perdas	(9 880 319)	(3 265 801)	27 000	(1 245 333)	(14 364 453)

	2019				Euros
	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Bolsímo - Gestão de Ativos, S.A.	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	5 589 595	-	-	-	5 589 595
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	1 254 983	17 738	1 272 722
Empréstimos e contas a receber	17 136 000	-	-	-	17 136 000
Outros dvedores	274	7 633	-	1 986	9 893
Total do Ativo	22 725 870	7 633	1 254 983	19 724	24 008 211
Passivos subordinados	2 500 000	38 500 000	-	-	41 000 000
Outros credores	1 291 175	-	-	274 680	1 565 855
Total do Passivo	3 791 175	38 500 000	-	274 680	42 565 855
Rendimentos e outros proveitos	4 055 927	175 234	41 160	52 494	4 324 816
Custos aquisição	-	-	-	-	-
Outros custos	11 388 607	2 845 032	8 713	1 210 948	15 451 299
Total de Ganhos e Perdas	(7 330 680)	(2 669 797)	32 447	(1 158 454)	(11 128 483)

Os Órgãos Sociais da Montepio Seguros SGPS, SA, com responsabilidades de gestão não auferem qualquer tipo de remuneração. As remunerações e encargos do Conselho de Administração e outro pessoal chave da gestão referem-se a retribuições pagas pelas empresas participadas e são analisadas como segue:

	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total	Euros
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 505 780	14 295	1 520 075	
Total	1 505 780	14 295	1 520 075	

Os honorários faturados ao Grupo pelos Revisores Oficiais de Contas são detalhados como segue:

	2020	2019	Euros
Revisão Legal das Contas	260 387	242 225	
Outros Serviços de garantia de fiabilidade	39 000	41 900	
Auditória aos fundos de pensões geridos pelo Grupo	95 000	81 658	
Total	394 387	365 783	

31. Compromissos

Com a entrada em vigor da norma contabilística IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, passou a ser reconhecido no balanço uma posição de ativo e passivo que representa o valor destes compromissos. À medida que os contratos se aproximam da sua maturidade, o valor dos ativos e passivos vai reduzindo, havendo também lugar ao pagamento de juros a uma taxa de desconto pré-definida para cada caso, que representa o gasto de financiamento implícito em cada uma das operações. Podemos ver estas posições de balanço na nota 9.2.



32. Passivos contingentes

Processo da Autoridade da Concorrência

Na sequência de uma investigação pela Autoridade da Concorrência (AdC), a participada Lusitania Seguros foi visada num processo por violação das regras de concorrência previstas na Lei n.º 19/2012 (artigo 9º). Nesse processo foi emitida, em 21 de agosto de 2018, uma Nota de Ilicitude, à qual foi apresentada uma resposta de defesa no dia 26 de fevereiro de 2019.

Apesar dos argumentos apresentados, a decisão final da AdC no processo, em 31 de julho de 2019, determinou a aplicação de uma coima à Lusitania de 20,5 milhões de euros, bem como a três quadros seus, a título individual. A decisão final determinou ainda, a título de sanção acessória, a publicação de extrato da decisão final, na II.ª série do Diário da República e num jornal de expansão nacional.

Considerando a falta de fundamento dos factos imputados à Lusitania e a aludida qualificação de um ilícito, o recurso de impugnação judicial da decisão final foi interposto no prazo legalmente previsto para o efeito, a 12 de setembro de 2019, com pedido de suspensão do pagamento da coima, aguardando-se que o Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS) dê seguimento aos autos do processo. Desta forma a Lusitania terá de novo a possibilidade de invocar os seus argumentos.

Durante o ano de 2020, não se registaram diligências processuais que envolvam a alteração da fase do processo (aguarda marcação de julgamento), sendo que, ao nível de tramitação processual, o facto materialmente relevante e que merece destaque prende-se com a circunstância do Tribunal ter proferido despacho que julgou validamente prestadas as cauções e atribuiu o efeito suspensivo ao recurso. Inicialmente, a Lusitania apresentou a caução sob a forma de Garantia Bancária, tendo, recentemente, solicitado a sua substituição por um Seguro de Caução, pedido que foi atendido pelo Tribunal no dia 21 de janeiro de 2021 (Ver nota 34 Eventos subsequentes).

Salienta-se que, neste momento, é provável que o início do julgamento seja agendado, ainda, no decurso do ano de 2021, mas sem certeza de que tal aconteça.

Em face da avaliação que o Conselho de Administração faz sobre este processo, considera-se que as probabilidades de, em recurso, o TCRS vir a reduzir esta sanção, são muito elevadas. Os dois aspetos mais relevantes em suporte desta avaliação, neste contexto, são a fundamentação da coima ser claramente deficiente e, o montante, face à moldura legalmente aplicável, ser manifestamente excessivo e desproporcionado, tendo em conta os factos de que a Lusitania é acusada e a prova existente.

Não obstante, adotando-se uma abordagem prudente perante os riscos envolvidos, foi constituída uma provisão relativa a este processo, no valor de 10,25 milhões de euros, conforme mencionado na nota 15. O montante remanescente, ascendendo a 10.250.000 euros, representa um passivo contingente, que se encontra a ser devidamente monitorizado.

As responsabilidades com garantias bancárias ativas em 2020 ascendiam a 10,30 milhões de euros. Este valor corresponde a 45.600 euros para garantir o pontual cumprimento da Lusitania, na qualidade de arrendatária das obrigações decorrentes do contrato de arrendamento para fins não habitacionais celebrado em 8 de agosto de 2018 e a 10,25 milhões de euros, para garantir o cumprimento do processo instaurado em 2019 pela AdC. Após o despacho favorável do TCRS, em 21 de janeiro de 2021, para a substituição da caução, foi cancelada a garantia bancária no dia 26 de fevereiro de 2021.

Na sequência da aquisição da Real Seguros em 2009, o Grupo encontra-se a acompanhar e monitorar a evolução do seguinte processo/passivo contingente:

Processo SMN

A Real Seguros celebrou com o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados do Banco Efisa – Dinamização e Competitividade Empresarial (Fundo), um contrato através do qual o Fundo detinha uma opção de venda à Real Seguros de 8.073 ações da SMN – Serviços Médicos Noturnos, SA (SMN), exercível entre 31 de março de 2008 e 31 de maio de 2009, por um preço a ser determinado por uma entidade escolhida por mútuo acordo. Em função da inexistência, na altura, de valor económico para a SMN, é convicção da Administração da Companhia que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para a Lusitania.

33. Fundos de pensões sob gestão do Grupo

O Grupo, através da Lusitania Vida e da Futuro, exerce a atividade de gestão de fundos de pensões. Os ativos sob gestão com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019 são analisados como segue:

	Euros	
	2020	2019
Fundos abertos	521 711 930	472 691 068
Fundos fechados	1 337 205 763	1 279 104 901
Total	1 858 917 693	1 751 795 969

34. Eventos subsequentes

No âmbito do processo de contraordenação por violação das regras de concorrência da Autoridade da Concorrência (AdC), foi constituído em julho de 2020 um depósito bancário como colateral de uma garantia bancária de 10,25 milhões de euros, que deixou de ser elegível para fundos próprios de base no apuramento da solvência. No entanto, no dia 21 de janeiro de 2021, ocorreu um despacho favorável do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão quanto à substituição da referida garantia bancária de 10,25 milhões de euros por um seguro de caução sem colateral associado. Desta forma, a garantia bancária e o depósito caução de 10,25 milhões de euros foram cancelados no dia 26 de fevereiro de 2021. A situação de solvência a 31 de dezembro de 2020 será apurada tendo por base a não disponibilidade do depósito devido ao ónus que recaía sobre o mesmo. O impacto estimado no rácio de solvência considerando a ausência de ónus sobre o depósito à data de referência, é de 13 p.p.

35. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2020:

- a) IFRS 3 (alteração), Definição de negócio. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.

A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- b) **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência – fase 1'.** Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospectiva; iv) teste de eficácia retrospetivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- c) **IAS 1 e IAS 8 (alteração), 'Definição de material'.** Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

A adoção destas alterações teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- d) **Estrutura conceitual, 'Alterações na referência a outras IFRS'.** Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospetiva, exceto se impraticáveis.

A adoção destas alterações tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

35.2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, já endossadas pela União Europeia:

- a) **IFRS 16 (alteração), "Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19"** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020). Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospetivamente com os impactos refletidos como um

ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.

O Grupo estima que a adoção desta alteração não tenha impactos significativos nas demonstrações financeiras.

- b) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

Estas alterações têm impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

35.3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) IAS 1 (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

O Grupo estima que a adoção futura destas alterações não tenha impactos significativos nas demonstrações financeiras.

- b) IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.

O Grupo estima que a adoção futura destas alterações não tenha impactos significativos nas demonstrações financeiras.

- c) **IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluem obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

O Grupo estima que a adoção futura destas alterações não tenha impactos significativos nas demonstrações financeiras.

- d) **Melhorias às normas 2018 – 2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

O Grupo estima que a adoção futura destas alterações não tenha impactos significativos nas demonstrações financeiras.

- e) **IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente *versus* incluídos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva.

A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- f) **IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

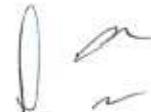
A adoção futura destas alterações não terá impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.



- g) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

A adoção futura destas alterações terá impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.

- h) IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e despreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.
- e) A adoção futura destas alterações terá impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.



Anexo I – Inventário de títulos e participações financeiras



Código	Designação	Identificação dos títulos						Euros		
		Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor da Balanço	Unitário	Total	
1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS:										
1.1 - Nacionais										
1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo										
11		Sub-total	-	-	-	-	-	-	-	
1.2 - Estrangeiros										
1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo										
921810000801	MOÇAMBIQUE - Companhia de Seguros	Sub-total	330 209	-	100,00%	2,64	872 900	1,16	365 221	
12		Sub-total	330 209	-	-	-	872 900	-	365 221	
11+12		Total	330 209	-	-	-	872 900	-	365 221	
2 - OUTROS TÍTULOS:										
2.1 - Mackeab										
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo										
2.1.1.1 - De dívida pública										
Consolidado 3%	Consolidado de 3%	-	136	100,00%	0,00%	-	164,60%	2,24		
Consolidado 4%	Consolidado de 4%	-	100	100,00%	0,00%	-	369,11%	3,68		
Obrigações Várias	Obrigações de várias entidades de valor reduzido	-	100 000	100,00%	0,00%	164 730	0,00%	163 525		
PTCONDE0008	CONSOLIDADO - 1943 (2,75%)	-	8 475	100,00%	49,00%	4 153	81,12%	8 673		
PTCONDE0009	CONSOLIDADO Centenários - 1940 (4%)	-	3 931	100,00%	57,04%	2 242	102,00%	4 009		
PTOTES0005	PGB 4,1 04/15/37	-	46 500 000	100,00%	159,27%	55 462 519	161,12%	74 919 463		
PTOTES0002	PGB 4,1 02/15/45	-	24 000 000	100,00%	128,91%	30 339 344	177,80%	42 671 908		
PTOTES0011	PGB 2,7 8 15/25	-	2 000 000	100,00%	97,58%	1 959 500	116,62%	2 332 448		
PTOTES0012	PGB 0,4 01/04/30	-	5 000 000	100,00%	68,40%	4 000 000	104,13%	5 208 665		
PTOTES0034	PGB 0,8 10/12/26	-	3 000 000	100,00%	82,60%	2 388 000	107,59%	3 227 469		
PTOTES0015	PGB 5,65 02/15/24	-	17 700 000	100,00%	115,62%	20 484 035	124,00%	23 028 648		
PTOTES0014	PGB 3,7 8 03/15/30	-	8 000 000	100,00%	103,78%	9 034 000	134,66%	9 477 768		
PTOTES0012	PGB 2,7 8 07/21/28	-	8 500 000	100,00%	99,13%	9 417 725	118,42%	11 344 488		
PTOTES0016	PGB 2,1 8 10/17/28	-	2 000 000	100,00%	99,68%	1 999 800	118,32%	2 386 369		
PTOTES0017	PGB 2,1 4/04/18/34	-	10 000 000	100,00%	98,12%	9 812 000	127,64%	12 744 041		
PTOTES0007	PGB 3,85 04/13/21	-	16 000 000	100,00%	94,66%	15 145 495	104,02%	16 643 363		
PTRAACOM0013	AZOMES 1,00% 09/19/29	-	4 200 000	100,00%	100,00%	4 200 000	105,04%	4 411 582		
PTRAMYOM0019	GOVMAD 1,14% 12/04/34	-	3 000 000	100,00%	100,00%	3 000 000	100,32%	3 009 480		
PTRAMYOM0025	GOVMAD 1,97% 07/04/28	-	1 000 000	100,00%	100,82%	1 000 180	112,81%	1 128 074		
		Sub-total	143 612 641	-	-	-	196 599 346	-	269 177 768	
2.1.1.2 - De emissoras públicas										
PTCPFBOM0001	CAMPER 5,7 03/05/30	-	2 000 000	100,00%	131,25%	2 425 000	148,60%	2 936 011		
PTCPEDOM0000	REFER 4 14/12/13/21	-	1 000 000	100,00%	111,72%	1 117 200	154,20%	1 042 029		
PTCPEDOM0004	REFER 4,85% 10/16/24	-	8 000 000	100,00%	100,13%	8 010 160	119,54%	9 983 489		
PTEDROM0015	EDPFL 1,5 8 04/05/27	-	300 000	100,00%	99,58%	298 736	109,65%	329 865		
		Sub-total	11 339 888	-	-	-	12 851 888	-	13 871 383	
2.1.1.3 - De outras emissoras										
Obrigações Várias										
PTBSGCD0012	ENCORD 3,7 8 04/01/2	-	135 000	100,00%	76,28%	102 994	78,36%	103 091		
PTD01000013	CEPFL 2,6 1/01/25	-	3 000 000	100,00%	100,72%	3 021 480	103,50%	3 105 048		
PTGALP0003	GALP 1,0 01/01/42	-	2 500 000	100,00%	99,77%	2 494 239	104,06%	2 601 574		
PTGALP0004	GALPFL 1,0 01/01/23	-	11 000 000	100,00%	99,17%	10 900 333	102,96%	11 325 429		
PTG2DA0001	GALPA 1,3 8 09/19/2	-	1 000 000	100,00%	98,45%	976 708	101,70%	998 224		
PTGPMAD0002	PESTA 2,1 2 02/23/25	-	1 800 000	100,00%	98,49%	1 800 904	103,76%	1 860 124		
PTGPMED0000	PESTA 2,9 07/15/22	-	2 000 000	100,00%	99,47%	1 999 779	95,16%	1 900 999		
PTG2DA0029	OLIFEL HOLDING SGPS SA	-	14	100,00%	1998500,57%	274 190	1566802,57%	274 190		
X5118520028	REFENFL 2 1/2 03/12/2	-	2 000 000	100,00%	105,58%	2 111 600	112,84%	2 256 822		
X5122250048	EDPFL 2,0 04/22/25	-	6 000 000	100,00%	97,95%	5 874 000	108,58%	6 574 847		
		Sub-total	34 635 918	-	-	-	34 816 777	-	38 778 845	
2.1.1.4 - Unidades de participação										
PTYMGFLM0006	MONTEPIO TAXA FIXA - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES DE TAXA FIXA	-	9 820	-	100,00%	-	1 000 000	-	1 000 925	
211		Sub-total	9 820	-	-	-	1 069 668	-	1 069 828	
		Sub-total	9 820	994 947 655	-	-	214 261 218	-	218 837 908	
2.1.2 - Títulos de rendimento variável										
2.1.2.1 - De dívida pública										
PTOTVHCE0007	PGB 0 08/12/21	-	309 000	100,00%	100,16%	309 482	102,35%	315 286		
PTOTVHCE0008	PGB 0 11/30/21	-	318 000	100,00%	100,26%	318 827	102,20%	325 005		
PTSR48E0025	SPRI48 Float 09/29/21	-	840 000	100,00%	104,41%	877 019	101,85%	853 475		
		Sub-total	1 467 900	-	-	-	1 149 338	-	1 454 746	
2.1.2.2 - De outras emissoras										
Altron - Peso 03/06/24										
PTBONVIA0004	ICPFL 4 1/2 12/07/27	-	1 000 000	100,00%	103,54%	1 035 400	107,51%	1 075 137		
PTBNIC0003	CELSI Flot 02/22/24	-	5 000 000	100,00%	100,85%	5 047 740	99,09%	4 954 261		
PTBNUAM0002	CELSI 0 07/14/27	-	5 000 000	100,00%	102,35%	5 112 250	100,00%	5 000 012		
PTBNUCD0003	BALPT 5 10/26/23	-	3 000 000	100,00%	103,18%	3 008 971	97,91%	2 035 175		
PTCGOKM0037	CHQD 5,3 4/28/28	-	900 000	100,00%	100,99%	904 843	102,54%	922 006		
PTH2DCE0007	HVCN FLot 10/03/33	-	3 000 000	100,00%	98,73%	2 991 900	112,51%	3 175 401		
PTJULLDKW0018	JOSEML Flot 01/22/27	-	3 500 000	100,00%	103,25%	3 516 200	94,09%	370 465		
PTSCCTGOM0007	CAETPL Flot 09/09/23	-	3 500 000	100,00%	100,34%	3 558 474	104,72%	3 665 303		
		Sub-total	28 866 008	-	-	-	21 821 218	-	21 458 088	
2.1.2.3 - Acções										
T22910042901	Genro Empreendimentos Imobiliários, SA	-	1	-	100,00%	-	-	100,00	100	
92091002101	CLINICA DE SANTA MARIA DE BÉLEM	70 496	-	100,00%	7,48	527 364	7,78	548 274		
02191003001	AUDATEX (ACC)	100	-	100,00%	249,40	24 640	301,97	30 178		
02591003291	Residências MG-saude	100	-	100,00%	1,00	100	1,00	100		
022910057301	Mondelo G.A.I.m ACE	12 248	-	100,00%	1,00	12 248	1,00	12 249		
Acções várivias	EDP	47 489	-	100,00%	-	-	0,01	-	243	
EDP	FIMOVE	1 275	-	100,00%	-	-	4,94	-	5 292	
FIMOVE	-	26	-	100,00%	1,00	26	100,00%	-	25	
Monteiro Ace	MONTEIRO GEST ATIVOS IMOB. ACE	73 491	-	100,00%	1,00	73 491	100,00%	73 491		
PTMORFAM0005	MS GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS	30	-	100,00%	-	-	9,01	-	270	
RESMONTE	Residências Monteiro	100	-	100,00%	-	-	0,48	-	45	
		Sub-total	208 351	-	100,00%	-	638 170	-	671 268	
2.1.2.4 - Unidades de Participação										
FCT	FUNDO COMPENSACAO TRABALHO	41 185	-	100,00%	1,00	41 296	1,01	41 504		
PTMUFAM0000	MONTEIRO ACCES EUROPA	93 840	-	100,00%	53,28	5 000 000	92,00	5 022 579		
PTUFAM0005	FUNDO V.P.	249 770	-	100,00%	8,05	2 011 487	9,53	2 408 117		
PTVSGAM0007	MORSAL	54 000	-	100,00%	104,71	5 654 191	81,37	4 335 558		
PTVCHTRH0007	FUNDMD	1 000	-	100,00%	5,10	5 103	7,88	7 865		
PTVSHRM0006	Nuvmed	467	-	100,00%	-	-	7,23	-	3 377	
PTVMGFLM0000	MONTEIRO OBRIGAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES DE TAXA VARIÁVEL	10 406	-	100,00%	95,54	1 000 000	98,875	988 875		
212		Sub-total	456 736	-	-	-	13 712 077	-	12 535 303	
211+212		Sub-total	456 091	22 367 800	-	-	38 876 791	-	36 556 205	
		Total	645 922	217 314 655	-	-	261 118 009	-	255 956 196	



Código	Designação	Identificação dos títulos	Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição		Valor de Balanço							
							Unidade	Total	Unidade	Total						
2.3. Extrangeiros																
2.3.1. De dívida pública																
2.3.1.1. Da dívida pública																
AT00000401X2	RMB 3 1/2 06/19/35		-	3 250 000	100,00%	96,87%	3 115 638	103,89%	3 375 113	Euros						
AT00000401R06	RMB 3 15/06/20/46		-	3 050 000	100,00%	174,48%	5 234 334	175,44%	5 293 390							
AT0000041K9F1	RMB 1 1/2 02/20/47		-	3 000 000	100,00%	125,31%	4 059 272	130,13%	4 173 830							
AT0000042J09	RMB 0 3/4 03/20/51		-	5 000 000	100,00%	105,84%	5 342 037	110,99%	5 999 680							
BE00000348574	BGB 1 7/06/22/50		-	2 000 000	100,00%	104,72%	2 084 400	138,18%	2 783 525							
BE00000390598	BGB 0 4/06/22/40		-	5 000 000	100,00%	99,03%	4 880 157	105,03%	5 282 371							
BE00000754367	VALLOC 0 85/01/18/51		-	4 000 000	100,00%	98,99%	3 952 711	99,81%	3 992 260							
DE00001032026	BUBL 0 9/01/20/21		-	7 500 000	100,00%	100,06%	7 504 500	100,04%	7 502 825							
DE00001102341	DBR 2 1/2 09/15/48		-	3 000 000	100,00%	168,85%	5 065 500	173,21%	5 196 182							
DE00001102426	DBR 1 1/4 08/15/2048		-	4 000 000	100,00%	132,79%	5 311 016	141,52%	5 680 641							
DE00001102461	DBR 0 09/15/50		-	5 000 000	100,00%	101,67%	5 083 568	105,06%	5 253 000							
DE00001102515	DBR 0 05/15/50		-	5 000 000	100,00%	104,73%	5 238 634	105,67%	5 283 500							
DE00001135588	DBR 4 3/4 07/04/28		-	4 000 000	100,00%	100,54%	4 021 400	144,55%	5 782 139							
ES00000124944	SPGB 5 15/10/31/44		-	10 000 000	100,00%	122,96%	12 286 200	198,54%	19 854 470							
ES0000012742	SPGB 1 25/07/30/30		-	2 500 000	100,00%	98,80%	2 478 000	119,46%	2 988 902							
ES0000012759	SPGB 1 95/04/30/25		-	7 500 000	100,00%	106,67%	8 000 075	112,98%	8 548 518							
ES00000128058	SPGB 2 9 10/31/48		-	5 000 000	100,00%	102,90%	5 144 945	150,36%	7 518 130							
ES00000128295	SPGB 2 35/07/00/33		-	8 500 000	100,00%	108,04%	9 023 785	127,26%	10 817 307							
ES00000128301	SPGB 4 2 01/31/37		-	12 000 000	100,00%	108,88%	12 829 700	183,13%	19 575 939							
ES00000129447	SPGB 2,7 10/31/48		-	12 000 000	100,00%	107,55%	12 909 900	147,50%	17 699 910							
ES00000135684	SPGB 0 15/06/00/35		-	2 000 000	100,00%	99,81%	1 998 169	121,74%	2 404 751							
ES00000137700	SPGB 0 15/06/30/30		-	5 000 000	100,00%	100,09%	5 003 111	105,20%	5 259 881							
ES00000139160	SPGB 1 10/01/93		-	6 000 000	100,00%	98,15%	5 802 240	103,65%	6 216 827							
ES00000140442	SPGB 1 2 10/11/40		-	5 000 000	100,00%	99,11%	4 921 773	119,81%	5 540 327							
ES00000159159	SOL 7 0/01/15/21		-	7 500 000	100,00%	100,04%	7 502 525	102,02%	7 501 726							
EU00000283847	SIL 1 10/04/40		-	3 000 000	100,00%	2 881 200	102,22%	3 000 000	3 000 000							
EU00000284449	EU 0 3 10/08/30		-	3 000 000	100,00%	100,06%	3 025 872	108,07%	3 241 855							
FI0000242870	RFGB 1 3/8 04/15/47		-	3 800 000	100,00%	124,83%	4 361 965	138,03%	4 830 891							
FI0000315153	RFGB 0 1/8 04/15/36		-	4 000 000	100,00%	99,90%	3 995 904	104,53%	4 161 242							
FI0000446857	RFGB 0 1/4 09/15/40		-	3 000 000	100,00%	102,76%	3 087 703	106,25%	3 167 389							
FR0010192997	FRTM 3 3/4 04/25/21		-	2 500 000	100,00%	100,06%	2 501 500	103,91%	2 597 889							
FR0011349234	COLTER 4 3 11/07/22		-	1 000 000	100,00%	114,45%	1 144 500	106,49%	1 064 800							
FR0013404665	FRTM 1 1/2 05/25/50		-	2 000 000	100,00%	113,87%	2 277 400	134,33%	2 686 882							
FR0013486813	FRTM 0 3/4 05/25/52		-	2 500 000	100,00%	108,75%	2 718 750	111,99%	2 799 301							
GR00162020958	GGB 2 0/4 22/27		-	3 000 000	100,00%	106,22%	3 008 637	111,62%	3 348 480							
GR0124032569	GGB 3 7/6 03/12/39		-	2 250 000	100,00%	102,15%	2 294 310	128,92%	2 923 250							
GR01240370709	GGB 1 1/2 06/18/30		-	5 000 000	100,00%	99,41%	4 970 250	108,75%	5 407 574							
GR0128016731	GGB 1 7/8 02/04/35		-	5 000 000	100,00%	105,22%	5 787 197	114,47%	6 295 723							
GR01380159114	GGB 4 2 01/30/42		-	2 000 000	100,00%	95,75%	1 815 000	161,45%	3 229 035							
IE00091891822	IRSH 0 05/15/50		-	4 000 000	100,00%	99,34%	3 972 722	135,05%	5 401 808							
IE00091891835	IRSH 0 4/05/15/35		-	5 000 000	100,00%	99,54%	4 979 942	107,52%	5 380 903							
IE00091891866	IRSH 2 0/2/18/45		-	2 000 000	100,00%	113,12%	2 267 400	145,28%	2 925 505							
IT00048239969	BTFS 4 3/4 06/01/44		-	21 000 000	100,00%	133,35%	29 212 135	172,56%	37 790 787							
IT0005032434	BTFS 3 1/2 03/01/30		-	3 000 000	100,00%	118,32%	3 579 665	128,73%	3 861 917							
IT0005170839	BTFS 1 5/6 01/01/28		-	2 500 000	100,00%	104,65%	2 617 300	108,76%	2 719 007							
IT0005177999	BTFS 2 2/5 09/01/36		-	27 000 000	100,00%	97,36%	26 394 400	119,88%	32 568 386							
IT0005321323	BTFS 2 9/5 09/01/38		-	10 000 000	100,00%	99,03%	9 900 300	131,61%	13 160 720							
IT0005365195	BTFS 3 5/8 01/29		-	3 000 000	100,00%	111,19%	3 335 700	123,16%	3 694 696							
IT000537152	BTFS 3 1/3 03/01/40		-	5 000 000	100,00%	98,65%	6 982 650	134,31%	8 715 740							
IT0005397855	BTFS 0 0/1/14/21		-	7 500 000	100,00%	100,04%	7 502 625	100,02%	7 501 425							
IT000541703	BTFS 1 1/5 05/01/41		-	2 500 000	100,00%	99,82%	2 489 563	107,70%	2 662 017							
IT0005425233	BTFS 1 7/08/01/51		-	1 000 000	100,00%	99,77%	1 097 415	110,87%	1 219 586							
IL0000102275	NETHER 3 3/4 01/15/2		-	4 000 000	100,00%	88,72%	4 545 955	95,94%	4 919 404							
IL00191721995	NETHER 2 3/4 01/15/47		-	2 000 000	100,00%	89,19%	1 999 167	112,73%	2 254 037							
IL00192520065	NETHER 0 1/2 01/15/46		-	3 000 000	100,00%	171,27%	3 425 367	181,52%	3 461 348							
IL0019561879	NETHER 0 0/1/15/52		-	6 000 000	100,00%	99,33%	5 069 500	102,24%	8 175 400							
S00002034887	SLOREP 1 1/2 03/25/35		-	2 000 000	100,00%	118,05%	2 361 000	121,61%	2 402 116							
S00002040404	SLOREP 0 0/0/20/50		-	5 000 000	100,00%	98,88%	4 993 850	104,40%	3 219 828							
S00120109490	T 1 14/05/15/50		-	2 000 000	100,00%	73,93%	1 594 542	74,01%	1 488 137							
S00120109P49	T 1 3/8 09/15/50		-	4 000 000	100,00%	83,96%	3 237 857	76,86%	3 066 310							
X18197439479	MEX 2 7/8 04/06/39		-	1 000 000	100,00%	113,72%	1 137 210	110,72%	1 107 170							
X18198338378	CYPRUS 2 3/4 05/03/48		-	5 000 000	100,00%	111,78%	5 567 846	145,99%	7 346 314							
X22105096777	CYPRUS 0 5/8 01/21/30		-	2 800 000	100,00%	98,28%	2 481 569	104,53%	2 613 253							
X22105097393	CYPRUS 1 1/4 01/21/40		-	2 000 000	100,00%	96,95%	1 933 780	110,02%	2 200 306							
X22157153959	CYPRUS 2 1/4 04/16/50		-	5 000 000	100,00%	98,28%	4 914 004	132,95%	8 647 679							
X22181347169	ESTONIA 6 1/8 09/19/30		-	2 300 000	100,00%	94,94%	2 473 600	103,09%	2 577 260							
X22182299274	ICELAND 0 5/8 06/03/20		-	1 000 000	100,00%	99,78%	997 640	102,59%	1 029 943							
X22210006339	LITHUN 0 1/2 07/25/50		-	3 000 000	100,00%	96,45%	2 893 507	101,50%	3 044 901							
Sub-total			-	326 900 000	100,00%	97,36%	349 067 382	103,17%	413 678 534							
FR0014000008	SNCP 0 7/6 02/28/51		-	2 000 000	100,00%	97,36%	1 947 200	103,17%	2 003 400							
Sub-total			-	3 000 000	100,00%	97,36%	1 947 200	103,17%	2 003 400							



Identificação das titulações		Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total da aquisição	Valor de Balanço
Código	Designação					Unidade	Total
2.2.1.3 - De outros emissores							
SE8279618386	ETHIAS 8 01/14/28	+	8 600 000	100,00%	118,20%	2 907 200	121,33%
DE0007604965	KFW 3 10/06/21	-	8 500 000	100,00%	98,12%	1 441 200	1,04
DE0004281218	JASCO 3 3/4 09/17/23	-	2 500 000	100,00%	115,88%	2 807 012	128,20%
DE0004281217	JASCO 3 3/4 09/23/23	-	3 000 000	100,00%	106,99%	3 146 820	106,72%
DE0004281217	JASCO 3 3/4 09/23/23	-	4 500 000	100,00%	106,54%	4 524 117	111,20%
DE000242401W5	CMD3 4 03/30/27	-	5 000 000	100,00%	105,85%	5 202 450	119,85%
ES0224444711	MAPSM 1 5/8 05/19/28	-	2 000 000	100,00%	100,89%	2 018 800	119,51%
ES0413211071	BBVAGM 4 02/25/25	-	2 000 000	100,00%	98,55%	1 971 000	121,89%
FI4000387629	METRA 3 3/4 06/24/27	-	1 000 000	100,00%	105,23%	1 052 250	113,54%
FI4000000114	VAPOCY 2 1/8 10/07/24	-	2 000 000	100,00%	100,12%	2 003 567	100,55%
FR010014545	PEUGEOT 8 09/19/33	-	8 500 000	100,00%	135,26%	12 374 191	155,89%
FR01001681581	EDF 4 1/2 11/12/40	-	2 500 000	100,00%	138,84%	3 241 000	184,88%
FR0114002571	COOP 3 3/11 06/23	-	1 000 000	100,00%	101,97%	1 018 750	108,40%
FR0101791381	VOYAGE 1 1/8 03/20/23	-	3 500 000	100,00%	102,12%	3 551 740	107,76%
FR0101791381	VOYAGE 1 1/8 03/20/23	-	3 700 000	100,00%	102,73%	3 770 199	107,99%
FR0113113368	EDF 1 7/8 10/15/38	-	5 000 000	100,00%	88,73%	4 438 000	117,21%
FR0103145584	PEUGEOT 3 03/3/34	-	1 000 000	100,00%	100,14%	1 001 456	106,87%
FR0103257273	LDPP 1 1/2 10/14/24	-	2 500 000	100,00%	99,26%	2 482 950	101,21%
FR0103322187	CRPPP 2 3/8 09/19/25	-	900 000	100,00%	102,48%	912 000	105,44%
FR0103388359	RENAUL 2 0/8 03/28	-	1 000 000	100,00%	97,19%	971 000	99,97%
FR0103388602	SOCGEN 2 1/8 09/27/20	-	5 500 000	100,00%	99,74%	4 986 767	112,89%
FR0103385473	VISITP 1 9/4 01/07/35	-	2 000 000	100,00%	105,99%	2 001 872	118,99%
FR0103416148	AUCHAN 2 3/8 04/25/26	-	2 500 000	100,00%	98,79%	2 484 750	109,43%
FR0103422691	ETLPP 2 1/4 07/13/27	-	3 000 000	100,00%	99,82%	2 964 680	108,96%
FR0103428728	CETRUS 2 3/4 11/26/2	-	2 500 000	100,00%	102,49%	2 581 475	107,79%
FR0103477254	AFPP 1 7/8 09/18/25	-	3 000 000	100,00%	98,13%	2 943 869	99,97%
FR0103500002	PSG 1 8/8 06/24/28	-	9 000 000	100,00%	104,20%	9 234 760	127,99%
FR0103519201	LAONI 2 1/8 06/23/21	-	500 000	100,00%	99,42%	500 000	100,80%
FR0103521133	ADPP 1 0/1/05/29	-	1 700 000	100,00%	87,87%	1 653 758	108,59%
US0143344093	FIMEX 8 3/4 01/19/21	-	2 000 000	100,00%	94,84%	1 958 113	83,79%
X50093667734	EIR 5 5/8 01/15/28	-	1 100 000	100,00%	69,70%	1 137 378	147,92%
X5014005388	BACIA 5 8 12/27/21	-	2 000 000	100,00%	117,04%	2 345 850	103,45%
X50150830352	KNPF 5 2/5 11/29/27	-	2 000 000	100,00%	98,95%	1 978 120	125,85%
X501519901231	EDF 5 5/8 02/21/33	-	1 600 000	100,00%	106,49%	2 023 367	100,07%
X50223382007	GSA 4 0/6/16/25	-	7 000 000	100,00%	99,59%	6 936 490	120,45%
X50223567440	GE 4 1/8 09/19/26	-	2 500 000	100,00%	100,48%	2 511 500	131,59%
X5025072105	SAMX 4 1/4 04/12/21	-	4 000 000	100,00%	99,70%	3 967 960	134,35%
X50250967789	RABOBK 4 3/8 06/07/03	-	3 500 000	100,00%	99,39%	2 484 750	134,92%
X50270373004	GS 4/3 10/13/31	-	3 000 000	100,00%	100,87%	2 018 000	104,50%
X50270510009	TSGM 3 3/4 06/10/25	-	8 000 000	100,00%	114,55%	14 375 340	100,00%
X50270510009	TSGM 3 3/4 06/10/25	-	8 400 000	100,00%	113,44%	14 375 340	142,70%
X502814549077	GE 5 5/8 01/16/28	-	9 000 000	100,00%	117,44%	10 538 766	121,48%
X5043592050	PETORA 4 1/4 05/02/2	-	8 100 000	100,00%	100,42%	8 134 090	110,31%
X5042059426	ENELUM 4 7/8 04/17/2	-	800 000	100,00%	98,87%	800 000	110,21%
X5057934757	NTDSM 3 7/8 01/17/23	-	2 600 000	100,00%	100,42%	2 515 400	111,75%
X50906048633	GAZPRU 4 3/6 03/21/3	-	3 000 000	100,00%	108,78%	5 438 160	115,59%
X50906070454	VV 3 3/0 03/23	-	2 500 000	100,00%	101,59%	2 527 070	123,85%
X5097052345	ENIR 3 3/4 05/12/25	-	2 000 000	100,00%	104,14%	2 082 720	118,90%
X5097258685	REPOM 3 5/8 10/07/21	-	2 000 000	100,00%	102,87%	2 068 000	133,81%
X5098193480	RBIVB 8 10/16/28	-	1 500 000	100,00%	113,35%	1 700 280	117,49%
X5098271174	PETBRA 3 4/3 01/14/2	-	3 000 000	100,00%	99,88%	2 990 310	110,82%
X5102145951	HIFPAL 3 1/2 05/27/2	-	2 000 000	100,00%	98,97%	1 998 760	113,40%
X5110367716	STAVNO 5 5/8 11/19/23	-	2 000 000	100,00%	105,20%	2 113 000	113,20%
X5110391153	HIPESA 3 3/8 01/19/23	-	1 000 000	100,00%	103,59%	1 036 000	106,89%
X5110393289	BHP 3 3/8 02/17/25	-	2 600 000	100,00%	100,07%	2 581 885	134,82%
X5120019782	SANTAN 2 1/2 03/16/2	-	8 100 000	100,00%	87,71%	4 963 282	110,31%
X51204154410	ACAPP 2 5/8 03/17/27	-	2 000 000	100,00%	100,47%	2 009 440	114,21%
X51223423487	REDEAS 2 1/8 04/27/23	-	3 000 000	100,00%	98,19%	3 534 741	109,87%
X5122459582	CGL 1 5/8 02/23/21	-	4 000 000	100,00%	100,20%	4 007 600	100,59%
X5123788625	BNP 2 7/8 10/01/36	-	1 100 000	100,00%	102,93%	1 131 000	113,42%
X5138064587	SANTAN 3 1/4 04/04/2	-	4 000 000	100,00%	101,45%	4 059 000	110,85%
X51425782160	ESBINE 1 7/8 09/14/3	-	1 000 000	100,00%	98,79%	946 350	118,88%
X51492458544	MLV 3 5/8 11/22/28	-	10 000 000	100,00%	104,83%	9 243 450	110,21%
X5150230000	ALFA 3 3/4 06/07/30	-	2 000 000	100,00%	101,90%	2 000 500	104,47%
X515023444818	SANTAN 3 1/5/01/10/2	-	8 000 000	100,00%	95,51%	4 420 000	117,00%
X51502614581	BBVAGM 3 1/2 03/19/2	-	8 000 000	100,00%	100,59%	6 011 200	119,70%
X5150948792	BBVAGM 4 0/3/24/31	-	3 000 000	100,00%	100,99%	3 011 700	116,72%
X51577600203	TFEPV 3 3/8 06/05/27	-	2 800 000	100,00%	101,31%	2 834 084	125,36%
X5158924142	ANTOLIN 3 1/4 04/20/32	-	3 000 000	100,00%	103,15%	3 084 530	98,98%
X51812542394	GS 2 1/8 05/17/37	-	10 000 000	100,00%	92,42%	9 242 000	108,01%
X51820851222	ADM 2 1/8 06/01/28	-	1 500 000	100,00%	88,20%	1 474 500	93,46%
X5182086432	T 3 15/09/04/36	-	5 500 000	100,00%	100,29%	5 513 870	127,29%
X51840887416	KEORM 3 0/12/22	-	1 000 000	100,00%	97,53%	1 042 845	100,89%
X5184722265	ATLUM 1 7/8 01/13/27	-	3 500 000	100,00%	99,55%	3 470 390	99,84%
X5184868792	INVITA 1 3/8 07/22/23	-	2 000 000	100,00%	102,55%	2 057 000	92,19%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	103,87%	5 153 400	102,96%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	104,00%	4 970 000	114,98%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	104,20%	4 970 000	124,70%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	104,40%	5 241 000	111,80%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	104,59%	5 241 000	123,80%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	104,78%	5 241 000	124,71%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	104,97%	5 241 000	125,60%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	105,16%	5 241 000	126,49%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	105,35%	5 241 000	127,39%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	105,54%	5 241 000	128,28%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	105,73%	5 241 000	129,17%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	105,92%	5 241 000	130,06%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	106,11%	5 241 000	130,95%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	106,30%	5 241 000	131,84%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	106,49%	5 241 000	132,73%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	106,68%	5 241 000	133,62%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	106,87%	5 241 000	134,51%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	107,06%	5 241 000	135,39%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	107,25%	5 241 000	136,28%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	107,44%	5 241 000	137,17%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	107,63%	5 241 000	138,06%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	107,82%	5 241 000	138,95%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	108,01%	5 241 000	139,84%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	108,19%	5 241 000	140,73%
X5185107269	TMO 3 2/8 07/04/37	-	5 000 000	100,00%	108,38%	5	

Código	Designação	Maturidade dos títulos	Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total da aquisição	Euros								
								Unidade	Total							
2.2.2 - Títulos de rendimento variável																
2.2.2.1 - De dívida pública																
I70003755722	BALCTV FLT 11/25/24	-	1 360 000	100,00%	94,77%	1 279 329	97,27%	1 313 093								
I70003677310	ITALY Flist 07/31/39	-	3 000 000	100,00%	90,00%	2 700 000	87,50%	2 624 851								
X50129991864	VALLE Flist 05/25/21	-	1 000 000	100,00%	95,12%	951 000	100,03%	1 000 331								
X50181813798	ROMACTY 5 345 01/21/48	-	2 000 000	100,00%	121,19%	2 423 792	181,00%	3 038 670								
		Sub-total	-	7 360 000			7 354 122		8 576 946							
2.2.2.2 - De outros emissores públicos																
		Sub-total	-	-			-		-							
2.2.2.3 - De outros emissores																
BE0002644251	AGCBB 3 1/4 07/02/49	-	1 200 000	100,00%	98,26%	1 191 072	115,63%	1 386 359								
CE0004146111	BAYNQR 2 3/8 04/02/7	-	1 000 000	100,00%	96,50%	965 000	102,13%	1 021 291								
ES0221246085	MAPSIM 4 3/8 03/31/47	-	2 900 000	100,00%	112,95%	2 823 750	119,39%	2 983 859								
FI4000441860	FOY 10 1/4 PERP	-	1 700 000	100,00%	100,15%	1 702 619	107,01%	1 819 149								
FR0011691708	EST 10 1/4 PERP	-	1 000 000	100,00%	98,70%	987 000	119,39%	1 193 881								
FR0011691709	SCOR 3 3/6 08/40	-	1 500 000	100,00%	97,59%	1 483 231	114,37%	1 715 588								
FR0013484202	EDF 3 1/8 PERP	-	5 000 000	100,00%	101,89%	5 082 500	106,40%	5 319 788								
FR0013498111	SUP 1 1/8 01/15/32	-	2 000 000	100,00%	100,50%	2 000 000	100,50%	2 050 078								
US0096444844	SANTAH Flist 04/12/23	-	2 000 000	100,00%	98,69%	1 712 689	83,82%	1 860 000								
X5021305197	C 4 1/4 02/25/30	-	5 000 000	100,00%	96,58%	4 820 000	118,34%	5 117 317								
X50214396199	BACH 4 3/4 PERP	-	1 000 000	100,00%	100,65%	1 004 525	83,27%	833 738								
X50794718523	MUNRE 8 1/4 05/28/42	-	2 000 000	100,00%	121,88%	2 437 947	112,14%	2 249 702								
X50863307522	AISGEN 7 3/4 12/12/42	-	1 000 000	100,00%	119,30%	1 193 000	115,01%	1 150 137								
X51205641385	VW 3 1/2 PERP	-	3 000 000	100,00%	101,49%	3 044 847	106,28%	3 248 402								
X51207054699	REPMM 3 7/8 PERP	-	2 000 000	100,00%	101,30%	2 025 947	103,52%	2 071 817								
X51217882175	KOMAH 4 1/4 09/10/46	-	2 000 000	100,00%	106,70%	2 174 000	114,26%	2 267 160								
X51901155859	TOTAL 3 3/6 PERP	-	1 100 000	100,00%	96,25%	1 059 750	112,13%	1 244 376								
X5155998643	NIIGRN 4 5/8 01/12/46	-	2 000 000	100,00%	110,85%	2 217 000	124,71%	2 484 274								
X5157406538	FARMAT 5 7/8 03/02/27	-	2 500 000	100,00%	105,21%	2 637 633	106,77%	2 669 204								
X51719277795	FERSM 2 1/2 PERP	-	2 000 000	100,00%	96,59%	1 931 800	99,86%	1 957 841								
X51838127261	EFSE Flist 06/29/21	-	1 000 000	100,00%	100,50%	1 005 000	100,16%	1 001 782								
X51943804250	VW Flist 08/01/22	-	1 500 000	100,00%	100,00%	1 503 000	101,76%	1 528 328								
X51963116964	SRENIX 2 5/8 04/30/50	-	800 000	100,00%	100,05%	800 400	114,16%	913 255								
X52000719988	ESEGUM 3 1/2 05/24/60	-	1 500 000	100,00%	99,34%	1 490 055	111,16%	1 887 418								
X52053053273	SAMPFH 1 7/8 10/04/49	-	3 300 000	100,00%	99,96%	3 299 660	102,46%	3 380 918								
X52063505625	HANRUE 1 1/8 10/09/39	-	3 300 000	100,00%	98,96%	3 265 748	102,50%	3 382 593								
X52078761785	DANBANK 1 3/8 03/12/30	-	2 500 000	100,00%	99,46%	2 486 500	102,70%	2 567 368								
X52103951433	BSVASM 1 5/8 16/16/33	-	2 000 000	100,00%	99,39%	1 987 820	100,83%	2 016 626								
X52150064020	BACH 3 3/8 04/02/25	-	2 700 000	100,00%	99,88%	2 698 697	112,69%	3 042 812								
X52218456693	MUNRE 1 1/4 05/29/41	-	2 500 000	100,00%	98,83%	2 470 750	104,00%	2 600 051								
X52265801238	LUMINO 0 7/2 12/03/24	-	2 000 000	100,00%	100,33%	2 008 588	100,55%	2 011 255								
		Sub-total	-	64 600 990			65 867 381		69 535 697							
2.2.2.4 - Ações																
722910042701	BOLSONO GESTÃO DE ATIVOS SA	12 100	-	100,00%	95,69	1 165 002	76,45	929 595								
822910037101	ACÁCIA BAHREIN	3 619 683	-	100,00%	0,69	2 362 688	0,51	1 831 306								
		Sub-total	3 631 883	-			3 548 670		2 748 901							
2.2.3 - Unidades de Participação																
F10008812911	EVL NORDIC CORPORATE BOND	-	40 248	-	100,00%	148,22	6 005 850	190,58	8 080 330							
GG0008YRC0205	Alternative Liquidity Fund Limited	-	277 620	-	100,00%	1 60	445 131	0,06	45 547							
IE000620Y8625	PRIEST (IPTS)	-	47	-	100,00%	106,55	4 713	77,63	3 653							
IE000BF2NPW20	LINDSELL TRUST GLOBAL EQUITY	-	3 842 016	-	100,00%	1,30	5 000 000	1,44	5 542 109							
IE000GW64V657	Mercuri Passive Global Equity Fund	-	30 500	-	100,00%	151,13	5 071 710	178,80	8 034 003							
KY00989911232	GOTTEX AII FUND	-	1 980	-	100,00%	-	-	-	-							
LU0296922673	NOVENERGIA	-	1	-	100,00%	15 948,07	13 184	5 432,04	4 491							
LU00900374023	FUNDSMITH EQUITY FD	-	129 681	-	100,00%	38,51	5 000 000	47,27	6 137 946							
LU0095116771	PICET SHORT TERM EMERGING CORPORATE BOND	-	25 358	-	100,00%	78,87	2 000 000	81,43	2 064 917							
PEARL INFRASTRU	PEARL INFRASTRUCTURE	-	237 500	-	100,00%	1,00	237 214	1,00	237 500							
TIC 2	TIC 2	-	860 281	-	100,00%	1,00	860 281	1,00	860 281							
		Sub-total	8 449 441	-			24 630 054		26 968 755							
		Sub-total	16 439 284	71 958 000			161 108 246		167 824 299							
		Total	16 439 284	822 155 900			890 638 671		1 064 193 639							
3 - TOTAL GERAL																
			17 427 114	1 038 470 455			1 142 649 630		1 363 543 866							

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



CERTIFICAÇÕES



[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]





Montepio Seguros SGPS, S.A.

Relatório de Sustentabilidade

2020

Relatório de Sustentabilidade 2020

Índice

01. Montepio Seguros	3
02. Lusitania	6
03. Lusitania Vida	24
04. Futuro	38

1. Montepio Seguros

Relatório de Sustentabilidade 2020

1.1 MONTEPIO SEGUROS

A Montepio Seguros foi constituída sob a forma jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais tendo como participadas:

- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O capital social é de 137.750.000 euros repartido pela Associação Mutualista Montepio Geral com 89,546%, pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., com 8,348% e pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A com 2,105%.

PARTICIPADAS

- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

A Companhia foi fundada em 1986, sendo a primeira seguradora de iniciativa privada e ser criada após o 25 de abril. Desde então a Companhia tem-se dedicado à comercialização de seguros de ramos reais, explorando todos os ramos.

A N Seguros atua no mercado de seguros diretos. Após a incorporação na Lusitania Companhia de Seguros S.A, em 31 de dezembro de 2019, passou a ser uma marca desta Companhia.

- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

A Lusitania Vida foi constituída em 1987, sendo especializada em seguros do ramo Vida e na exploração de Fundos de Pensões.

- Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

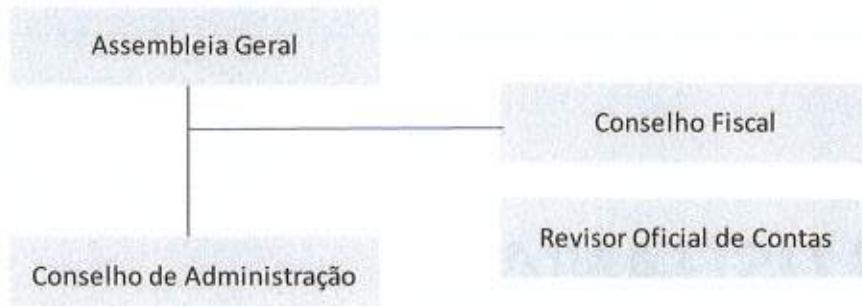
A Futuro é especializada na gestão de Fundos de Pensões e foi criada em 1988.

Relatório de Sustentabilidade 2020

1.2 MODELO DE GOVERNO

ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos termos estatutários, a gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por cinco membros eleitos trienalmente, sendo permitida a sua reeleição.



O Conselho de Administração atualmente é composto por três administradores, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal. O Conselho de Administração gera os negócios da Sociedade com os mais amplos poderes.

A fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente e um Revisor Oficial de Contas.

Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleitos.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito de voto. Reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelos Conselhos de Administração ou Fiscal.

A mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

2. LUSITANIA

Relatório de Sustentabilidade 2020

2.1. A LUSITANIA

A Lusitania é uma das Seguradoras do top 10 a operar em Portugal. Exerce a atividade de seguros em todos os ramos Não Vida.

VISÃO E ESTRATÉGIA

Visão	Estratégia
<p><i>Ter as melhores soluções de seguros não vida e merecer a confiança das pessoas para cuidar do seu bem-estar, património e futuro, contribuindo para as finalidades mutualistas do Montepio Geral.</i></p>	<ol style="list-style-type: none">Desenvolvimento do negócio <i>Centralização no cliente, novos modelos de oferta, novos modelos de preço, novos modelos de alianças com parceiros e de comunicação externa, maior articulação com o grupo e redefinição da presença geográfica.</i>Evolução organizacional <i>Adoção de práticas de workplace innovation, reverendo e avaliando lideranças, políticas RH, redesenhandando a estrutura organizacional, estabelecendo novos modelos de gestão de projetos, de formação e de comunicação interna.</i>Transformação digital <i>Utilização de novas tecnologias e capacidade de inovação para criar uma nova cadeia de valor.</i>Projetos críticos <i>Meios digitais, paperless, gestão e organização da informação, IFRS 17, core Insurance e resseguro.</i>

BALCÕES

No final de 2020, a Lusitania detinha um total de 23 Balcões físicos, distribuídos ao longo do território nacional, tendo encerrado o ano com um total de 2.990 mediadores.

Nº de Balcões e Lojas em Território Nacional e Internacional	2020
Balcões Lusitania	23
Lojas de Agentes de Representação	81

Relatório de Sustentabilidade 2020

2.2. MODELO DE GOVERNO

ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos termos estatutários, a gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros eleitos quadrienalmente, sendo permitida a sua reeleição.



O Conselho de Administração é composto por quatro administradores, sendo um Presidente e três Vogais. O Conselho de Administração gera os negócios da Sociedade com os mais amplos poderes.

A fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente e a um Revisor Oficial de Contas, eleitos quadrienalmente, sendo reelegíveis.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito de voto. Reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelos Conselhos de Administração ou Fiscal, ou por acionistas que representem pelo menos 5% do capital social.

A mesa da Assembleia Geral da Lusitania, eleita por um período de quatro anos, é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma Comissão de Vencimentos composta por três membros eleitos quadrienalmente pelos acionistas, podendo ser reeleitos.

GESTÃO DE RISCO

A Lusitania definiu um Plano Diretor de Gestão Integrada dos Riscos, que se encontra alinhado com os objetivos do regime prudencial Solvência II, para criar as condições no sentido de atingir as metas da Companhia nestas matérias.

Nos termos deste Plano, no decorrer do ano 2020, continuaram a ser implementadas várias medidas tendentes a robustecer o modelo de gestão integrada de riscos. A concretização das medidas está refletida nos diversos instrumentos que definem as políticas e procedimentos da Companhia no quadro das funções e responsabilidades da Administração e dos Diretores e Responsáveis de Topo. A concretização das medidas é refletida nos diversos instrumentos que definem as políticas e procedimentos da Companhia.

O modelo de governação da Lusitania procura promover e potenciar o funcionamento da Companhia, de forma a fortalecer a confiança dos clientes, dos acionistas, dos trabalhadores e do Supervisor no modo como é desenvolvida a gestão e a fiscalização da Sociedade. As principais responsabilidades do processo são asseguradas pelos seguintes intervenientes:

Relatório de Sustentabilidade 2020

- **Conselho de Administração:** Aprova a Visão e a Missão, e define os objetivos estratégicos. Determina a estratégia de gestão de risco corporativo e define os objetivos de gestão de risco nos quatro níveis: Estratégico, Operacional, Reporting e Compliance. Define as políticas de gestão de risco, o apetite ao risco e os níveis de tolerância. Este órgão é, ainda, responsável pela avaliação da eficácia do sistema de gestão de riscos.
- **Gestão de Risco:** Propõe, implementa e garante o cumprimento da Política de Gestão de Risco e os métodos e procedimentos de mensuração dos riscos. Monitoriza os resultados e reporta-os de forma tempestiva ao Comité de Risco e ao Conselho de Administração. Analisa, identifica e monitoriza as medidas de mitigação e/ou correção dos desvios face aos limites e níveis de tolerância que estiverem definidos em cada momento.
- **Auditoria Interna:** Assegura a existência de um adequado ambiente de controlo interno e avalia a qualidade, a eficácia e a adequação de procedimentos, metodologias e técnicas utilizadas na definição e na monitorização dos riscos.
- **Compliance:** Assegura, de forma continua, o cumprimento da regulamentação externa e interna relativa à gestão de riscos.

Principais desenvolvimentos da área de gestão de risco em 2020

- Monitorização continua e permanente da situação de solvência (e situação financeira e de liquidez), e o respetivo reporte ao Conselho de Administração, com maior relevância numa situação extraordinária e sem precedentes decorrentes da pandemia (surto pandémico Coronavírus – COVID-19);
- Desenvolvimento e realização dos exercícios de autoavaliação prospetiva dos riscos e da solvência (ORSA) de 2020, no âmbito do processo de planeamento estratégico e na definição do plano de negócios anual, permitindo à Companhia alinhar os objetivos estratégicos e a gestão operacional. Em simultâneo, permitiu concluir acerca da adequação do capital da Companhia ao seu perfil de risco, avaliar a sua solidez para o horizonte temporal considerado e uma afetação eficiente do capital;
- Continuação da implementação da *framework* de Risco Operacional, com o princípio orientador da gestão descentralizada do Risco Operacional: Modelo de Autoavaliação dos Riscos e dos Controlos dos processos de negócio - construção e atualização das matrizes de riscos e controlos em áreas de Suporte Operacional e a realização de diversas atividades nas áreas core: Direções Técnica, de Sinistros e Financeira - e a Plataforma de Registo de Eventos de Risco - processo de identificação, registo e controlo sobre todas as irregularidades identificadas, com a respetiva quantificação, tendo como um dos objetivos o respetivo *input* para o *Datamart* de dados interno, integrado no Modelo de Gestão do Risco Operacional da Companhia;
- Evolução do Sistema de Governação, com a definição de um *roadmap* tendo como objetivo principal a revisão e atualização do normativo de governação prudencial, em linha com as orientações da EIOPA, bem como os normativos da ASF;
- Desenvolvimento dos trabalhos associados ao processo de certificação atuarial e à certificação pelo Revisor Oficial de Contas de informação para efeitos de supervisão e do relatório sobre a solvência e situação financeira da Companhia, com referência a dezembro de 2020.

Os principais riscos a que a Lusitania se encontra exposta são os seguintes:



Relatório de Sustentabilidade 2020

Categoria	Definição
Risco Estratégico	Risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas quanto aos objetivos estratégicos da empresa, às estratégias de negócio desenvolvidas para atingir esses objetivos, bem como da implementação imprópria de decisões, insuficiência de recursos ou falta de capacidade de resposta às alterações em termos económicos, tecnológicos, competitivos, regulatórios ou a outras alterações ocorridas no mercado.
Risco de Reputação	Risco da empresa incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os Clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco surge como consequência da ocorrência de outros riscos e não tanto como um risco autónomo.
Risco Específico Seguro	Risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.
Risco de Mercado	Risco de movimentos adversos no valor de ativos da empresa relacionados com variações dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor do imobiliário. Este risco inclui também os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados e está fortemente relacionado com o risco de <i>mismatching</i> entre ativos e responsabilidades.
Risco de Crédito	Risco de incumprimento (<i>default</i>) ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradores que com ele se relacionem.
Risco de Concentração	Risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, linhas de negócio ou Clientes, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou de solvência da empresa.
Risco de Liquidez	Risco que advém da possibilidade da empresa não deter os ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que eles se vencem.
Risco de Compliance	Risco de ocorrência de impactos negativos no modelo de negócio da Companhia, na sua reputação, integridade ou condição financeira, decorrentes de violações ou desconformidades relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos. Pode traduzir-se em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais. Este risco pode surgir como consequência da ocorrência de outros riscos e não tanto como um risco autónomo.
Risco Operacional	Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado às perdas originadas nas operações diárias da empresa.

Relatório de Sustentabilidade 2020

Categoría	Definição
Risco de Distribuição	Risco de uma perda devido a desvios nos planos de distribuição de seguros em relação às expectativas. Este tipo de risco está relacionado com a dependência de entidades e parcerias externas para a distribuição dos produtos da Companhia. O risco de distribuição pode decorrer de várias causas, incluindo falta de alinhamento de incentivos, deficiente gestão da relação contratual ou falta de suficiente poder de negociação na relação contratual.
Risco de Concorrência	O risco de concorrência surge devido a mudanças no ambiente competitivo como um todo ou no posicionamento de mercado da Companhia e está relacionado com rivalidade com concorrentes existentes, novos players de mercado, produtos concorrentes ou substitutos.
Risco de Alterações Regulamentares	Alterações regulamentares que dizem respeito a determinadas características permitidas aquando da estruturação de produtos, gestão/condução do negócio, práticas de subscrição, gestão de recursos humanos, entre outros, e que são passíveis de afetar os volumes/rentabilidade da carteira atual ou no que concerne ao novo negócio gerado pela Companhia.
Riscos Cibernéticos	O risco cibernético refere-se aos potenciais resultados negativos associados a ataques cibernéticos. Por sua vez, ataques cibernéticos podem ser definidos como tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade, disponibilidade de dados ou sistemas computacionais.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Código de Ética Lusitania

O quadro legal que rege a atividade da Lusitania obriga a estabelecer e monitorizar o cumprimento de códigos de conduta que estabeleçam linhas de orientação em matéria de ética profissional, incluindo princípios para a gestão de conflitos de interesses, aplicáveis aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, aos responsáveis por funções-chave e demais trabalhadores e colaboradores.

A Lusitania redigiu o seu Código de Ética, que define os princípios e as regras a observar pela Companhia, sem prejuízo de outras disposições legais ou regulamentares aplicáveis a que, por inerência do exercício das suas funções, se encontre obrigada.

Deveres de informação e esclarecimentos aos seus Clientes

A Lusitania encontra-se legalmente adstrita ao cumprimento de uma série de deveres de informação e esclarecimento aos seus Clientes, em momento anterior à celebração do contrato de seguro, conforme o disposto nos Artigos 18.º a 22.º do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril.

Por outro lado, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, através da publicação de Normas Regulamentares e Circulares, impõe regras que as Seguradoras deverão observar para defesa do consumidor, nomeadamente em matéria de Conduta de Mercado (Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho), Deveres de Diligência dos Seguradores relativamente aos "Seguros de proteção ao crédito" (Circular n.º 2/2012, de 1 de março) e, ainda, Publicidade realizada pelas Companhias de Seguros (Norma Regulamentar n.º 03/2010-R, de 18 de março).

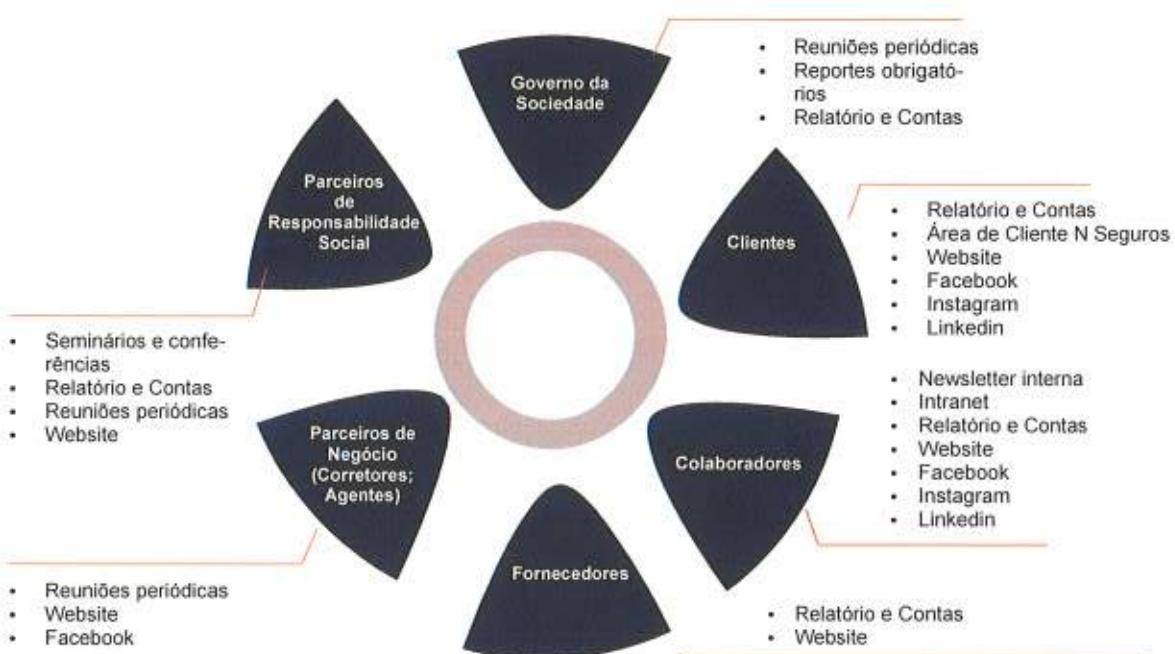
Relatório de Sustentabilidade 2020

2.3. ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS

A Lusitania reconhece a importância dos seus *stakeholders* como elementos chave para o desenvolvimento da atividade da Companhia. O envolvimento contínuo com todos os seus *stakeholders* é considerado um aspeto essencial no caminho para o desenvolvimento sustentável, uma vez que permite identificar questões emergentes, moldar respostas e continuar a melhorar o desempenho nos três pilares da sustentabilidade: económico, ambiental e social.

De forma a promover o envolvimento e o diálogo contínuo com os seus *stakeholders*, a Lusitania dispõe de canais de envolvimento (internos e externos) específicos, que a seguir se apresentam:

PRINCIPAIS GRUPOS DE STAKEHOLDERS E SEUS CANAIS DE ENVOLVIMENTO



Relatório de Sustentabilidade 2020

2.4. ALINHAR A OFERTA SEGURADORA COM O MUNDO EM MUDANÇA

Em 2020, a Lusitania manteve como prioridades o reforço das alianças com a rede de mediação e o fortalecimento das parcerias, bem como o desenvolvimento da atividade no canal bancário.

Criação e distribuição de valor

		(em milhares de euros)		
		2018	2019	2020
VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO	Receitas - Prémios de seguro direto	202.905	210.313	215.556
	Governo	1.828	2.272	2.249
	Fornecedores	12.896	14.238	14.776
VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO	Mediadores (Comissões)	25.187	25.870	24.673
	Colaboradores	20.957	21.757	23.343
	Comunidade	155	169	49
VALOR ECONÓMICO ACUMULADO		141.881	146.008	150.476

Evolução dos Prémios de Seguro Direto*

	2019	2020	Variação
Acidentes e Doença	82.792	80.193	-3,1%
Incêndio e outros danos	44.936	40.353	-3,7%
Automóvel	72.214	80.425	5,8%
Transportes	3.370	2.554	-24,2%
Responsabilidade civil geral	5.270	5.425	3,0%
Diversos	1.731	2.913	347,7%
Total	210.313	215.556	2,5%

* Prémios de Seguro Direto

Com a integração da carteira da N Seguros na Lusitania, os prémios brutos emitidos cresceram 2,5%. A carteira que era da N Seguros, essencialmente do ramo Automóvel, contribuiu para o crescimento deste ramo em 5,8%.

Relatório de Sustentabilidade 2020

PRODUTOS E SERVIÇOS FOCADOS NAS NECESSIDADES DOS CLIENTES

A Lusitania desenvolve os seus produtos procurando soluções que satisfaçam todas as necessidades, ao longo do ciclo de vida do Cliente, através de uma oferta bastante diversificada e, de forma geral, ajustada ao mercado.

No entanto, há sempre espaço para melhorias e inovações num mercado constantemente em mudança. Nesse sentido, em 2020, a Companhia lançou um novo produto, o Seguro Montepio Saúde, exclusivo para os associados da Associação Mutualista Montepio. Um seguro complementar ao cartão Saúde que já era oferecido a todos os associados.

Este foi também o ano em que, pela primeira vez, a Lusitania apresentou ao mercado um seguro paramétrico, desenvolvido em parceria com uma entidade especializada, especificamente para a produção de batata. O Seguro Paramétrico da Batata veio preencher uma necessidade sentida, pelos produtores de batata, que agora podem contar com um produto que lhes garante a manutenção do rendimento. Mais uma vez, a Lusitana demonstra estar atenta às necessidades no mercado e às novas oportunidades que surgem.

Ainda no decorrer deste ano, e em resposta à situação pandémica causada pela Covid-19, a Lusitania disponibilizou, também, condições especiais de subscrição do Seguro de Voluntariado, oferecendo o mesmo a todas as IPSS.

Além dos novos produtos apresentados, o ano foi assinalado por um foco na melhoria de processos, com o objetivo de tornar o dia a dia dos Clientes e dos Agentes mais simples.

Com uma oferta abrangente, tanto para Clientes Particulares como para Empresas, a Lusitania procura sempre apresentar a melhor solução para cada Cliente. É com o intuito de reunir todos os seguros do Cliente, num único plano, que existe o Plano E+. Uma solução de seguros em que, a cada momento, é possível incluir outros seguros que melhor se adaptam às necessidades de cada um. Cada Cliente constrói o seu plano, tendo sempre melhores condições do que na aquisição individual de produtos.

Particulares (Plano E+ Particulares)	Empresas (Plano E+ Empresas)
Seguros de saúde e bem-estar	Seguros de Património e Responsabilidades – automóvel, multiriscos e acidentes de trabalho
Seguros de Família	Seguros de Imóveis
Seguros de Lazer	Seguros de Saúde para colaboradores
Seguros Automóvel	Seguros para o Setor Marítimo
Seguros Empresário Individual	Seguro de Responsabilidade Ambiental

Relatório de Sustentabilidade 2020

Oferta sustentável

No âmbito da oferta sustentável, importa destacar o Seguro Voluntariado, e ainda, no âmbito da oferta com benefício ambiental, o seguro de responsabilidade ambiental e a cobertura de "Queda ou quebra de painéis solares" em produtos de multirriscos habitação.

Solução	Descrição e atividade
Seguro Voluntariado	<ul style="list-style-type: none">Seguro de Responsabilidade Civil que protege os colaboradores voluntários de eventuais riscos durante a atividade de voluntariado. Este seguro tem duas modalidades – permanente ou temporário – para proteção dos colaboradores em regime de voluntariado durante 1 ano ou 7 dias, respetivamente
Seguro de Responsabilidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none">A Lusitania disponibiliza um seguro de Responsabilidade Civil Ambiental. Este seguro tem como garantias a responsabilidade administrativa do segurado pela prevenção e reparação de danos ambientais causados por contaminação.O seguro de Responsabilidade Civil prevê, ainda, uma cobertura relacionada com poluição súbita e accidental.
Oferta direcionada para a microgeração	<ul style="list-style-type: none">A Lusitania disponibiliza nos seus produtos de Multiriscos de Habitação uma cobertura de "Queda ou quebra de painéis solares", que pode ser complementada através de uma apólice de Engenharias, garantindo não só os danos próprios como os danos a terceiros em responsabilidade civil ou cobertura de perdas de exploração.A carteira de apólices de Engenharias é constituída maioritariamente por instalações do segmento microgeração (<13,5 kW), impulsionada no início pelos incentivos fiscais atribuídos às fontes renováveis, bem como por instalações seguras em apólice multiriscos.

FORTALECIMENTO DE ALIANÇAS E PARCERIAS

O contexto pandémico que afetou o ano de 2020 condicionou fortemente a relação com os nossos parceiros de negócio. O confinamento obrigatório e as grandes restrições implementadas impactaram negativamente na situação económica das famílias, com repercussões em todos os setores de atividade e, naturalmente, também, no setor segurador. Estas condicionantes obrigaram-nos a definir novas formas de trabalhar e interagir com Parceiros e Clientes, reformulando processos mais adequados ao contexto existente. Os meios digitais foram privilegiados quer nos contactos comerciais, quer na agilização e flexibilização de processos. Sempre com grande foco nas famílias dos nossos Clientes e Parceiros de Negócio, colocámo-nos ao seu lado, desenvolvendo diversas iniciativas neste sentido.

Rede de mediadores de norte a sul do país

2.990 mediadores, no final de 2020

23 balcões

81 lojas de Agentes de Representação



Relatório de Sustentabilidade 2020

GESTÃO DAS RECLAMAÇÕES

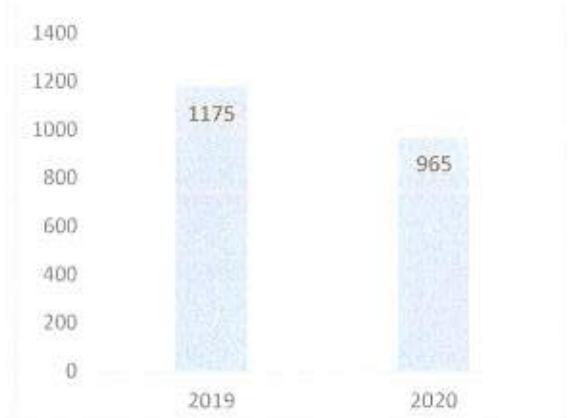
A Lusitania tem uma grande preocupação com a qualidade do serviço prestado. Neste sentido, tem vindo a assegurar o tratamento e a análise dos dados relativos à gestão de reclamações, procedendo à deteção e correção de problemas recorrentes ou sistémicos, no sentido de melhoria contínua da qualidade de serviço e, também, para a mitigação de eventuais riscos legais ou operacionais.

O Centro de Gestão de Reclamações é o órgão responsável por gerir e tratar as reclamações direcionadas para a Lusitania. Em 2020 geriu 965 reclamações (705 relacionadas com a marca Lusitania e 260 relativas à marca N Seguros), que chegaram através dos diversos canais de receção. Verificou-se uma preferência na apresentação das reclamações diretamente à Companhia Lusitania, à semelhança do ano de 2019.

Adicionalmente e como indicado no nosso relatório anual de Reclamações, foram respondidos mais 46 pedidos de informação adicional da ASF (37 da marca Lusitania e 9 da marca N Seguros), o que perfaz um total de 1011 processos geridos.

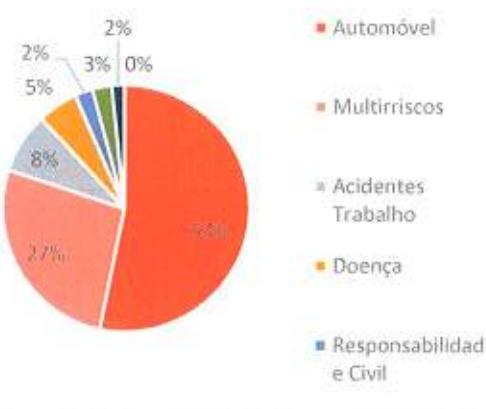
- 965 reclamações em 2020 (-18% face ao ano anterior)
- Taxa de encerramento: 99%
- O total de reclamações corresponde a 0,13% do total de apólices em vigor
- Tempo médio de resposta às reclamações: 7 dias

Evolução do número de reclamações



Reclamações por modalidade – 2020

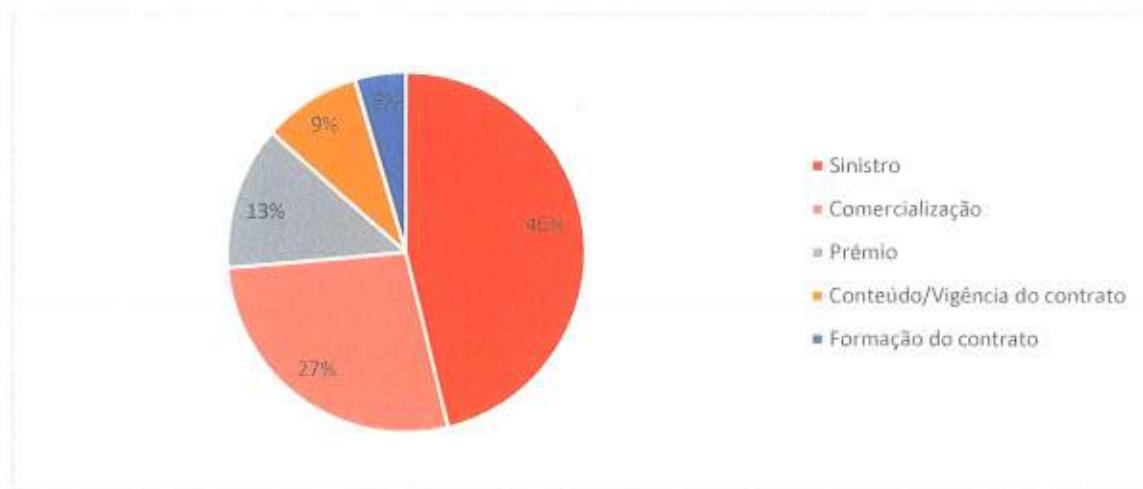
Marca Lusitania e marca N Seguros



Relatório de Sustentabilidade 2020

Reclamações por tipologia – 2020

Marca Lusitania e marca N Seguros



Em 2020, a maioria das reclamações foram sobre seguro Automóvel, seguido de Multirriscos. Em termos de tipologia, o sinistro foi o que originou um maior número de reclamações, seguido de comercialização.

2.5. VALORIZAR OS COLABORADORES

CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA

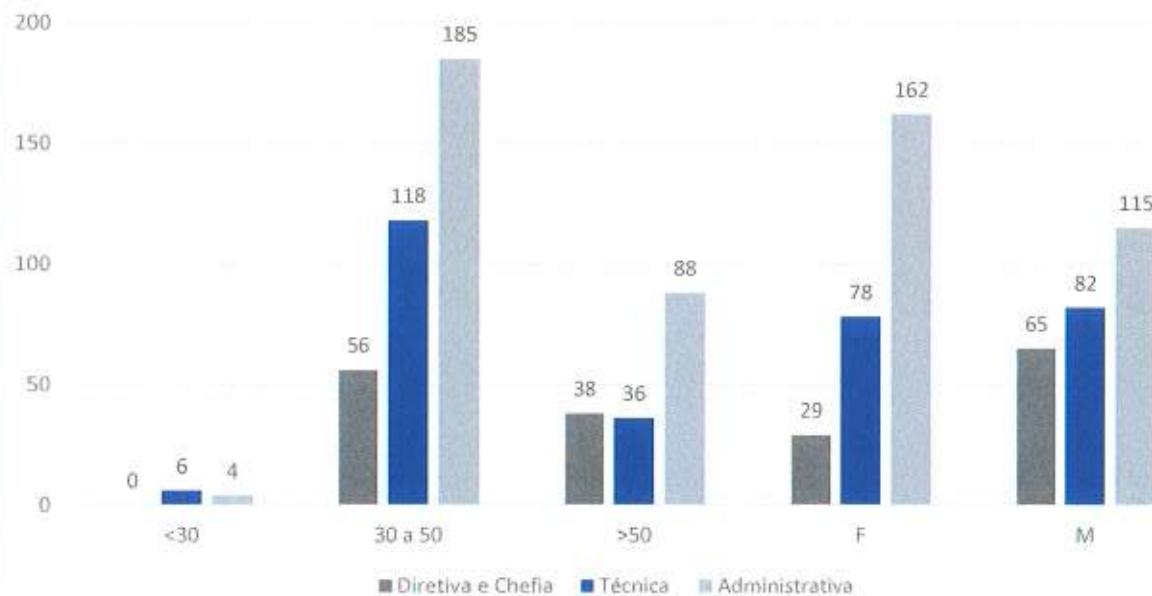
No final de 2020, a Lusitania era composta por 533 Colaboradores.

533 Colaboradores da Lusitania

- 50,7% colaboradores do género feminino e 49,3% do género masculino
- 76% trabalham nos serviços centrais e 24% nas áreas comerciais
- 99% dos colaboradores com contrato permanente
- 38% no Norte; 4% no Centro; 57% no Sul e 1% nas Regiões Autónomas

Colaboradores por faixa etária e género, por funções

Distribuição do Quadro de Pessoal



Relatório de Sustentabilidade 2020

Em 2020, foram admitidos 57 colaboradores e registaram-se 20 saídas. Dos 57 colaboradores admitidos 53 são oriundos da N Seguros em resultado da integração daquela Companhia na Lusitania.

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Formação e Desenvolvimento de Competências

Durante o ano de 2020, a atividade de formação desenvolveu-se, apenas para colaboradores da Lusitania. Com as limitações decorrentes da situação de pandemia não foi possível desenvolver ações de formação para mediadores, tendo-se, no entanto, intensificado, a formação de colaboradores em regime de e-learning.

Cursos e ações formativas em e-learning e presenciais realizados para colaboradores

5.502 formandos; em 171 ações e 2.300 participações, num total de 16.583 horas

Relatório de Sustentabilidade 2020

Benefícios aos Colaboradores

Em 2020, a Lusitania manteve um conjunto de benefícios aos colaboradores, tendo em vista o seu bem-estar e conciliação entre a vida pessoal e profissional

SOCIAIS

- Subsídio à compra de manuais para filhos que se encontrem no 1º, 2º e 3º ciclo de escolaridade;
- Protocolo das Colaboradores do Grupo Montepio.

COMERCIAIS E FINANCEIROS

- Descontos relevantes em todos os seguros;
- Protocolo Grupo Montepio.

PRÁTICAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO / FAMÍLIA

- Programas sociais, recreativos e culturais extensíveis ao agregado familiar através da Casa de Pessoal;
- Acordos com estabelecimentos da área educativa;
- Tolerância de ponto no dia de anos do trabalhador.

TRABALHO / ESTILO DE VIDA

- Protocolos MEO/CP;
- Refeitórios na Sede em Lisboa, no Porto e na Maia;
- Dias adicionais de férias por antiguidade.

DESENVOLVIMENTO

- Comparticipação de despesas de educação dos colaboradores (ex.: comparticipação na formação pós-graduada e mestrados);
- Recurso privilegiado a recrutamento interno.

BEM-ESTAR

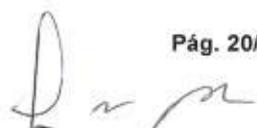
- Segurança e saúde no trabalho, com avaliações de saúde periódicas, e de risco dos locais de trabalho;
- Posto médico na Sede e no Porto
- Seguro de Saúde Lusitania;
- Cartão de saúde extensível ao agregado familiar;
- Plano Conforto +.

MEDICINA NO TRABALHO E ACIDENTES DE TRABALHO

No ano de reporte, em consequência da pandemia, os exames médicos ficaram suspensos entre meados de março e inicio de setembro. No total do ano foram realizados 355 exames e em termos de medicina curativa foram efetuadas 350 consultas em Lisboa e 228 no Porto.

Acidentes de Trabalho: 9 casos

5 com baixa e 4 sem baixa



Relatório de Sustentabilidade 2020

2.6. INVESTIR EM AÇÕES QUE BENEFICIEM A COMUNIDADE

APOIO À COMUNIDADE

Assumindo um papel de Responsabilidade Social, com apoio nas mais diversas áreas, a Lusitania tem-se associado a várias instituições, nas áreas de Apoio à Comunidade, Desporto e Cultura. Em alguns casos, a Lusitania apoia as instituições através de ofertas de seguros, ou pela oferta de bens necessários, em espécie.

Instituições Beneficiadas	Apoio à Comunidade	Desporto	Cultura
Alzheimer Portugal	✓		
Acreditar	✓		
AFID	✓		
Cuidar Melhor	✓		
AMPMV	✓		
Associação Nuvem Vitória	✓		
Apoio à Vida	✓		
Fundação Montepio	✓		
Fundação de Jesus	✓		
GRACE	✓		
Apolo à Vida	✓		
Voluntários da Leitura	✓		
Clube Naval de Cascais		✓	
Clube Oriental de Pechão		✓	
Clube Naval do Funchal		✓	
Associação Mutualista Montepio		✓	
APORVELA		✓	
Super Açor		✓	
Clube Ténis Montemor-o-Novo		✓	
DGPC			✓
DRCN			✓
Fundação Côa Parque			✓
CESPU			✓
Museu da Presidência			✓

PATROCÍNIOS E MECENATO

Em 2020, tendo sido um ano marcado pela pandemia, e com fortes restrições na realização de grandes eventos, não se efetuaram as habituais ativações de marca.

Relatório de Sustentabilidade 2020

2.7. PROMOVER O AMBIENTE

A Lusitania atua no sentido de mitigar o seu impacto nos recursos naturais, promovendo a eficiência energética, apostando na minimização das emissões de carbono, diminuindo o consumo de papel e gerindo de forma eficiente os resíduos.

De seguida é apresentado o desempenho ambiental da Companhia, com referência ao ano de reporte.

DESEMPENHO AMBIENTAL



1.570.468 Kwh | Consumo de Eletricidade



133.761 Litros | Consumo de Combustíveis da frota
7.121 Kwh | Consumo de Eletricidade da frota



48,63 ton | Consumo de Papel
36,43 ton | Impressos
8,21ton | Resmas de papel
3,99 ton | Material de higiene



2,5 ton | Resíduos totais produzidos
0,1 ton | Lâmpadas (Siliamb)
0,11 ton | Recolha contentores asséticos (Cannon)
Todos os resíduos são considerados não perigosos e o destino final é a valorização

Relatório de Sustentabilidade 2020

INICIATIVAS QUE PROMOVEM O AMBIENTE

Implementado

Sede e Outros Edifícios:

Continuação da conversão dos sistemas de iluminação tradicional por tecnologia LED, numa lógica de substituição direta por avaria;

Conclusão do projeto de otimização da eficiência energética no CPD, compartimentação de corredores quentes e frios e instalação de unidade de compensação frigorífica do tipo IN ROW.

Em 2020, seguindo a política de Grupo, a Lusitania começou a substituir a sua frota automóvel de viaturas a diesel por viaturas híbridas ou 100% elétricas, prevendo-se que em 3 anos toda a frota esteja substituída. No final do ano, a Companhia já detinha 15 viaturas híbridas e 40 viaturas 100% elétricas, ou seja, 37,5% da sua frota.

Foi também dado início ao programa "Lusitania sem papel", com vista a reduzir o consumo de papel para todas as situações em que isso seja possível, e caminhar para uma solução de *clean desk*.

3. *LUSITANIA VIDA*

Relatório de Sustentabilidade 2020

3.1 LUSITANIA VIDA

A Lusitania Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A., autorizada pela portaria conjunta do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças nº 189/87 de 17 de março, foi constituída por escritura pública realizada em 15 de Maio de 1987 com o objetivo de desenvolver autonomamente a atividade do Ramo Vida. A sua origem fica a dever-se à iniciativa conjunta do mesmo grupo de investidores que constituiu a Lusitania Companhia de Seguros, SA que, acreditando no País, pretendiam ver alargado o âmbito de atuação desta para o Ramo Vida.

A Lusitania Vida iniciou a sua atividade em 20 de outubro de 1987 e foi pioneira em Portugal ao refletir nos seus resultados os custos e proveitos exclusivamente da atividade do Ramo Vida, mantendo, desde a sua origem, total transparência e independência de gestão. Deste modo enraizaram-se logo de início nos seus quadros, políticas de contenção de custos com a manutenção de um adequado e reduzido quadro de pessoal formado e fortemente motivado.

Em 1990, a composição acionista alterou-se significativamente com a aquisição de uma percentagem significativa do Capital Social por parte da Companhia Geral de Crédito Predial Português, com o que se iniciou a comercialização de seguros de Vida através dos balcões deste banco. Em 1995 o Grupo Totta, detentor do controlo da Companhia Geral de Crédito Predial Português, SA, alienou ao Grupo Montepio Geral a sua posição na Lusitania Vida SA, o qual assumiu uma posição de controlo que se mantém até ao presente.

CARACTERIZAÇÃO DA COMPANHIA

A Lusitânia Vida tem sede social na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 2 – 12º, 1070-102 Lisboa, onde, a 31 de dezembro de 2020, conta com um quadro de 28 trabalhadores, excluindo os Administradores, e uma filial na Rua Júlio Dinis, 676 – 6º, 4050-320 Porto, com mais 4 trabalhadores, num total de 32 trabalhadores em todo o País.

Está matriculada no Registo Comercial de Lisboa, tem o número de pessoa coletiva 501845208 e está abrangida pelo serviço de finanças 3247.

Em 31 de Dezembro de 2020, a companhia tinha um capital social de vinte milhões de Euro inteiramente subscrito e realizado, representado por 800.000 ações nominativas de 25 Euro cada.

No final do exercício de 2013, o Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos sectores dos seguros e fundos de pensões. Nesse âmbito, foi constituída a Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. com o objetivo de gerir participações sociais dos sectores acima referidos. Esta sociedade controlada pelo Montepio Geral Associação Mutualista, adquiriu posteriormente aos anteriores acionistas a participação na Lusitania Vida.

Estrutura Acionista Empresa	31-Dez-2020	
	Participação	Qt. ações
Montepio Seguros SGPS, SA	99,790%	798.322
Outros	0,210%	1.678

Relatório de Sustentabilidade 2020

A produção é assegurada por dois canais de distribuição: através dos balcões do Banco Montepio, a Companhia vendeu 31,5 milhões de Euros, e pela rede de mediadores por onde se distribuiram 182,9 milhões de Euros.

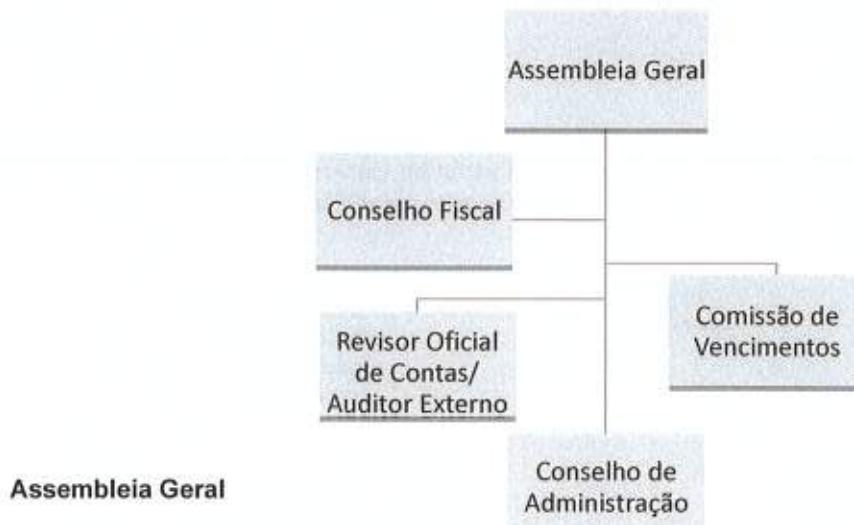
Missão	Estratégia
<p><i>Oferecer Seguros de Vida e Operações de Capitalização aos Clientes do Montepio, e, complementarmente, a outros Particulares através da Rede de Mediadores, no espaço Nacional e junto das comunidades emigrantes.</i></p>	<ol style="list-style-type: none">1. <i>Consolidar a situação financeira garantindo um nível de solvência sustentável;</i>2. <i>Manter a rendibilidade, a produtividade e a eficiência em níveis elevados;</i>3. <i>Desenvolver a rede de agentes e aumentar a quota de mercado;</i>4. <i>Responder às necessidades crescentes dos consumidores com novos produtos;</i>5. <i>Adaptar a organização aos novos quesitos legais e prudenciais;</i>6. <i>Contribuir para a notoriedade e desempenho do Grupo Montepio.</i>
<p><i>Seguradora portuguesa integrada no Grupo Montepio, que visa alcançar níveis superiores de rentabilidade e solvabilidade, alicerçada em valores humanistas, parcerias sólidas e uma organização flexível, motivada, de elevada eficiência e qualidade.</i></p>	
<p>Valores</p> <p><i>A Lusitania Vida respeita a legislação nacional e pauta a sua atuação pelos princípios de integridade e transparência, salvaguardando os devidos deveres de sigilo.</i></p>	
<p><i>A Companhia promove a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles com quem se relaciona, promovendo a correção, urbanidade, afabilidade e brio profissional nas suas relações, bem como o respeito pelos respetivos direitos, sensibilidades e diversidades.</i></p> <p><i>A Lusitania Vida assegura a igualdade de oportunidades. Todas as suas políticas e procedimentos estão orientados no sentido de impedir a discriminação e o tratamento diferenciado, não permitindo qualquer forma de coação moral ou psicológica, nem comportamentos ofensivos da dignidade da pessoa humana.</i></p>	

Relatório de Sustentabilidade 2020

3.2 MODELO DE GOVERNO

ÓRGÃOS SOCIAIS

A estrutura de governo societário da Companhia é composta por:



A Assembleia Geral decide sobre temas definidos pela lei ou pelos estatutos, bem como sobre outras matérias relacionadas com a gestão da Companhia.

Conselho de Administração

A gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros eleitos quadrienalmente, sendo permitida a sua reeleição.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da Sociedade com os mais amplos poderes.

Conselho Fiscal

A fiscalização dos atos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos quadrienalmente, sendo reelegíveis.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é eleito quadrienalmente, podendo ser reelegível e tendo como principais competências a revisão e certificação das contas.

Relatório de Sustentabilidade 2020

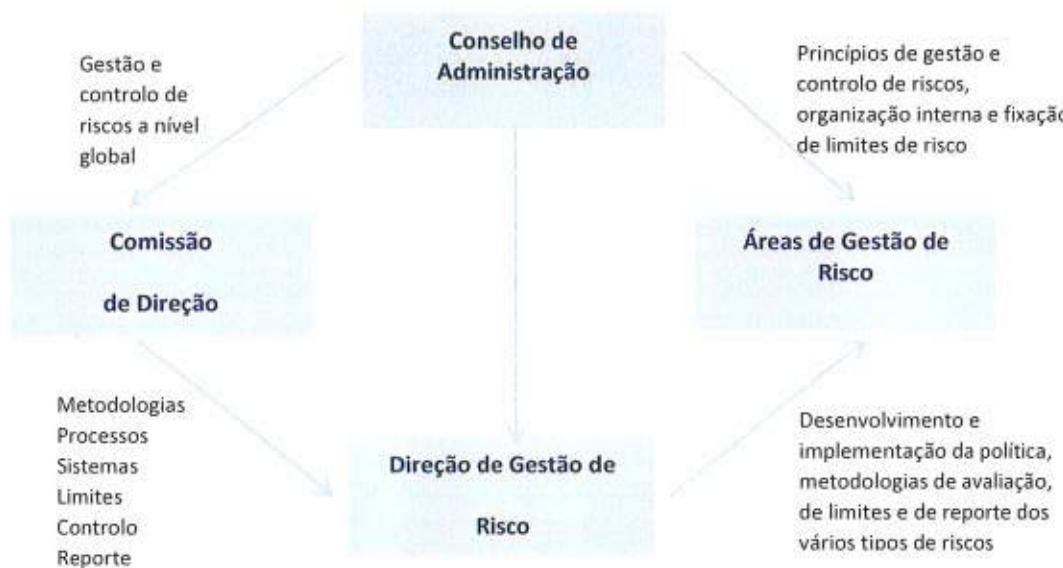
Comissão de Vencimentos

As remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são fixadas por uma Comissão de

Vencimentos. Esta Comissão é composta por três membros, eleitos quadrienalmente pelos acionistas, podendo ser reelegíveis.

GESTÃO DE RISCO

A Companhia identifica e gera os riscos no âmbito de uma estrutura claramente definida. Esta estrutura inclui uma Política de Gestão de Riscos onde são definidas as responsabilidades de cada órgão.



O Conselho de Administração é responsável pela definição de todas as políticas de gestão e controlo dos riscos, bem como na definição dos respetivos limites de tolerância, competindo à Comissão de Direção estabelecer, entre outros, metodologias, processos e reportes dirigidos às respetivas áreas de gestão (Direções). A Direção de Gestão de Risco procede à avaliação dos principais riscos em articulação com a Comissão de Direção e com o apoio das restantes funções-chave.

Comissão de Direção

Criada em 2008, esta Comissão é presidida pela Administradora-delegada e Presidente do Conselho de Administração e dela fazem parte, mais um Administrador e os diretores de topo da Lusitania Vida (comercial, técnico, financeiro, tecnologias de informação e gestão de riscos).

Dada a reduzida estrutura da Companhia, a Comissão de Direção exerce as atividades habitualmente desenvolvidas pelos comités de risco, de investimento e de subscrição entre outros. No âmbito das funções desta Comissão fazem também parte a análise e preparação das propostas a submeter ao Conselho de Administração respeitantes às diferentes áreas da Companhia.

Relatório de Sustentabilidade 2020

Além da Direção de Gestão de Risco, a Lusitania Vida possui mais três funções-chave de apoio ao Conselho, designadamente, de Verificação do cumprimento (*Compliance*), Auditoria Interna e Atuarial (sendo que para esta última, de momento a Companhia encontra-se em processo de recrutamento).

Adequação dos sistemas

A Lusitania Vida apresenta um Sistema de Governação e de Gestão de Risco que garante a gestão sá e prudente da sua atividade, assegurando a continuidade e o cumprimento dos objetivos estratégicos, tendo em conta a reduzida dimensão da Companhia. A avaliação global dos riscos assumidos pela Lusitania Vida e a estrutura de Governação existente, permitem concluir que a Companhia cumpre e tem a capacidade para cumprir com todos os requisitos do regime Solvência II, de forma efetiva e continuada tendo também em consideração a dimensão e complexidade do negócio da Companhia.

A adequação do Sistema de Governação da Lusitania Vida é alvo de uma revisão regular, envolvendo não só a Administração como também os Diretores de Topo. A revisão é efetuada no mínimo anualmente e, sempre que necessário, sendo a sua execução mais frequente quando se verifiquem circunstâncias excepcionais que o justifiquem, como por exemplo se ocorrerem alterações a nível organizacional. Adicionalmente, são também revistas as políticas, procedimentos, segregação de funções, entre outras.

Perfil de Risco

Categoría	Definição
Riscos Específicos de Seguros	Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à atividade de seguros capaz de gerar perda de valor nos fundos próprios devido a pressupostos desajustados da realidade ou eventos extraordinários. Os riscos específicos de seguros de vida são a mortalidade, longevidade, morbidade ou invalidez, despesas, resgates ou anulações e catastrófico.
Risco de Mortalidade	O risco de mortalidade está associado às obrigações de seguro onde um pagamento ou pagamentos são feitos em caso de morte da pessoa segura durante a vigência do contrato. O requisito de capital deste risco é calculado pela variação negativa dos fundos próprios resultantes de um aumento permanente das taxas de mortalidade em 15% para toda a carteira de seguros.
Risco de Longevidade	O risco de longevidade está associado a obrigações de seguro quando os pagamentos são efetuados durante a vida do titular da apólice e onde uma diminuição das taxas de mortalidade resulta em provisões técnicas mais elevadas. O requisito de capital necessário é calculado pela variação negativa dos fundos próprios resultante de uma diminuição permanente das taxas de mortalidade em 20%, cenário que é aplicado a toda a carteira sujeita ao risco de longevidade, como o caso das rendas vitalícias.
Risco de Morbilidade ou Invalidez	O risco de morbilidade ou invalidez está associado a todos os tipos de seguros que reembolsam em caso de perdas causadas por mudanças nas taxas de morbilidade ou incapacidade. O cenário consiste num aumento de 35% nas taxas de incapacidade durante o próximo ano e 25% nos anos subsequentes.

Relatório de Sustentabilidade 2020

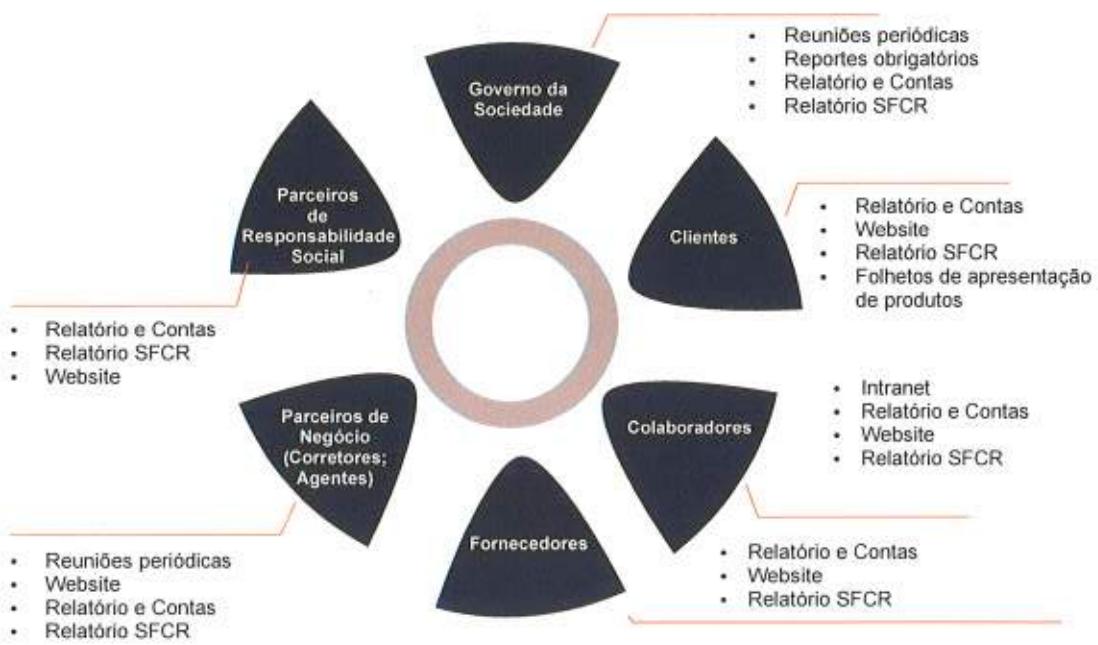
Risco de Despesas	O valor deste risco é apurado pelo efeito negativo nos fundos próprios resultante de um aumento permanente dos custos utilizados para determinar a melhor estimativa e que correspondem aos custos reais do exercício. O choque consiste num aumento dos custos em 10%, projetado no primeiro ano, em simultâneo com um aumento na inflação de 1 ponto percentual por ano.
Risco de Resgates ou Anulações	Corresponde ao risco de perdas devido a uma alteração imprevista, positiva ou negativa, das taxas de anulação de apólices, liberação do pagamento dos prémios, ou de resgates antecipados. O requisito de capital corresponde ao risco de saída antecipada sendo igual ao pior resultado dos seguintes cenários: - Aumento permanente das taxas de resgate e anulações em 50%; - Diminuição permanente das taxas de resgate e anulações em 50%; - Ou uma ocorrência de resgates em massa (saída de 70% das apólices de seguro de grupo e 40% das restantes).
Risco Catastrófico de Vida	O risco catastrófico decorre de eventos extremos que não são capturados nos restantes riscos específicos de seguro, como por exemplo as pandemias. A exigência de capital para este risco é calculada através de um aumento de 1,5 por mil nas taxas de mortalidade, consideradas na melhor estimativa, sempre que o impacto gere um aumento dessa melhor estimativa.
Riscos de Mercado	O risco de mercado corresponde às perdas potenciais devido a movimentos adversos em variáveis do mercado financeiro. A exposição ao risco de mercado é medida pelo impacto das alterações das variáveis financeiras tais como preços de ações, ratings, taxa de juro e valor de imóveis, sendo agrupados nas categorias de Risco de taxa de juro, Risco de ações, Risco de imobiliário, Risco de moeda, Risco de spread e Risco de concentração. Os principais riscos de mercado da Lusitania Vida são os riscos de taxa de juro, de spread, e de concentração.
Risco de Taxa de Juro	O risco de taxa de juro é o risco de o valor dos ativos, passivos ou instrumentos financeiros diminuir devido a flutuações nas taxas de juro. Grande parte dos produtos de seguros da Lusitania Vida estão expostos ao risco de taxa de juro e dependem, maioritariamente, da duração até ao vencimento das taxas de juro técnicas garantidas e, também, das características específicas, nomeadamente, da participação nos resultados. O capital requerido para o risco de taxa de juro é determinado pelo cálculo do impacto nos fundos próprios devido a alterações na curva das taxas de juro, tanto nos ativos como nos passivos. O risco de taxa de juro é a perda máxima entre o choque ascendente e o choque descendente da curva de taxa de juro, de acordo com a metodologia definida pela EIOPA.
Risco de Ações	O risco de ações avalia a exposição a este tipo de ativos e a fundos de investimentos em ações, sendo o capital requerido determinado pelo impacto sobre o capital disponível, devido a uma queda imediata dos preços das ações e fundos de investimento.

Relatório de Sustentabilidade 2020

Risco Imobiliário	O risco imobiliário avalia a exposição total ao imobiliário, sendo o capital requerido para este risco determinado por uma queda imediata de 25% no valor dos imóveis, o qual também pode englobar os fundos imobiliários.
Risco de Moeda	A Lusitania Vida não está exposta a este risco, uma vez que tem apenas contratos em euros.
Risco de Spread	O risco de <i>spread</i> decorre da sensibilidade do valor dos ativos e passivos às variações nos spreads de crédito. O capital necessário para o risco de <i>spread</i> corresponde à totalidade dos requisitos de capital das obrigações, produtos estruturados e derivados de crédito e depende do valor de mercado, da duração modificada e da qualidade creditícia do ativo ou <i>rating</i> .
Risco de Concentração	O risco de concentração corresponde à acumulação de exposições numa mesma contraparte.
Risco de Crédito da Contraparte	O risco de incumprimento da contraparte reflete as perdas ou deterioração inesperada da posição de crédito das entidades relacionadas com a Companhia, podendo afetar vários tipos ativos como Hipotecas, Empréstimos hipotecários, Derivados, Resseguro, Contas a receber e Caixa e depósitos à ordem.
Risco de Liquidez	<p>O risco de liquidez corresponde ao impacto de não cumprimento das obrigações financeiras com os tomadores de seguros quando os valores se tornem exigíveis. O risco de liquidez não é aplicável para efeito do requisito de capital de solvência.</p> <p>O princípio de gestão da liquidez consiste em manter uma base de financiamento diversificada, um montante ajustado de ativos gerador de liquidez e uma alocação estratégica de ativos de forma a responder às necessidades de fluxos financeiros esperadas dos passivos.</p>
Risco Operacional	O risco operacional avalia o impacto de perdas causadas por procedimentos internos fracos ou deficientes, falhas na ação do pessoal, falhas nos sistemas, eventos externos e fraude interna ou externa, sendo calculado através da fórmula padrão da EIOPA.
Outros Riscos Materiais	<p>O perfil de risco global da Lusitania Vida deverá ser avaliado face à posição real de solvência e não apenas em relação aos riscos incorporados na fórmula padrão. Os riscos que a Lusitania Vida reconhece como potencialmente materiais são o:</p> <p>Risco de inflação, o Risco de reputação, o Risco de contágio, o Risco legal, o Risco de dependência e o Risco estratégico.</p>

Estes riscos, bem como outros que não são incorporados na fórmula padrão, são identificados e avaliados através de uma abordagem combinada entre o conjunto de riscos que a Companhia definiu como relevantes para a sua atividade (Matriz de Riscos), onde se estabelece o "Nível de Preocupação", apurado através da probabilidade de ocorrência de um evento e severidade do mesmo, sendo estes tratados no âmbito do ORSA.

3.3 ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS



3.4 PRODUTOS LUSITANIA VIDA

A quantidade de apólices em vigor no final do ano de 2020 era de 73.997 contratos de seguro e de 29.227 contratos de investimento.

A Lusitania Vida apresenta um portfolio de soluções em áreas diversas que procuram responder às necessidades de proteção e previdência individual, de poupança e capitalização, reforma e rendimento.

Destacamos no âmbito da previdência, o Lusitania Proteção Vida que conjuga garantias de morte e invalidez, providenciando a sustentabilidade das pessoas e das famílias após uma fatalidade.

No que respeita à poupança e à reforma, o relevo vai para o Lusitania Poupança Reforma PPR considerado em três anos consecutivos, "Escolha Acertada" pela DECO Proteste na classe dos PPRs com capital garantido.

Na capitalização merece realce as nossas soluções de Lusitania Rendimento e Lusitania Investimento, produtos que conciliam segurança do capital investido com rendimento e liquidez elevados.

Para as empresas, a Lusitania Vida dispõe também de um conjunto de soluções para satisfação de necessidades de proteção e reforma para todos os trabalhadores.

PARCERIAS

- 1839 é o nº de mediadores com contrato
- 866 é o nº de mediadores ativos

GESTÃO DAS RECLAMAÇÕES

Em 2020 foram apresentadas à Companhia 24 reclamações, menos 14% que no ano anterior, sendo 14 de resolução favorável à Companhia e 10 favorável ou parcialmente favorável ao reclamante. Todas elas foram resolvidas.

O tempo médio para a primeira resposta foi de 4 dias.

- 24 reclamações em 2020 (-14% face ao ano anterior)
- Taxa de encerramento: 100%
- Tempo médio para a primeira resposta às reclamações: 4 dias
- 21% das reclamações estão relacionadas com sinistros.

Relatório de Sustentabilidade 2020

3.5. VALORIZAR OS COLABORADORES

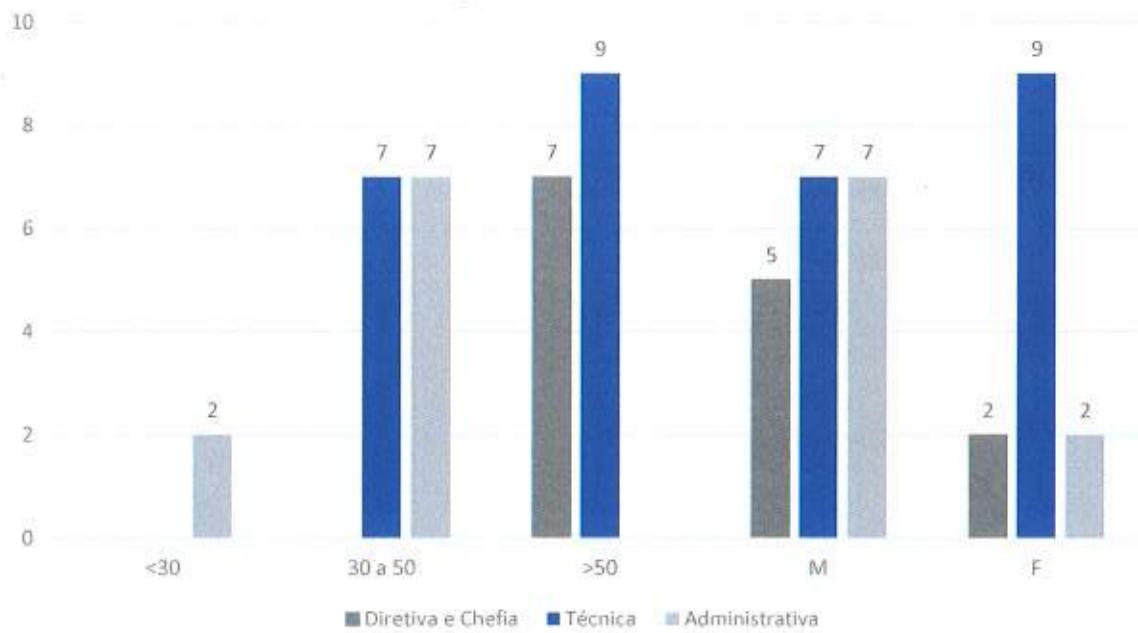
No final de 2020, a Lusitania Vida era composta por 32 Colaboradores.

32 Colaboradores da Lusitania

- 40,6% colaboradores do género feminino e 59,4% do género masculino
- 87,5% trabalham em Lisboa e 12,5% no Porto
- 100% dos colaboradores com contrato permanente

Colaboradores por faixa etária e género, por funções

LUSITANIA VIDA
Distribuição do Quadro de Pessoal



Relatório de Sustentabilidade 2020

Formação e Desenvolvimento de Competências

Durante o ano de 2020, apenas se realizaram ações de formação para os colaboradores. Devido à pandemia não foi possível desenvolver ações de formação para mediadores.

Cursos e ações formativas realizados para colaboradores

24 formandos, num total de 579 horas

A formação ministrada incidiu sobre os seguintes temas:

- Atuariado
- Ciclo avançado de Seguros de Vida
- Branqueamento de capitais
- IFRS 17
- Programa de regulamentação geral de proteção de dados
- Novidades fiscais

Relatório de Sustentabilidade 2020

Benefícios aos Colaboradores

Em 2020, a Lusitania Vida manteve um conjunto de benefícios aos colaboradores, tendo em vista o seu bem-estar e conciliação entre a vida pessoal e profissional.

SOCIAIS

- Subsídio à compra de manuais para filhos que se encontrem no 1º, 2º e 3º ciclo de escolaridade;
- Protocolo dos Colaboradores do Grupo Montepio.

COMERCIAIS E FINANCEIROS

- Protocolo dos Colaboradores do Grupo Montepio.

DESENVOLVIMENTO

- Formação contínua.

TRABALHO / ESTILO DE VIDA

- Dias de licença com vencimento por antiguidade, ou bónus financeiro.

BEM-ESTAR

- Segurança e saúde no trabalho, com check-ups periódicos e avaliação dos riscos nos locais de trabalho (anuais);
- Seguro de Saúde;
- Complemento de reforma.

Acidentes de Trabalho

Em 2020 não se registou qualquer acidente de trabalho.

3.6. INVESTIR EM AÇÕES QUE BENEFICIAM A COMUNIDADE

Durante o ano de 2020 a Lusitania Vida apoiou 4 instituições com um donativo total de 5.250 euro.

Instituições Beneficiadas	Apoio à Comunidade
Liga Nacional contra a Fome	✓
Residência de Velhinhos Irmãzinhas dos Pobres	✓
Liga Portuguesa Contra o Cancro	✓
Centro Paroquial de São Mamede	✓

Relatório de Sustentabilidade 2020

3.7. PROMOVER O AMBIENTE

De seguida é apresentado o desempenho ambiental da Companhia, com referência aos consumos do ano.

DESEMPENHO AMBIENTAL



13.484,84 € | Consumo de Eletricidade



6.926,94 € | Consumo de Gasolina
13.405,39 € | Consumo de Gasóleo



10.395,20 € | Consumo de Papel
32.399,43 € | Consumo de Economato

4. FUTURO

4.1 FUTURO

ENQUADRAMENTO DA EMPRESA

A Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. foi constituída em 14 de janeiro de 1988, com o objetivo de realizar todas as operações de gestão e investimento relacionadas com os fundos de pensões.

Na sua génese estiveram prestigiadas instituições financeiras, entre as quais o Montepio.

A atual estrutura detém como principal acionista a Montepio Seguros SGPS, S.A.

A especialização e experiência na gestão de Fundos de Pensões, o dinamismo e a qualidade de serviço, são fatores de sucesso da Futuro, que no final do ano era responsável pela gestão de um volume de ativos de 1.830 milhões de Euros.

A sede da Futuro situa-se na Rua do Carmo, nº42, 6º, em Lisboa (1200-094), sendo este o único local onde exerce a sua atividade.

4.2 MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE GESTORA

O Modelo de Governo da Sociedade Gestora está organicamente estruturado na Lei nº 27/2020, de 23 de julho, que aprova o regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2341 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, procede à quarta alteração ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado em anexo à Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro; assenta ainda o modelo de governo na restante documentação de suporte ao exercício da atividade de fundos de pensões.

ÓRGÃOS SOCIAIS DA FUTURO

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal

Assembleia Geral tem por missão deliberar sobre as questões fundamentais da vida da Sociedade. Compete-lhe, entre outros atos, exigir responsabilidades à Gestão da Sociedade.

Relatório de Sustentabilidade 2020

O Conselho de Administração é constituído por um Presidente e quatro administradores dos quais um é o Administrador Executivo. A gestão corrente da Sociedade é delegada no Administrador Executivo.

O Conselho Fiscal tem por competências as funções de fiscalização e controlo.

Existe ainda um Comité de Investimentos que é um órgão de análise e de deliberação, bem como de aconselhamento do Conselho de Administração, sobre a política de investimentos dos Fundos. O CA aprova o regulamento do Comité de Investimentos, contrata os Gestores de Ativos e delega competências no Administrador Executivo.

Ao Comité de Investimentos compete:

- Deliberar sobre a estratégia de investimentos a prosseguir a cada momento na gestão dos Fundos;
- Proceder a recomendações relativas às orientações a transmitir aos gestores de investimento;
- Apreciar a execução da política de investimentos.

À Comissão de Vencimentos compete fixar anualmente as remunerações dos titulares do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. É composta por um Presidente e dois vogais, que são designados em Assembleia Geral.

A Direção da Futuro com responsabilidade executiva é composta por quatro Diretores diretamente dependentes do Administrador Executivo.

A atividade da Futuro tem subjacentes políticas, princípios e normas que asseguram assunção de elevada responsabilidade no decurso da sua atividade.

Enquanto empresa certificada, é aferido anualmente por entidade externa o cumprimento das regras em auditoria interna e externa.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

Assegurar a proteção na reforma, disponibilizando produtos e serviços diversificados e inovadores que excedam as expectativas de Clientes individuais e institucionais e que ofereçam a máxima rendibilidade de acordo com o perfil de risco selecionado, tendo subjacente uma política de melhoria no desempenho da organização.

VISÃO

Ser uma das líderes no mercado de gestão de Fundos de Pensões, em Portugal, reconhecida, enquanto empresa do Grupo Montepio, pela inovação e qualidade que imprime aos seus serviços, por uma gestão prudente e confiável e pelo seu papel ativo na dinamização do mercado da poupança para a reforma.

Relatório de Sustentabilidade 2020

LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DA FUTURO

1. Promover ações que assegurem ganhos de quota de mercado e consequentemente a posição de liderança no mercado de gestão de Fundos de Pensões;
2. Ser reconhecida pelos Clientes e público em geral, como entidade de renome na atividade de gestão de Fundos de Pensões, pela qualidade que imprime aos Produtos/Serviços disponibilizados;
3. Obter um bom retorno financeiro para os Clientes e Acionistas, dos valores que são confiados à sua gestão;
4. Reforçar a cultura de orientação para o controlo e mitigação do risco;
5. Diversificar a oferta de produtos e serviços, cobrindo toda a gama de produtos destinados a soluções para complemento de poupança para a reforma;
6. Promover o desenvolvimento de Pessoal, fomentando uma cultura de valorização de competências.

VALORES

A filosofia de ação da Futuro assenta nalguns valores fundamentais, nos quais reside a sua força e identidade e que ajudam à implementação adequada da estratégia da Empresa.

Os core values são importantes para que todos saibamos que comportamentos a Empresa espera de nós e para nos ajudar a consolidar um espírito de equipa interno e uma relação dinâmica e vencedora com o nosso meio envolvente.

Espírito de Equipa - Fazemos parte de uma equipa que possui valores e objetivos comuns, pelo que, só através do apoio e motivação mútua, nos podemos assumir como parceiro credível perante os nossos Clientes.

Inovação - Antecipamos as necessidades e expectativas dos nossos Clientes, através do desenvolvimento de novos produtos e de novas metodologias de trabalho, adaptando-nos continuamente à evolução dos mercados financeiros, do enquadramento legislativo e das novas tecnologias.

Orientação para o Cliente - Os nossos Clientes merecem o nosso melhor esforço, razão pela qual mantemos uma atitude sempre virada para o Cliente, cumprindo os compromissos assumidos, disponibilizando todos os serviços que tenham enquadramento legal dentro da nossa área de atividade, tendo em vista a maximização da rendibilidade dos fundos que nos estão confiados.

Orientação para os Resultados - Asseguramos o comprometimento de todos os Colaboradores na prossecução dos objetivos da Futuro em geral e Objetivos do Sistema Integrado de Gestão, em particular, por forma a corresponder à expectativa de resultados definida pela gestão, salvaguardando a solidez financeira da Empresa.

Segurança e Credibilidade - Atuamos de forma consistente, com integridade e profissionalismo, e sempre nos regendo por princípios éticos, dando primazia à segurança e credibilidade da nossa atuação no mercado, de forma a salvaguardar e a projetar a imagem da Futuro no exterior.

Realização das pessoas - Reconhecemos a necessidade de realização das pessoas na nossa Empresa, valorizando a sua formação, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional, e privilegiando a autonomia com responsabilidade.

Relatório de Sustentabilidade 2020

Rigor na Informação – O rigor na informação não é um objetivo, mas sim um percurso. Desta forma, asseguramos o fornecimento de informação precisa, detalhada e relevante sobre todos os aspectos da gestão dos Fundos.

Gestão de riscos - Mantemos uma cultura de orientação para o controlo e mitigação do risco com repercussão em toda a estrutura organizacional da entidade gestora e com especial incidência ao nível das responsabilidades do órgão de administração e dos diretores de topo, estabelecemos os princípios que devem nortear a definição das políticas, dos procedimentos e dos respetivos controlos.

Melhoria - Asseguramos o cumprimento dos requisitos contidos na Norma ISO 9001, na Norma Nº 8/2009-R, nas Normas GIPS e demais regulamentação e legislação que norteia a atividade de Fundos de Pensões, promovendo a melhoria contínua dos produtos e serviços, processos e do desempenho do Sistema Integrado de Gestão, contribuindo para ir ao encontro da Visão da Futuro.

POLÍTICA FISCAL

O Sistema Integrado de Gestão é estruturado tendo em conta a Política da empresa e usando os princípios consagrados pela Administração, por processos tendo por linha orientadora o pensamento baseado no risco e a melhoria contínua.

Os processos de gestão são os processos condutores da organização, que apoiam todos os outros e tem como objetivo planejar, implementar, avaliar e rever o Sistema Integrado de Gestão e assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela Administração

A Futuro tem como preocupação a permanente atualização da legislação aplicável e no caso em concreto, também nos impactos que a fiscalidade possa ter na empresa.

O apoio de Consultores Fiscais, especialistas na área de negócio proporcionam aos responsáveis das Direções e colaboradores, o conhecimento das matérias fiscais relacionadas com a atividade que nos diversos momentos do planeamento anual consideram estas premissas para que a estratégia anual tenha em conta o impacto destas obrigações.

NORMAS DE CONDUTA

A Futuro possui documentos que consubstanciam princípios e regras de conduta e que dão corpo às preocupações de carácter ético e adoção de boas práticas que regem a sua atividade.

CÓDIGO DE CONDUTA

No Código de Conduta da Futuro estabelecem-se as regras que devem ser observadas pelos órgãos de governo e as regras de comportamento deontológicas que devem ser respeitadas pela instituição e ainda as que são dirigidas aos gestores, colaboradores e outros detentores de interesses.

Destacam-se o respeito pelos direitos humanos e do ambiente, a prevenção de conflitos de interesses, a responsabilidade, a transparência e a prudência. A satisfação dos interesses dos clientes e acionistas situam-se no topo da pirâmide, em posição intermédia estão os dos titulares de interesses e na base estão os da sociedade em geral que são satisfeitos através de iniciativas de responsabilidade social.

Relatório de Sustentabilidade 2020

Exige-se o cumprimento rigoroso do Código de Conduta aos membros dos órgãos sociais, colaboradores e prestadores de serviços da Futuro, estando o mesmo disponível no site da Futuro.

É da competência de todos os intervenientes denunciar a ocorrência de qualquer situação que possa desencadear um conflito de interesses.

MANUAL DO EMPREGADO

O Manual do Empregado é um documento que serve de orientação para novos e atuais colaboradores, na medida em que sistematiza informação sobre as normas em vigor, a forma como a Sociedade está organizada e os princípios e orientações pelos quais se rege.

O documento inclui ainda informação que ajuda a clarificar aspectos práticos da vida na empresa que se relacionam com a sua cultura.

O Manual do Empregado é meramente informativo e não substitui as informações de serviço e normas internas em vigor, e ainda os princípios e regras definidos no Código de Conduta da Futuro.

REGRAS DE ACOLHIMENTO DE COLABORADORES

O bom acolhimento é essencial à boa imagem da Futuro e a uma eficaz integração na organização.

Para cumprir estes objetivos a Futuro possui um procedimento específico para "Formação e Integração de Colaboradores". O procedimento prevê entre outras fases a integração do colaborador onde é dado a conhecer a dinâmica interna da Futuro, os seus valores, princípios, missão e política; a identificação das necessidades de formação interna e externa; o treino no posto de trabalho e a avaliação da integração no posto de trabalho. O cumprimento do procedimento aplica-se a novos colaboradores e estagiários e também a colaboradores que mudam de função na empresa.

4.3 DESCRIÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

O Sistema Integrado de Gestão da Futuro (SIG) é composto pelo Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e pelo Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno (SGRCI) e engloba ainda a Certificação *Global Investment Performance Standards* (GIPS).

O Sistema tem por base três referenciais normativos: ISO 9001 para a Gestão da Qualidade; Norma da ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente ISP Instituto de Seguros de Portugal) nº 8/2009-R, para a Gestão de Riscos e Controlo Interno e Normas GIPS, para a área de gestão de carteiras de investimento.

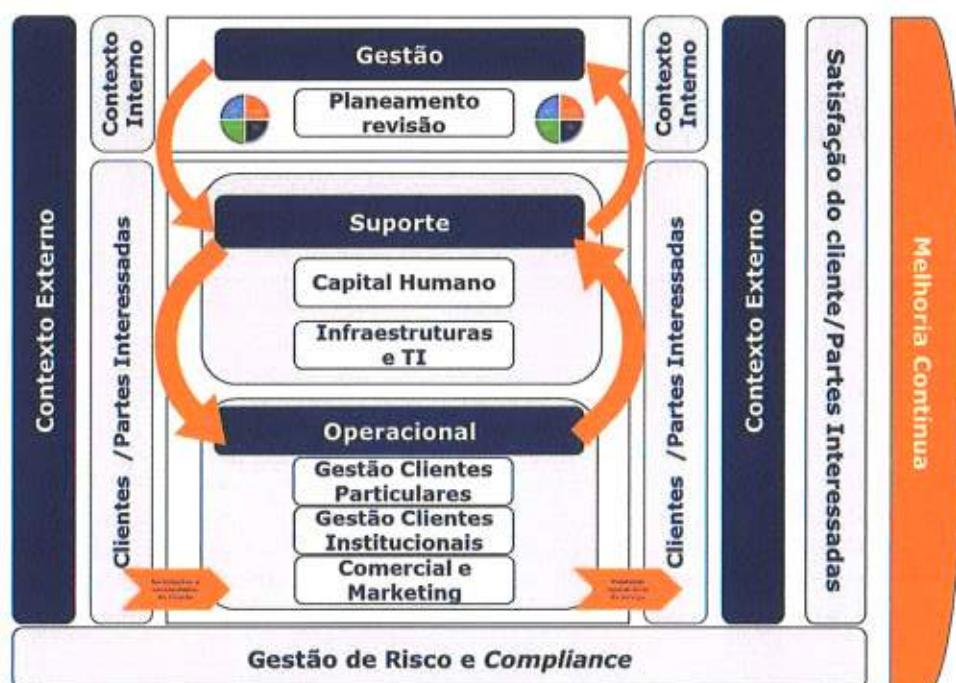
A Futuro foi a primeira Entidade Gestora a obter em 2001 a Certificação da Qualidade, sendo o Certificado atribuído pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação. A certificação cobre as atividades de conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

Relatório de Sustentabilidade 2020

A organização do Sistema compreende o âmbito da atividade e do contexto organizacional em que a Futuro opera, com particular caracterização do meio envolvente interno (contexto interno) e do meio envolvente externo (contexto externo).

A matriz das partes interessadas relevantes (**Stakeholders**) internas e externas, determina o impacto destas partes na Futuro, bem como o impacto da Futuro nas partes interessadas, tendo subjacente uma análise crítica em termos de cumprimento dos requisitos para a operacionalização da estratégia e consequentemente do atingir dos resultados do Sistema Integrado de Gestão da Futuro.

O SIG está estruturado por processos, é composto por 6 processos que se interligam entre si – os processos de suporte recolhem informação e articulam-se com os operacionais – e concretizam a oferta de Produtos e Serviços da empresa. Os Gestores de Processo garantem a melhoria contínua implementando o ciclo PDCA-Planejar-Executar-Verificar-Atuar (Plan-Do-Check-Act).



A cadeia hierárquica de responsabilidades destaca como órgão máximo o **Conselho de Administração** que por sua vez envolve os Gestores de Processo na promoção e revisão dos seus processos, zelando pelo cumprimento dos controlos associados à boa manutenção do Sistema Integrado de Gestão, com particular destaque no tratamento dos riscos e oportunidades.

No **Manual do Sistema** estabelecem-se as políticas e os objetivos gerais que se articulam com a visão e missão da empresa. Explicita-se também a forma como a **informação está organizada**, bem como a **comunicação interna e externa**.

Descreve-se ainda a **metodologia adotada pela Direção de Risco, Compliance e Qualidade** para medição dos riscos da Entidade Gestora e dos Fundos de Pensões, suportada na **matriz de risco da Futuro**, onde se identificam os riscos organizacionais e os riscos dos fundos de pensões. Refere-se que a Futuro é Compliant com as Normas GIPS que exigem à empresa o cumprimento de determinados princípios e regras, e conferem

Relatório de Sustentabilidade 2020

rigor e transparência na divulgação integral de toda a informação relacionada com a forma como investe e valoriza os seus ativos.

Para além do Manual que constitui a base da informação, o Sistema Integrado de Gestão da Futuro está suportado por outros elementos documentais, tais como a documentação dos processos, onde se destaca a Ficha de "Descrição da Atividade do Processo" a qual contém as entradas e saídas a descrição das atividades e as respetivas funções responsáveis e participantes. Existem ainda os Procedimentos de Serviço e os Registos.

Toda a documentação está disponível por acesso *online*, em zona de acesso comum, para facilidade de consulta e impressão por qualquer colaborador da Futuro.

Cumprindo o exigido na regulamentação em vigor, anualmente o Administrador Executivo promove a revisão do Sistema com os restantes Diretores (Gestores de Processo).

Na revisão analisa-se o desempenho do sistema, os resultados e o seu alinhamento com a estratégia e os objetivos definidos para a organização.

São entradas para a revisão anual os resultados das auditorias internas e externas e o seguimento das ações corretivas empreendidas. Avaliam-se ainda as políticas, missão e valores da empresa, as alterações do contexto interno e externo, bem como da satisfação dos clientes e outras partes interessadas. A apreciação global de todo o sistema compreende ainda a análise do desempenho e eficácia do sistema no que respeita ao cumprimento dos objetivos da qualidade, dos processos e conformidade da prestação dos serviços da Futuro, das não conformidades e ações corretivas e da forma como é efetuada a monitorização e medição do sistema.

GESTÃO DE RISCO

A política de Gestão de Risco na Futuro consubstancia o estipulado no princípio que dá corpo à gestão de risco, isto é, "*mantemos uma cultura de orientação para o controlo e mitigação do risco com repercussão em toda a estrutura organizacional da entidade gestora e com especial incidência ao nível das responsabilidades do órgão de administração e dos diretores de topo, estabelecemos os princípios que devem nortear a definição das políticas, dos procedimentos e dos respetivos controlos*".

A Gestão de Risco da Futuro segue as orientações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões -ASF, estando em conformidade com a Norma Regulamentar Nº8/2009-R, de 4 de junho, que regulamenta o Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno (SGRCI).

Para implementar este sistema é utilizado um modelo interno de Gestão de Risco para a Sociedade Gestora e um método de aplicação adaptado dos estudos QIS para os fundos de pensões.

De seguida descrevem-se as principais metodologias que suportam o risco da entidade gestora e o risco dos fundos de pensões.

GESTÃO DE RISCOS DA ENTIDADE GESTORA

O risco da Entidade Gestora é transversal a todas as atividades e está apoiado no Sistema Integrado de Gestão da empresa - baseado em processos - que visam manter os padrões de qualidade do serviço, e assenta a sua análise e avaliação em quatro tipos diferentes de risco:

Montepio Seguros

Relatório de Sustentabilidade 2020

- ✓ Risco Operacional;
- ✓ Risco Estratégico;
- ✓ Risco de Reputação;
- ✓ Risco de Investimento.

A metodologia que conduz à sistematização de análise (identificação, avaliação e controle dos riscos) está suportada nos seguintes conceitos de risco:

Risco Inerente: risco que a empresa está sujeita, sem considerar a ação dos controles;

Controles: ações que modificam o risco, podendo ser de três tipos: Diretivos; Preventivos e Detetivo.

Risco Residual: risco remanescente após o efeito do controle aplicado sobre cada atividade.

O modelo assente na **Matriz de Risco da Futuro**, onde os **riscos operacionais** se relevam em matéria de sustentabilidade, são de acordo com o Normativo Legal, categorizados da seguinte forma:

- ✓ Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- ✓ Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- ✓ Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- ✓ Associados, Participantes, Beneficiários, Produtos e práticas comerciais;
- ✓ Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- ✓ Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- ✓ Riscos relacionados com os processos de negócio.

Está ainda estabelecida a **Política de tolerância ao risco**, a qual permite definir o apetite ao risco e também determinar o nível para o qual deverá concentrar esforços para baixar a sua magnitude e o consequente impacto nos processos. Esta política é definida pelo AE e pelos Gestores de Processo, cabendo à Gestão de Risco monitorizar se o Risco é tolerável ou não, para assim desencadear a ação necessária.

Tendo em conta os níveis de tolerância a observar, será possível a deteção atempada dos riscos potencialmente adversos ou das oportunidades resultantes de eventos de impacto positivo, o que permitirá desenvolver as necessárias ações de mitigação.

O acompanhamento e monitorização do risco existente nos vários processos da organização é efetuado através de indicadores de risco (*Key Risk Indicators-KRI*) que contribuem como indicador para o Sistema Integrado da empresa.

Risco de Investimento

O risco de investimento na Futuro está relacionado com a probabilidade de obter uma rendibilidade inferior à esperada, e sendo o risco de uma forma geral definido como a probabilidade de ocorrência de perdas inesperadas, é utilizada a metodologia de cálculo do *VaR- Value at Risk* para estimar as perdas potenciais dos Fundos sob sua Futuro.

A aplicação do modelo incide sobre todos os fundos geridos pela empresa que garantam o capital investido.

GESTÃO DE RISCOS DOS FUNDOS DE PENSÕES

A abordagem de cálculo foi desenvolvida com base nos estudos relativos às IORPs realizado pela Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA).

Com o auxílio da plataforma de informação Bloomberg e do modelo interno desenvolvido, a gestão de risco apura os dados necessários para proceder à avaliação do Risco de cada Fundo de Pensões.

Para os fundos e planos de pensões existentes na empresa, considera-se a seguinte **categoría de risco** (de acordo com a Norma Nº8/2009-R):

- ✓ Risco de Mercado
- ✓ Risco de Crédito
- ✓ Risco específico dos fundos de pensões (atuarial);
- ✓ Risco de Liquidez

As metodologias utilizadas para a gestão dos riscos acima descritos são suportadas nos sistemas de informação existentes na empresa: SGC, Bloomberg, Microsoft Excel.

4.4 PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS

CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE – ZERO NÃO CONFORMIDADES

A Futuro, líder na obtenção da Certificação da Qualidade, tornou-se uma empresa certificada em outubro de 2001. A Certificação da Qualidade cobre todas as áreas de atuação da Sociedade Gestora: conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

Na auditoria de acompanhamento de certificação da norma NP EN ISO 9001:2015, realizada em 2020 pela APCER, não foram, pelo oitavo ano consecutivo, identificadas situações de "Não Conformidade", facto que atesta a observação de elevados padrões de ética e qualidade.

CERTIFICAÇÃO GIPS

A Certificação GIPS (*Global Investment Performance Standards*) obtida em 2013 reconheceu à Futuro o cumprimento de determinados princípios e regras, na forma como valoriza e avalia a rendibilidade dos ativos que tem sob a sua gestão.

Em 2020, concluiu-se o processo de verificação do cumprimento das normas GIPS para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2019.

Relatório de Sustentabilidade 2020

Este processo consistiu na revisão das políticas, procedimentos e ferramentas da empresa em todas as etapas de cálculo e apresentação da performance de investimentos.

Neste processo de verificação recorrente da *compliance* com as normas GIPS, a Futuro contou com a intervenção da MERCER.

4.5 REPRESENTAÇÕES EXTERNAS E COMPROMISSOS SUBSCRITOS

REPRESENTAÇÕES EXTERNAS

FUTURO	APFIPP- Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios CCFP- Comissão Consultiva dos Fundos de Pensões, na APFIPP	Membro da Direção Membro da CCFP
--------	--	-------------------------------------

4.6 MEIOS DE COMUNICAÇÃO COM STAKEHOLDERS

A Futuro detém na sua estrutura a matriz das partes interessadas relevantes (*Stakeholders*) e faz a gestão dos relacionamentos com estas partes interessadas, identificando os impactos na atividade de ambas as partes envolvidas, com vista a um sucesso sustentado.

Enquanto entidade certificada cumpre com requisitos normativos, que por sua vez replica nas suas partes interessadas conduzindo a melhorias de desempenho.

De seguida apresentam-se os meios de comunicação mais relevantes, com as principais categorias de *Stakeholders*.

ACIONISTAS	COLABORADORES	CLIENTES INSTITUCIONAIS
website Futuro	website Futuro	Brochuras institucionais
Código de Conduta	Código de Conduta	website Futuro
Reuniões mensais	Manual do Empregado	Portal Netfuturo
Relatórios de Gestão	Normas de Acolhimento	Reuniões Periódicas
Assembleias Gerais	Procedimentos de Serviço	Eventos Promocionais
Relatórios de Auditorias	Comunicações internas	Rede de Balcões Banco Montepio
Relatórios-Risco e Compliance	Manual do Sistema Integrado de Gestão	Comité de Investimentos
Relatórios-Estrutura Organizacional	Relatórios de Clima Organizacional	Relatório e Contas
Comité de Investimentos	Reuniões	
Relatório e Contas	Relatório e Contas	

4.7 GESTÃO DE CAPITAL HUMANO

A pandemia SARS-CoV-2 (Covid-19) veio mudar o paradigma laboral e, com a primeira declaração do estado de emergência, a adoção do regime do teletrabalho foi obrigatória, tendo-lhe sido dado cumprimento nas áreas em que tal se revelou possível e que correspondeu a cerca de 90% dos casos.

Face à necessária adequação à modalidade de trabalho por via remota, foram implementados os processos tecnológicos para permitir o acesso dos colaboradores ao seu posto de trabalho e adquirido diverso equipamento adicional para suprir algumas carências por parte de alguns colaboradores.

Foram também implementadas medidas com vista a minimizar a exposição dos trabalhadores a potenciais riscos de contágio, reforçando-se a higienização e limpeza das instalações.

A formação profissional dos Colaboradores da Futuro é anualmente planificada de forma a garantir melhoria de competências para o desempenho cabal de funções e para a manutenção dos padrões de qualidade de serviço a que habituámos os nossos Clientes.

Foram realizadas um total de 750 horas de formação que envolveram 70% dos colaboradores da empresa. A Futuro encerrou o ano com um quadro de pessoal de 33 profissionais.

A **formação em língua inglesa**, extensível a todos os efetivos da Futuro, foi a área que mereceu maior investimento de formação no último ano, tendo sido ministrada em horário laboral nas instalações da Sociedade até ao surgimento da pandemia e posteriormente com a adaptação de processos à nova realidade, com recurso ao formato online.

Nas matérias relacionadas com as áreas de **gestão e qualidade**, têm vindo a ser reforçadas as competências dos colaboradores, nomeadamente em temas como a Gestão da Qualidade e a Gestão de Risco e Controlo Interno.

Em **matérias regulatórias e de cumprimento**, investiu-se na formação transversal a todos os efetivos, com destaque para a temática de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e no cumprimento do Novo Regime Jurídico dos Fundos de Pensões.

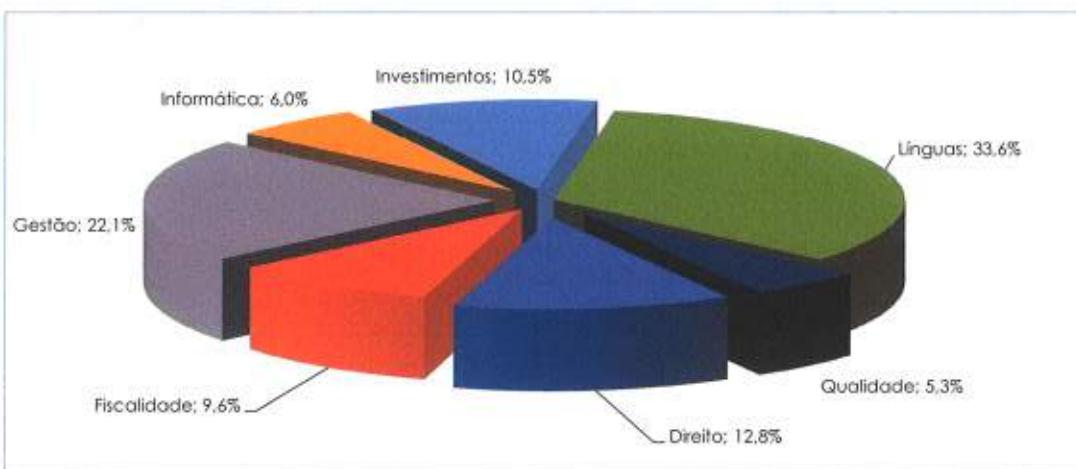
No âmbito dos conhecimentos na área **financeira e investimentos**, a Futuro reforçou as competências dos colaboradores, nomeadamente em matérias de fiscalidade, taxonomia e gestão de investimentos, com destaque para temática do investimento sustentável, responsável e inclusivo.

Ainda no âmbito da **valorização das competências académicas** existe na empresa, abertura a financiamento de Pós- graduações e Mestrados.

Refira-se que a Formação de Pessoal é uma das áreas mais bem cotadas nos inquéritos de Clima Organizacional realizados bianuais na Futuro, indicativo da valorização que os colaboradores atribuem à formação.

As horas de formação realizadas durante o ano incidiram sobre os seguintes temas (distribuição considerando o número de horas de formação): Línguas: 33,6%, Gestão: 22,1%, Direito: 12,8%, Investimentos: 10,5%, Fiscalidade: 9,6%, Informática: 6,0% e Qualidade: 5,3%.

Relatório de Sustentabilidade 2020



Em termos de apoio e **intercâmbio com a Universidade** a empresa recebe anualmente estagiários, e seguindo esta prática admitiu para estágio, uma pessoa com formação na área de Contabilidade.

A iniciativa tem como objetivo auxiliar os jovens a ingressar no mercado laboral e é praticada desde o ano de 2007.

A nossa contribuição para os objetivos de desenvolvimento sustentável faz-se disponibilizando aos colaboradores a oportunidade de obter a formação de que necessitam.

4.8 INICIATIVAS AMBIENTAIS

Desde há vários anos que a FUTURO tem vindo a implementar diversas práticas e medidas na área da Sustentabilidade, em consonância aliás com as políticas do Grupo Montepio nesta matéria. Proseguimos internamente uma política de combate ao desperdício (especificamente de papel), tendo enveredado pelo arquivo digital há mais de 20 anos e fomenta-se internamente a recolha de desperdícios para reciclagem, nomeadamente tampas de plástico, toners e equipamento obsoleto.

Na empresa foi ainda totalmente abolido o uso de copos de plástico.

A nível laboral, a Futuro tem por prática auxiliar jovens adultos a ingressar no mercado de trabalho, facultando anualmente um estágio remunerado a um ou dois recém-licenciados em áreas de Contabilidade, Gestão, Economia ou Matemática.

Quanto à adoção de **extratos digitais**, a grande maioria dos nossos clientes já recebem o extrato digital, referente à subscrição de unidades de participação dos Fundos de Pensões da Futuro.

Para clientes empresa a Futuro dispõe de um portal para acesso *online* por parte de empresas clientes dos fundos – **Netfuturo** – que tem como principal funcionalidade a consulta de posições e movimentos realizados, para além de permitir anualmente a indicação das opções de investimento pelos empregados das empresas com adesões coletivas que facultam essa liberdade de escolha.

Em termos de utilização por parte de Clientes Particulares, não ligados a Empresas, já existem alguns participantes com acesso *online* e será gradualmente alargada esta funcionalidade a todos os participantes dos fundos, à medida que a plataforma for evoluindo tecnologicamente.

Relatório de Sustentabilidade 2020

O **site da Futuro** tem vindo a ser melhorado no sentido de promover a interação com os clientes, facilitando a subscrição dos fundos destinados a particulares.

No que se refere ao cumprimento legal do Regulamento 2019/2088 - *Sustainable Finance Disclosure Regulation* (SFDR) iniciou-se o processo de elaboração da Política ESG da Futuro, da Declaração de princípios das Políticas de Investimentos dos fundos sob sua gestão e de alteração das políticas de remunerações existentes.

Por fim, assinala-se que em sintonia com as diretrizes do grupo a Futuro tem vindo a substituir progressivamente a sua frota automóvel por veículo híbridos, como medida de combate à poluição.

4.9 AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

SATISFAÇÃO DO CLIENTE PARTICULAR

A Futuro está ciente de que só pode evoluir na qualidade operacional e no seu serviço comercial se auscultar a satisfação dos Clientes. Para este efeito, analisa periodicamente alguns fatores como o número de reclamações e outros mecanismos de avaliação da satisfação do mercado, incluindo novos clientes e fidelização dos atuais. Os resultados obtidos são entradas para a Revisão pela Gestão – momento no qual a Administração Executiva, as Diversões Direções e funções-chave efetuam uma análise ao desempenho anual da atividade e efetuam o planeamento das medidas principais para o próximo ciclo de gestão.

A Satisfação do cliente Particular foi avaliada durante o ano de 2020 através de indicadores indiretos de satisfação.

Os resultados apurados permitem concluir que se mantém a tendência de estabilidade face aos resultados apurados nos dois últimos inquéritos. Os indicadores selecionados revelam:

- Grau de mobilidade geral dos clientes dos Fundos abertos em nº: 0,6% (apenas ligeiramente acima da meta limite de <0,5%);
- Número de reclamações Formais em nº: 5 (abaixo da meta limite <6);
- Taxa de fidelização de clientes: 72% (acima da meta >50%);
- % contribuições do ano n face ao total do ano n com origem de clientes de n-1 e anteriores: 41% (acima da meta >35%);
- Manutenção da quota de mercado no segmento de particulares: 24,2% (acima da meta >20%).

Os indicadores indiretos de satisfação são utilizados para avaliação de satisfação numa base bianual quando o inquérito de Satisfação ao cliente Particular não se realizar.

SATISFAÇÃO DO CLIENTE INSTITUCIONAL

Em extensão da metodologia aplicada para a avaliação da satisfação dos clientes particulares, também para os Clientes Institucionais são analisados periodicamente alguns dos fatores considerados mais relevantes para a Montepio Seguros

Relatório de Sustentabilidade 2020

atividade e que espelham a satisfação deste segmento de clientes. Exemplos destes fatores são a percentagem de clientes que transferem da concorrência, a análise da quota de mercado no segmento empresarial e a captação de novos negócios.

A análise da satisfação destes clientes é, tal como no caso dos clientes particulares, entrada para a Revisão pela Gestão.

No ano de 2020 a Satisfação de Clientes Institucionais foi avaliada com base nos seguintes indicadores indiretos de satisfação:

- Percentagem de clientes institucionais que se transferem para a concorrência: Há registo de apenas um contrato de saída da entidade gestora motivado por transferência para a concorrência;
- Manutenção da quota de mercado no segmento de empresas : 8% - indicador positivo superior à meta de 6%;
- Captação de novos negócios: O Balanço tem sido positivo na captação de negócios, facto atestado pelo crescimento/manutenção da quota de mercado da Futuro.

Os indicadores indiretos de satisfação serão utilizados para avaliação de satisfação numa base bianual quando o inquérito de Satisfação de Clientes Institucionais face aos serviços Financeiros e Atuariais prestados não se realizar.

4.10 CONTRIBUTO PARA A SOLIDARIEDADE SOCIAL, DESPORTO E CULTURA

No âmbito da sua política de responsabilidade social, a Futuro distribuiu em 2020, entre patrocínios e donativos a instituições que atuam na esfera social e educativa, um total de € 58.592,59.

Foram contempladas as seguintes instituições: Acreditar, Aprender em Parceria A PAR, Associação Hípica Terapêutica de Cascais, Clube de Badminton de Tires e Chapitô.

O donativo a favor da Acreditar destina-se a auxiliar na atividade regular desta Associação, que se dedica a apoiar as crianças vítimas de cancro.

No caso da associação Aprender em Parceria A PAR, o donativo foi destinado à reedição do 2º volume de um livro de atividade para crianças e pais.

O apoio dado ao Chapitô foi não ficou associado a nenhuma Campanha promocional e destinou-se a igualmente auxiliar esta instituição na sua ação meritória de facultar educação e integração de jovens, auxiliando-os a completar toda a escolaridade e a sair de situações de marginalização.

O contributo dado à Associação Hípica Terapêutica de Cascais destinou-se a assegurar na manutenção de estrutura necessária à recuperação de crianças vítima de acidentes traumáticos ou doenças incapacitantes, por recurso à hipoterapia.

O Clube de Badminton de Tires dedica-se ao desenvolvimento da modalidade nas camadas jovens, até à categoria Sub-19, tendo já obtido diversas qualificações a nível nacional e internacional e tem auxiliado no desenvolvimento de atletas com potencial de alta competição, destacando-se o caso de uma atleta de Parabadminton que se procura qualificar para os jogos olímpicos de TOKYO 2020 (2021).

Relatório de Sustentabilidade 2020

Embora não sob a forma de donativo, a Futuro apoiou ainda a realização da Corrida Sempre Mulher, que devido ao efeito da pandemia, acabou por não se realizar. A verba angariada na Corrida Sempre Mulher destinou-se à Associação Portuguesa de Apoio à Mulher com Cancro da Mama.

A Futuro decidiu apoiar, durante o ano de 2020, as modalidades de Surf e Bodyboard do Estoril Praia (GDEP), auxiliando a promoção e progressão dos atletas do clube onde se incluem os profissionais de primeiro nível, que poderão vir a integrar a equipa olímpica nacional e participar nos próximos Jogos Olímpicos.

4.11 SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

A Futuro caracteriza-se desde o início da sua atividade pelo elevado grau de retenção dos seus colaboradores.

Não é alheio a este facto a preocupação constante que tem havido por parte da organização em prestar boas condições de apoio ao nível da saúde e da sua segurança.

Para além do cumprimento rigoroso de todas as normas relacionadas com Higiene e Segurança no Trabalho, a Futuro oferece como benefício a todos os colaboradores, extensível ao seu agregado familiar, um seguro de saúde com boas condições, atestada pelas opiniões favoráveis recolhidas nos últimos inquéritos de ambiente organizacional.

A ligação ao Grupo Montepio proporciona ainda o acesso a todos os seus colaboradores, dos serviços prestados pelos Serviços Sociais Montepio. Todos os serviços, regalias e benefícios pretendem contribuir para a melhoria do nível de vida dos associados e respetivas famílias, promovendo valores como a solidariedade, a igualdade, o humanismo, a ética e transparência e a felicidade.

Por fim assinalar que desde 2019 a Futuro contratou o fornecimento de um Serviço de *Corporate Wellness - Chair Massage*, disponibilizado a todos os colaboradores da empresa semanalmente no local de trabalho, em sessões de 15 minutos, tendo cada colaborador direito a duas sessões por mês.

Trata-se de uma massagem que é feita com a ajuda de uma cadeira especialmente concebida para o efeito e cujos principais benefícios se prendem com a redução do nível de stress, do aumento da energia, da diminuição da tensão muscular e do aumento do bem-estar físico e emocional.

4.12 GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

Adianta-se como definição para o conceito de **reclamação** a expressão de insatisfação apresentada à empresa, relacionada com os produtos ou/e serviços disponibilizados, ou com o próprio processo de tratamento de reclamações, relativamente à qual é esperada, explícita ou implicitamente, uma resposta ou resolução.

As reclamações são registadas em base de dados, e são sujeitas a uma análise com vista a delinear o tratamento/resolução adequado ao assunto formulado.

Relatório de Sustentabilidade 2020

O registo na base de dados permite a impressão de uma "Ficha de Reclamação", que é encaminhada para a Área responsável pela anomalia.

A Área a quem compete a correção da anomalia analisa os motivos que estiveram na origem da reclamação e desencadeia as correções necessárias.

Caso o motivo que esteve na origem da reclamação implique a abertura de uma ação corretiva, procede-se também ao seu registo na "Base de dados de ações corretivas e de melhoria" e segue o instituído na "**Metodologia de tratamento de ações**", que implica entre outras fases, a interpretação de causas na vertente qualidade e na vertente risco.

Periodicamente é feito o tratamento estatístico de reclamações, o qual permite detetar a existência de uma tendência de agravamento ou persistência de um problema específico, atuando sobre ele e definindo ações corretivas, se for caso disso.

O prazo médio para resolução de reclamações estabelecido na empresa é menor ou igual a 6 dias.

As reclamações dos Participantes dos Fundos da Futuro, para além de origem direta, podem ainda ser formuladas através dos seguintes órgãos:

- ✓ Provedor dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões Abertos", designado pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios- APFIPP em nome das suas Associadas;
- ✓ Provedor do Montepio;
- ✓ Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões –ASF.

Conforme legislação em vigor existe um Livro de Reclamações na Futuro, sendo a reclamação tratada de acordo com os procedimentos instituídos.



Montepio Seguros SGPS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
Prestação de Contas Consolidadas

Senhores Acionistas,

De acordo com a lei e os estatutos, cumpre apresentar o nosso relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2020, nomeadamente o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade Montepio Seguros SGPS, SA.

No desempenho das suas competências, o Conselho Fiscal procedeu a diversos exames, análises e verificações que considerou necessários, com o objetivo de formar opinião e dar cumprimento ao disposto na lei, tendo acompanhado a atividade da sociedade, apoiando-se quer na documentação e informações facultadas pelos serviços de contabilidade quer nos esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, à qual dá a sua concordância.

Tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório e Contas Consolidadas do exercício de 2020, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem apropriada dos Ativos e Passivos das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

No Relatório de Gestão é ainda destacado que, apesar dos impactos extremamente negativos da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 na economia, é convicção do Conselho de Administração que a continuidade das operações das suas participadas não será colocada em questão, tendo presente a sua gestão prudente e os níveis de resiliência.

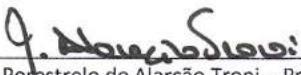
O resultado líquido consolidado do exercício de 2020 cifrou-se em 6.475.043 euros.

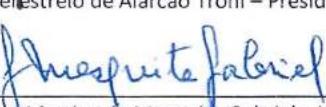
Considerando o trabalho desenvolvido no âmbito das competências legais que lhe estão atribuídas, o Conselho Fiscal da sociedade Montepio Seguros SGPS, SA deliberou emitir o seguinte parecer:

1. Que a Assembleia aprove o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas relativos ao exercício de 2020, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas;
2. Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
3. Que se proceda à apreciação da administração e fiscalização da sociedade nos termos do Artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 17 de junho de 2021

Conselho Fiscal


José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni – Presidente


Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel – Vogal


Paula Alexandra Flores Noia da Silveira - Vogal